



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

NIÉDJA FERREIRA DOS SANTOS

**CARMEN COELHO DE MIRANDA FREIRE: A TRAJETÓRIA DE UMA
INTELECTUAL CATÓLICA NO NÚCLEO NOELISTA DA PARAÍBA (1931-1979)**

JOÃO PESSOA
2025

NIÉDJA FERREIRA DOS SANTOS

**CARMEN COELHO DE MIRANDA FREIRE: A TRAJETÓRIA DE UMA
INTELECTUAL CATÓLICA NO NÚCLEO NOELISTA DA PARAÍBA (1931-1979)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para defesa de doutorado. Linha de pesquisa: História da Educação.

Orientador: Dr. Prof. Jean Carlo de Carvalho Costa

JOÃO PESSOA
2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

S237c Santos, Niedja Ferreira dos.

Carmen Coelho de Miranda Freire : a trajetória de uma intelectual católica no núcleo Noelista da Paraíba (1931-1979) / Niedja Ferreira dos Santos. - João Pessoa, 2025.

164 f.

Orientação: Jean Carlo de Carvalho Costa.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. História intelectual. 2. História das mulheres.
3. Intelectual Católica. 4. Núcleo Noelista. I. Costa,
Jean Carlo de Carvalho. II. Título.

UFPB/BC

CDU 930.85(043)

NIÉDJA FERREIRA DOS SANTOS

**CARMEN COELHO DE MIRANDA FREIRE: A TRAJETÓRIA DE UMA
INTELECTUAL CATÓLICA NO NÚCLEO NOELISTA DA PARAÍBA (1931-1979)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para defesa de doutorado. Linha de pesquisa: História da Educação Orientador: Dr. Prof. Jean Carlo de Carvalho Costa

Resultado: Aprovada

João Pessoa, 26 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

[REDAÇÃO] **Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa**
Orientador - Universidade Federal da Paraíba

[REDAÇÃO] **Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves**
Membro da Banca (Avaliador Externo) – PUC-SP

[REDAÇÃO] **Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini**
Membro da Banca (Avaliador Externo) - PUC-SP

[REDAÇÃO] **Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior**
Membro da Banca (Avaliador Externo) – UFRN

[REDAÇÃO] **Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira**
Membro da Banca (Avaliador Externo) – UFCG

[REDAÇÃO] **Profª. Drª. Mª Elizete Guimarães Carvalho**
Membro da Banca (Avaliador Interno) – UFPB

AGRADECIMENTOS

A escrita acadêmica é um processo muito solitário, algumas vezes, dolorosa. Mesmo assim, ao longo da jornada, contamos com o apoio de pessoas que direta ou indiretamente nos dão incentivo e força para conquistar nossos objetivos.

Dito isso, agradeço ao meu núcleo familiar, Mainha, Painho, meu irmão, minha cunhada e meu sobrinho, que mesmo sem entender o que cada grau acadêmico realmente significa, sempre demonstraram um grande orgulho da minha trajetória, essa conquista é nossa! Guilherme, meu filho, por e para ele a razão de toda insistência, mesmo diante de tantos obstáculos. Hortêncio, meu esposo, pela paciência e pela compreensão, mesmo nos períodos de frustrações, medos e insegurança. Meus cunhados e suas respectivas esposas, pela torcida e acolhimento durante esse processo.

A minha colega de turma Chyara, por ser minha companheira acadêmica nessa árdua caminhada, até o dia da defesa, uma mão amiga, ouvinte dos lamentos, minha dupla nas pesquisas, mas também uma historiadora que compartilhou muito dos seus saberes comigo. A minha colega Shirley Targino, pelo companheirismo durante todo o processo, por levantar meu astral e por me ajudar na condução da sala na hora que mais precisei. Não tenho palavras, serei sempre grata a vocês!

Aos colegas de trabalho que torceram e deram apoio a essa decisão de retorno à academia e afastamento das atividades laborais.

Aos amigos que foram essenciais nos momentos de lazer e descontração, afinal, nem só de livros se vive! E também pelo incentivo e pela compreensão das ausências necessárias.

Ao meu professor orientador, Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa, pelos momentos de trocas, dicas valiosas que me fizeram refletir sobre os caminhos da pesquisa, além da confiança e da autonomia depositadas durante todo o processo. Sua postura fez com que eu “encarasse” minhas inseguranças e chegasse até aqui, muito obrigada!

Aos membros da banca examinadora, professores pesquisadores que admiro, obrigada pela leitura, pelas colocações e observações, desde o exame de qualificação!

Aos funcionários do IHGP, do Arquivo Histórico Waldemar Duarte - FUNESC, do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, por serem tão solícitos nos dias em que estive em busca das fontes.

Aos profissionais da saúde que estiveram me acompanhando durante várias intercorrências que surgiram, em especial aos fisioterapeutas Wagner Vitória e Maridelson Júnior, a endocrinologista Jéssica Medeiros, ao hematologista Roberto L. P. Matias e a psiquiatra Maria do Socorro de Lima Santos. Vocês são profissionais humanizados que cuidaram de mim em um período tão conturbado e desafiador.

As mulheres que fazem parte da minha ancestralidade, as minhas professoras desde a primeira infância, amigas e colegas de trabalho, todas que de forma direta ou indireta contribuíram para meu crescimento, minha formação e evolução como pessoa e ser de sociabilidades.

Gratidão!

RESUMO

A tese objetiva discutir e analisar a trajetória intelectual de Carmen Coelho de Miranda Freire, evidenciando o papel da Igreja e do ideário católico em suas práticas, principalmente no período em que esteve ligada ao Núcleo Noelista da Paraíba. Nosso recorte temporal situa-se entre os anos de 1931 a 1979, pois compreende o período de fundação e encerramento das atividades do Núcleo Noelista paraibano, de acordo com os registros disponíveis na cúria arquidiocesana. Ela formou-se como normalista no Colégio Nossa Senhora das Neves, dando início a carreira no magistério público do estado da Paraíba, no nível primário e depois no secundário. Atuou em tradicionais escolas da capital naquela época, transpôs à docência e dedicou-se à pesquisa histórica, chegando a ser sócia efetiva do IHGP. Neste contexto dedicou-se a autoria de livros didáticos de História da Paraíba, de obras literárias, além de uma biográfica e genealógica. Católica praticante, foi fundadora e presidente do Núcleo Noelista da Paraíba, espaço destinado a propagação dos dogmas da Igreja e das práticas de caridade, protagonizadas por mulheres da elite. Sua família, pertencia a uma classe privilegiada na sociedade paraibana composta por professores, engenheiros, médicos, advogados, políticos, mas, principalmente, clérigos da Igreja Católica, todos com uma ampla rede de relações. Neste sentido, vale destacar que sendo de uma descendência de eclesiásticos, tem sua base de formação humana, social e cultural ligadas aos ideários católicos, logo, interessa-nos saber como ela articulou e/ou reproduziu esses discursos e práticas dogmáticas, ao longo de sua trajetória intelectual. Diante disso, levantamos a seguinte questão: como a formação e a atuação católica de Carmen Coelho, no interior do Núcleo Noelista da Paraíba, pode ter sido determinante para o desenvolvimento de sua trajetória intelectual? A partir do que as fontes apontam, nossa argumentação é que Carmen Coelho esteve situada em um universo de formação familiar, social, ideológica e religiosa postulado pela Igreja Católica e estes podem ter exercido grande papel de influência nos caminhos percorridos por ela. Com base nesse contexto, buscamos compreender como Carmen Coelho enquanto intelectual; pensou, interpretou e deu significado a todo esse ideário no decorrer da sua trajetória, analisando os ambientes em que ela transitou, fazendo relação com os documentos encontrados e sua produção escrita. Sua atuação nos permite perceber e pensar nas relações imbricadas entre a mulher, o catolicismo, a educação, as relações sociais e políticas da época. Portanto, utilizamos como fonte os livros e os demais escritos de autoria de Carmen Coelho; algumas pistas de sua atuação docente, encontradas no Arquivo Histórico Waldemar Duarte; os documentos de sua pasta como sócia do IHGP; todo material referente ao Núcleo Noelista disponíveis no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, além dos registros das atividades do núcleo publicados nos jornais A União e A imprensa. Esse estudo tem como percurso teórico a História Intelectual e dos/as intelectuais, fazendo relação com a História das mulheres, no campo da pesquisa em História da Educação, a estratégia metodológica pauta-se na pesquisa documental, a partir das fontes disponíveis e a possibilidade de interpretação das mesmas.

Palavras – chave: História Intelectual. História das mulheres. Intelectual católica. Núcleo Noelista.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss and analyze the intellectual trajectory of Carmen Coelho de Miranda Freire, highlighting the role of the Church and Catholic ideology in her practices, especially during the period in which she was linked to the Núcleo Noelista da Paraíba. Our time frame is between 1931 and 1979, since it encompasses the period of foundation and closure of the activities of the Núcleo Noelista in Paraíba, according to the records available in the archdiocesan curia. Our protagonist graduated as a teacher at Colégio Nossa Senhora das Neves, beginning her career in public education in the state of Paraíba, first at the primary level, then at the secondary level. She worked in traditional schools in the capital at that time, moved on to teaching and dedicated herself to historical research, becoming a full member of the IHGP. In this context, she dedicated herself to authoring textbooks on the History of Paraíba, literary works, as well as a biographical and genealogical work. In this context, she dedicated herself to authoring textbooks on the history of Paraíba, literary works, and a biographical and genealogical work. A practicing Catholic, she was the founder and president of the Núcleo Noelista da Paraíba, a space dedicated to the propagation of Church dogmas and charitable practices led by elite women. Her family belonged to a privileged class in Paraíba society, made up of teachers, engineers, doctors, lawyers, politicians, but mainly clergymen of the Catholic Church, all with a broad network of relationships. In this sense, it is worth highlighting that, as she comes from a family of clergymen, her human, social and cultural background is linked to Catholic ideals. Therefore, we are interested in knowing how she articulated and/or reproduced these discourses and dogmatic practices throughout her intellectual trajectory. In view of this, we raise the following question: how could Carmen Coelho's Catholic background and activities within the Núcleo Noelista da Paraíba have been decisive for the development of her intellectual trajectory? Based on what the sources indicate, our argument is that Carmen Coelho was situated in a universe of family, social, ideological and religious formation postulated by the Catholic Church and these may have played a major role in influencing the paths she took. Based on this context, we seek to understand how Carmen Coelho thought, interpreted and gave meaning to all these ideas throughout her career, analyzing the environments in which she moved, making a connection with the documents found and her written production. Her work allows us to perceive and think about the intertwined relationships between women, Catholicism, education, and the social and political relations of the time. Therefore, we used as sources the books and other writings written by our protagonist; some clues about her teaching activities, found in the Waldemar Duarte Historical Archive; the documents from her portfolio as a member of the IHGP; all material related to the Noelista Center available in the Ecclesiastical Archive of the Archdiocese of Paraíba, in addition to the records of the center's activities published in the newspapers *A União* and *A imprensa*. This study has as its theoretical path the Intellectual History and the History of intellectuals, relating it to the History of women, in the field of research in History of Education. The methodological strategy is based on documentary research, based on the available sources and the possibility of interpreting them.

Keywords: Intellectual History. Women's History. Catholic Intellectual. Noelist Nucleus.

RESUMEN

La tesis tiene como objetivo discutir y analizar la trayectoria intelectual de Carmen Coelho de Miranda Freire, destacando el papel de la Iglesia y de la ideología católica en sus prácticas, especialmente durante el período en que estuvo vinculada al Núcleo Noelista da Paraíba. Nuestro marco temporal es entre 1931 y 1979, pues abarca el período de fundación y cierre de las actividades del Núcleo Noelista de Paraíba, según los registros disponibles en la curia arquidiocesana. Nuestra protagonista se formó como profesora en el Colégio Nossa Senhora das Neves, iniciando su carrera en la educación pública del estado de Paraíba, primero en el nivel primario, luego en el nivel secundario. Trabajó en escuelas tradicionales de la capital en esa época, se dedicó a la docencia y a la investigación histórica, llegando a ser miembro efectivo del IHGP. En este contexto, se dedicó a la autoría de libros de texto sobre la Historia de Paraíba, obras literarias, además de una obra biográfica y genealógica. Católica practicante, fue fundadora y presidenta del Núcleo Noelista da Paraíba, un espacio dedicado a la propagación de los dogmas de la Iglesia y prácticas caritativas, liderado por mujeres de élite. Provenía de una familia privilegiada de la sociedad paraibana, formada por profesores, ingenieros, médicos, abogados, políticos, pero principalmente clérigos de la Iglesia Católica, todos con una amplia red de relaciones. En este sentido, cabe destacar que, siendo de ascendencia eclesiástica, su formación humana, social y cultural está basada en los ideales católicos, por lo que nos interesa conocer cómo articuló y/o reprodujo estos discursos y prácticas dogmáticas a lo largo de su trayectoria intelectual. Ante ello, nos planteamos la siguiente pregunta: ¿Cómo la formación católica de Carmen Coelho y sus actividades dentro del Núcleo Noelista da Paraíba pudieron haber sido decisivas para el desarrollo de su trayectoria intelectual? Con base en lo que indican las fuentes, nuestro argumento es que Carmen Coelho se situó en un universo de formación familiar, social, ideológica y religiosa postulados por la Iglesia Católica y estos pueden haber jugado un papel importante en influenciar los caminos que ella tomó. A partir de este contexto, buscamos comprender cómo Carmen Coelho pensó, interpretó y dio sentido a todas estas ideas a lo largo de su carrera, analizando los entornos en los que se movió, haciendo una conexión con los documentos encontrados y su producción escrita. Su obra nos permite percibir y pensar las relaciones entrelazadas entre la mujer, el catolicismo, la educación y las relaciones sociales y políticas de la época. Por lo tanto, utilizamos como fuentes libros y otros escritos de nuestro protagonista; algunas pistas sobre su actividad docente, encontradas en el Archivo Histórico Waldemar Duarte; documentos de su cartera como miembro del IHGP; todo el material relacionado con el Núcleo Noelista disponible en el Archivo Eclesiástico de la Arquidiócesis de Paraíba, además de los registros de las actividades del núcleo publicados en los periódicos *A União* y *A imprensa*. Este estudio tiene como recorrido teórico la Historia Intelectual y la Historia de los intelectuales, relacionándola con la Historia de las mujeres, en el campo de la investigación en Historia de la Educación, la estrategia metodológica se sustenta en la investigación documental, sustentada en las fuentes disponibles y en la posibilidad de interpretación de la misma.

Palabras clave: Historia intelectual. Historia de las mujeres. Intelectual católico. Núcleo Noelista.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FEBF - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

HDI - História dos Intelectuais

HI - História Intelectual

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGP - Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

JRPS - Junta de Recursos da Previdência Social

PPGE - Programa de Pós Graduação em Educação

PPGECC - Programa de Pós Graduação em Educação Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas

PUC – Pontifícia Universidade Católica

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Carmen Coelho de Miranda Freire.....	42
Figura 2 – Carmen Coelho e Lourival de Miranda Freire.....	61
Figura 3 – Curriculum Vitae.....	83
Figura 4 – Capa da Revista Natal.....	114
Figura 5 – Carmen Coelho de Miranda Freire.....	160
Figura 6 – Noelistas da Paraíba e seu protetor D. Carlos Coelho	160
Figura 7 – Registro da fundação do Núcleo Noelista da Paraíba.....	161
Figura 8 – Natal das crianças 1931.....	161
Figura 9 – Capa do livreto: O Noel.....	162
Figura 10 – Capa da Publicação: A Mística do Noel.....	162
Figura 11 – Capa do Pequeno Catecismo Noelista.....	163
Figura 12 – Capa do Manual das Noelistas.....	163
Figura 13 – Plano da Casa da Empregada Doméstica.....	164
Figura 14 – Livro de Inventário da Casa da Empregada Doméstica.....	165

SUMÁRIO

1. RECOMEÇOS: VEREDAS DE UMA TRAJETÓRIA INTELECTUAL.....	12
1.1 O reencontro com o objeto e os novos olhares possíveis.....	27
1.2 Percurso da História Intelectual e dos/as intelectuais: relações teóricas e conceitos.....	33
1.3 História das Mulheres e trajetórias intelectuais: um campo fecundo.....	47
2. FAMÍLIA E IGREJA: ORIGENS DO ITINERÁRIO INTELECTUAL DE CARMEN COELHO.....	55
2.1 Percurso biográfico, família e Igreja: personagens de influência na trajetória intelectual da educadora.....	57
2.2 Caminhos da docência: espaços de formação e atuação.....	78
2.3 O IHGP e seu itinerário de pesquisa histórica	86
2.3.1 Impactos e repercussões das Notas Genealógicas.....	94
3. NÚCLEO NOELISTA DA PARAÍBA: ESPAÇO DE INTELECTUALIDADE E SOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES CATÓLICAS.....	107
3.1 O contexto da Igreja Católica na sociedade paraibana da década de 1930....	115
3.2 A mulher do movimento noelista: guardiã da família, da moral e dos bons costumes.....	122
3.3 Intelectual Católica: a atuação de Carmen Coelho no Núcleo Noelista da Paraíba.....	136
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
5. REFERÊNCIAS.....	149
ANEXOS.....	160

1. RECOMEÇOS: VEREDAS DE UMA TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Bonnewitz (2003) indica que, durante a vida, somos capazes de acreditar que já nascemos ou herdamos determinadas características, no entanto elas são produtos do habitus incorporado no seio dos convívios estabelecidos ao longo de nossa existência.¹

No itinerário de estudo, ao me deparar com esse trecho do artigo em questão, divaguei em lembranças e memórias, por alguns minutos, fui tentada a perceber as aproximações e os distanciamentos desta citação com a trajetória da minha vida pessoal, profissional e acadêmica. Esta última, sendo encerrada com a escrita e a defesa desta pesquisa/tese de doutorado que representa a finalização do mais alto nível de formação acadêmica, na modalidade de pós-graduação stricto sensu. Ao nascer e herdar características do meio em que vivemos, percebo como essa primeira influência a qual fui submetida, ao longo dos anos, fez-me refletir, questionar e ir em busca de transpor algumas dessas “determinadas características”.

Originária de uma família de comerciantes autônomos do setor informal, camelôs², ao perceber os inúmeros desafios e as instabilidades desse meio de sobrevivência, desde a infância, já afirmava que esse não seria meu lugar, nem meu meio de vida/sobrevivência. Tanto na família materna, quanto paterna, poucos foram aqueles que concluíram o 2º grau, quiçá o 1º, mesmo assim, sem maiores exemplos no seio familiar, sempre vi o estudo como ponto de partida para melhores condições de vida. Diante de vários percursos positivos e desafiadores, das frustrações e das conquistas, do crescimento biológico, emocional e intelectual, esta pesquisa engloba um significado de grande relevância, pois além do objetivo acadêmico, insere-me na condição de ser a primeira representante da família a galgar um doutorado. Não cabe, neste momento, uma autobiografia, mas, diante de tão complexa e estimada escrita, senti a necessidade de trazer alguns aspectos e perceber como minha trajetória foi e

¹ BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003. In: OLIVEIRA, N.C. de; Netto, D. C.; VIEIRA, Andreza da Silva. “Trajetória intelectual: contribuições na perspectiva bourdieusiana”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 11, pp. 94-110. 2021. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em: 16/11/2022.

² O camelô, um pequeno revendedor de mercadorias, ou até mesmo produtor das mesmas, faz parte do chamado setor informal, juntamente com os trabalhadores autônomos em geral, estando ou não submetidos ao controle legislativo. SALVITTI, Adriana et al. O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 2, p. 1-23, dez. 1999. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37171999000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2022.

continua sendo importante para as escolhas, interpretações e percepções de tudo que está ligado à pesquisa em questão. Dito isso:

Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história (Bourdieu, 1996, p. 74).

As escolhas, as aproximações e os distanciamentos de um pesquisador em relação ao seu objeto de estudo também podem estar relacionados com aspectos de sua trajetória, “como uma estrutura social em comparação com o que é chamado de *biografia normal* e as realizações individuais dessas trajetórias/biografia únicas, então, indicando as diferenças e suas similaridades, aproximações e interdependências”, Born (2001). Durante o curso de graduação em Pedagogia, e o Mestrado em Educação, sempre tive grande identificação e interesse por pesquisas e estudos relacionados a gênero, a mulheres, a suas biografias, a suas trajetórias de vida e intelectuais dentro da perspectiva da História da Educação. Diante disso:

A **trajetória de vida** pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. O curso de uma vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico. A localização dos acontecimentos, a duração da existência e a sua situação no transcurso de uma vida são normalmente o resultado de informações que perpassam a população [...] (Born, 2001, p. 246).

Ainda nesse sentido, Bourdieu aponta trajetória [...] “como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”. (Bourdieu, 1996, p.81). No aprofundamento do estudo da trajetória intelectual de Carmen Coelho de Miranda Freire³ (1912- 2003), percebemos algumas “*posições sucessivamente ocupadas*” conforme destaca o autor, por membros da família dela;

³ Essa nota tem como finalidade fazer alguns esclarecimentos em relação às variáveis de escrita dos nomes e sobrenomes dos sujeitos que aparecem na pesquisa. Algumas fontes apresentam o nome de Carmen, com N no final e outras com M. Nossa escrita irá privilegiar a maioria das fontes e nos reportaremos a ela como Carmen Coelho. Além disso, encontramos documentos com seu nome de solteira, Carmen Gouveia Coelho e de casada, Carmen Coelho de Miranda Freire, além do uso do seu apelido, Carmita. Percebemos também variações no Coelho que às vezes aparece acentuado. Gouveia aparece como Gouvêa. Moisés, em alguns registros está escrito com Y. Sempre que a escrita estiver se referindo a alguma citação ou interpretação de fontes, irá ser escrito da forma que aparece no documento analisado.

vimos estreitas relações com o alto clero da Igreja Católica, com lideranças políticas e nomes de destaque na esfera econômica e social do estado da Paraíba.

Estes elementos são importantes para compreensão de como se estabelece o contexto de inserção de Carmen Coelho nos espaços em que transitou, neste sentido, buscamos colaborar com a historiografia paraibana ao investigar e analisar a sua trajetória intelectual, dando ênfase ao dinamismo e às contribuições de uma mulher que, em sua época, destacou-se através de suas práticas no ambiente escolar, como liderança de um importante movimento católico da Paraíba, como pesquisadora e autora de diferentes obras, além de membro do IHGP⁴, atuando como mediadora cultural, tendo em vista que o zeitgeist daquele período estava propício para a inserção das mulheres em diferentes espaços de sociabilidade:

A partir das consultas na imprensa paraibana, pudemos verificar que nas décadas de 10, 20 e 30 do século XX, houve uma crescente circulação de ideias sobre o papel da mulher nos projetos nacionais e seus desdobramentos, como: educação feminina, mulheres escrevendo em periódicos, movimento feminista, profissões femininas, direitos políticos da mulher, casamento, moda e comportamento (Galvâncio, 2019, p. 14).

Mesmo com essa abertura de inserção da mulher, em diferentes espaços sociais, Carmen Coelho atua como uma figura feminina em um campo ainda dominado pelo masculino e por figuras mais amplamente conhecidas. Ainda existem lacunas na discussão que percebe as mulheres como intelectual, por isso é importante evidenciar não só sua biografia, mas também, as atividades realizadas, os modos de produção de saberes, se houve circulação das ideias produzidas e como viveu essas experiências (Orlando, 2020). Conforme evidenciado por Almeida “Afinal, as mulheres, caladas tanto tempo, descobriram que detinham um passado histórico e sobre isso tinham muito a dizer”. E ainda reforça que “iniciou-se a procura da mulher, das suas reais condições de vida, de sua experiência e de sua história”. (2008, p. 46 - 47). Nesse sentido, buscamos contribuir para uma historiografia que valorize a experiência individual de uma mulher como chave interpretativa, vislumbrando a História Intelectual/das intelectuais e da História das Mulheres.

Carmen Coelho, filha de uma professora e de um bacharel em Direito, ambos de famílias bem situadas socialmente, estudou o primário, o secundário e o magistério

⁴ Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP. Fundado em 7 de setembro de 1905, declarado de utilidade pública pela Lei no 317, de 1909. Fone: 83 3222-0513. Rua Barão do Abiaí, 64, João Pessoa-PB - CEP 58.013-080. Site: <https://www.ihgp.net/ihgp/inicial.php>.

no renomado Colégio Nossa Senhora das Neves⁵ e inicia a carreira docente após sua formação. Naquela época, esse era o ambiente normalmente destinado para as mulheres, mas, ela não se limita a carreira docente e segue transitando, em diversos espaços educativos, sociais, religiosos e de produção historiográfica. Foi professora do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves⁶, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Lourdinhas e do Liceu Paraibano. Esteve presente, desde a fundação do Núcleo Noelista da Paraíba e da Casa de Santa Zita, além de ter sido membro do IHGP como sócia efetiva. Ao longo do texto, será exposto mais particularidades da trajetória de Carmen Coelho de acordo com o período apresentado, associado às fontes encontradas durante o processo de pesquisa.

Pelo caminho que Carmen Coelho percorreu, podemos relacionar sua trajetória de acordo com o que aponta Perrot (2005, p.273), “as mulheres nem sempre foram vítimas ou sujeitos passivos” da história, tendo em vista que, ao longo do século XX, o contexto de modernização do país, a urbanização, a industrialização e os movimentos desse período foram abrindo espaço para a inclusão das mulheres, sendo considerado inclusive o início da profissionalização feminina e ampliação da participação das mesmas em diferentes espaços de sociabilidades (Bueno, 2015).

Portanto, a escolha do estudo sobre Carmen Coelho de Miranda Freire, justifica-se pela necessidade de trazer a público a trajetória de formação e atuação intelectual de uma mulher que esteve ligada a importantes instituições e a espaços de sociabilidades de sua época, sendo esses ambientes de esferas educativas, culturais e religiosas; enfatizando o período em que esteve ligada ao Núcleo Noelista da Paraíba⁷, como intelectual católica, participando como uma das fundadoras e

⁵ O colégio Nossa Senhora das Neves, situado na Praça Dom Ulrico, nº 56, Centro de João Pessoa/PB, inaugurado no ano de 1857, tida como uma conceituada escola para meninas pautada na base religiosa e como instituição de referência do Curso Normal. Teve o encerramento definitivo de suas atividades educativas no ano de 2002. SANTOS, Tatiana de Medeiros. Magistério em declínio: Histórias e Memórias de ex-alunas do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves (1970). Dissertação de Mestrado: PPGE/UFPB, 2009.

⁶ Hoje denominada Escola Estadual Isabel Maria das Neves fica localizada na Av. João Machado, nº 484 no bairro de Jaguaribe, João Pessoa, PB. Esse grupo escolar foi construído a partir de recurso que coronel Alípio Dias Machado deixou para o Estado, a partir de disposição testamentária. Exigiu, todavia, que a escola recebesse o nome de sua mãe. O terreno foi doado pelo Estado através do Decreto nº 928 de 23 de abril de 1918. Foi inaugurado em 16 de fevereiro de 1921. Ver PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Grupos escolares na Paraíba: Iniciativas de modernização escolar 1916-1922. IN VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). Grupos escolares: Cultura escolar primárias e escolarização da infância no Brasil (1893- 1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006.

⁷ O Núcleo Noelista é uma instituição fundada a partir da ramificação do *Le Noel*, que se trata de uma organização cultural e religiosa internacional, iniciada na França do século XIX, com o ideal filantrópico. Sobre o Núcleo Noelista na Paraíba, encontramos duas dissertações defendidas no Programa de Pós Graduação em História - PPGH/UFPB. COSTA, Simone da Silva. Mulheres em defesa da ordem: um

exercendo importantes papéis de liderança em diferentes atividades realizadas nesse movimento. Partimos de uma figura feminina pouco conhecida na atualidade que através de sua atuação nos permite compreender as relações imbricadas entre as dinâmicas que envolve o feminino, a educação, as relações sociais, a religião, a cultura, a política e o poder da época, revelando o impacto dessa trajetória individual na compreensão de um determinado período e ambiente histórico estudado.

No desvelar das fontes, entramos em contato com as diferentes denominações que envolvem o noelismo: A *União Noelista*, o *Movimento Noelista*, *Le Noel*, *O Noel*, *Núcleo Noelista*, algumas delas com significados e objetivos semelhantes, que se relacionam de acordo com as atividades realizadas por elas. Cada uma dessas denominações aparece no terceiro capítulo e foram conceituadas de acordo com o que está descrito nas publicações institucionais que encontramos.

Temos um belo nome: *Noel, Noelistas!* Ele é, por si só, um programa, anuncia uma vocação, implica uma espiritualidade [...] *Noel!* essa palavra tão antiga, que ressoa em nós tão docemente, vem diretamente do latim *natalis*: dia natalício, natividade. “O Natal” é a festa do nascimento de N. S. Jesus Cristo. A palavra *Noel*, enfim, é a evocação da presença de Deus, da aparição demorada de Jesus entre nós. [...] Por consequência, ser Noelista é fazer profissão de pensar especialmente nesta presença e fazê-la a alma de sua espiritualidade (A Mística do Noel, 1945. p.4-5).

Este núcleo trata-se de: “uma associação feminina em busca de um ideal de vida cristã, intelectual e apostólica, uma manifestação coletiva de atividade católica, em torno do Mistério da Incarnação.” (O Noel, 1955). Sua finalidade é a recristianização do meio independente feminino, desenvolvendo entre seus membros e, através deles, um tríplice movimento de piedade, cultura e apostolado. “A noelista tem como programa geral dossel apostolado ser “serva da presença de Deus”, isto é, vivê-la e espalhá-la por toda parte” (O Noel, 1955). Percebemos que o núcleo é um espaço exclusivo para as mulheres e que busca através delas exercer atividades sociais ligadas ao processo de cristianização e que mesmo com a narrativa de ser um meio “independente” para estas mulheres, suas práticas eram acompanhadas e orientadas de perto por um eclesiástico. Diante disto, nosso estudo também transita

estudo do núcleo noelista na Paraíba entre 1910-1940. PPGH/UFPB. João Pessoa, 2007. GOMES, Jorilene Barros da Silva. A família cristã católica: o movimento Noelista na Paraíba (1931-1945). PPGH/UFPB. João Pessoa, 2015. Essas pesquisas apontam ainda o contexto de origem do Le Noel na França e outros países de alcance do movimento.

pelo contexto da Igreja Católica e as origens do Noelismo, tanto em seu aspecto micro, quanto macro e pela fundação do Núcleo Noelista no estado da Paraíba.

Nesse sentido, em relação à investigação histórica, há o estudo dos itinerários, Sirinelli (2003, p.247), que aponta “as trajetórias pedem naturalmente esclarecimento e balizamento, mas também e, sobretudo, interpretação. [...] Sob a condição, entretanto, de evitar as generalizações apressadas e as aproximações duvidosas”. Com isso, o autor ainda reforça que, “historicizar os percursos intelectuais dos últimos séculos apresenta-se, portanto, como parte das tarefas intelectuais deste momento”. Ainda conforme Alves (2019, p.29) devemos “[...] buscar uma perspectiva de análise capaz de dar um tratamento aos intelectuais como objeto de estudo”. Diante disso, a apresentação da trajetória intelectual de Carmen Coelho, será realizada levando em consideração o que indica Bobbio (1997, p.102) em que [...] “o problema mais grave da responsabilidade do intelectual não diz respeito ao modo, mas a coisa. Aqui, é imensa a responsabilidade de quem fala ou escreve”. Portanto, damos destaque às palavras de Machado; Dorigão e Coelho (2016, p.177), que afirmam:

[...] ao olhar “para trás” o historiador da educação deve objetivar reconstruir um período histórico e, neste caso, também uma trajetória intelectual é sempre mediatizado por objetos, técnicas e métodos, instrumentos que adquiriram sentidos diversos no decorrer do desenvolvimento histórico e científico.

Carmen Coelho é descendente de uma estirpe privilegiada da sociedade paraibana, composta por professores, engenheiros, médicos, advogados, políticos, mas, principalmente, por um número considerável de clérigos da Igreja Católica, todos com uma ampla rede de relações. Este fator despertou atenção em relação à quantidade de membros da sua família que se tornaram eclesiásticos, alguns de renome no interior da sociedade católica paraibana e nacional. Com isso, reportamos-nos a Sirinelli quando aponta que:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (2003, p. 248).

Dante disso, levantamos as seguintes indagações: quais implicações são percebidas no decorrer da trajetória de Carmen Coelho, que estão relacionadas a esta

estrutura familiar? As escolhas de seus itinerários têm relação com o contexto em que já estava inserida? Quem fazia parte da rede de sociabilidade familiar e social de Carmen Coelho? Tomando como fontes principais suas obras: *Notas genealógicas das Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão, Vieira Coelho* (1971) e *As ruas onde morei: 1918 e a década de 1930* (1998), para isso, debruçamo-nos sobre suas origens parentais e a relação estabelecida por eles com pessoas prestigiosas de diferentes ambientes sociais. Vejamos uma dessas personalidades descritas pela própria Carmen Coelho em uma dessas obras:

Na segunda esquina do lado direito, entre a rua santo Elias e a residência de Dr. Isidro na Rua 7 de Setembro, se avistava a mansão do Dr. Walfredo Guedes Pereira⁸, casado com Dona Maria Emilia Neiva de Figueiredo, sobrinha de Dr. Venâncio Neiva⁹, político paraibano ilustre (Freire, 1998, p. 13).

Percebemos, durante a leitura das obras, o apreço de Carmen Coelho pela história da sua família e percebemos que, repetidas vezes, ela tenta evidenciar a biografia da mãe ou a trajetória docente dela, utilizando inclusive algumas de suas obras para deixar registrado o legado de dona Maria Emerentina Gouvêa Coêlho. Entre elas, destacamos o capítulo do livro didático de História da Paraíba, *Educação e Cultura* no subcapítulo 28.2 intitulado *Professores que se destacaram*:

Podemos considerar a Profª Emerentina Coelho uma grande benemérita do ensino, na Paraíba. Levou a chama do saber a centenas de paraibanos. Quem da Paraíba não estudou com D. Emerentina? Foi professora pública primária e professora da Escola Normal da Capital. Considero-a como irmã mais velha a orientar seus alunos, aos quais muitas vezes, dirigia a par do ensino, o conselho amigo. A quantos depois de uma conversa amiga, não fez voltar a esperança, o ânimo e a alegria? E, quantas vezes, não se demorava para além do horário de suas aulas, em prejuízo de seu bem-estar, contanto que os seus alunos assimilassem melhor o que ensinava (Freire, 1985, p.206).

Percebemos traços intencionais de enaltecimento por parte de Carmen Coelho em relação à trajetória profissional de sua mãe, além dela, havia outros parentes que transitavam e exerciam funções de destaque em diferentes esferas sociais, culturais e religiosas da elite pessoense, como seu tio bisavô Leonardo Antunes de Meira Henriques (Padre Meira), e seu tio arcebispo adjunto Dom Moysés Coêlho. Neste

⁸ Médico paraibano graduado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, envolveu-se na política, chegando a ser prefeito da capital da Paraíba (1920-1924).

⁹ Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, foi o primeiro governador eleito da Paraíba (1889-1891).

sentido, [...] “uma das estratégias de uma rede de sociabilidade para afirmar-se no cenário público é construir representações e afirmações que legitimem sua autoridade e evidenciem seus próprios nomes” (Souza Júnior, 2015, p.208).

Portanto, nos escritos de Carmen Coelho, percebemos a intenção em perpetuar os nomes, status e atividades prestigiosas, realizadas por alguns de seus parentes. Estes e outros nomes de destaque, que apareceram ao longo da pesquisa, serão retratados de forma mais ampliada no próximo capítulo, no qual, fizemos um passeio pela genealogia de Carmen Coelho, e aqueles que optamos por não evidenciar no corpo do texto, colocamos breves apresentações inseridas nas notas de rodapé.

De maneira semelhante aos passos da mãe, o percurso profissional de Carmen Coelho, após formação no magistério, deu-se inicialmente como professora no jardim de infância, depois na educação pública primária e, em seguida, na educação de adultos. Tendo em vista que ser professora foi, por muito tempo, uma das únicas profissões que a mulher poderia exercer, como forma de inserção no espaço público (Almeida, 1998). Concomitantemente, Carmen Coelho esteve presente na fundação do Núcleo Noelista da Paraíba, espaço dedicado às mulheres católicas da alta sociedade paraibana para estudo e formação, além de exercer atividades de cunho assistencialista, educativo e de propagação dos valores e dogmas da Igreja. Vejamos como ela mesma retrata o núcleo no artigo que escreveu, *Irradiação do Noel*: “É uma família onde todos se unem e se auxiliam; os mais abastados concorrem mais e os menos favorecidos dão o pouco que possuem. Constitue uma família muito crecida que no mundo inteiro conta 80.000 membros”. (A Imprensa, 1933).

Após a aposentadoria do cargo de professora, como sócia efetiva do Instituto Histórico Geográfico Paraibano - IHGP, dedicou-se à pesquisa histórica e à escrita de textos biográficos, livros literários, de genealogia e didáticos de História da Paraíba, que foram inseridos no currículo dos alunos paraibanos nos anos de 1970. Com isso, levantamos, então, os seguintes questionamentos: como Carmen Coelho se inseriu nessas diferentes instituições de fomento intelectual, ao longo de sua trajetória, e como foi sua atuação em cada uma delas?

Ao investigar a biografia, visualizando suas principais atividades educacionais, sociais, obras didáticas e literárias percebemos a necessidade de um aprofundamento no estudo da trajetória intelectual de Carmen Coelho, buscando fontes e informações sobre sua atuação nesses espaços, a fim de perceber principalmente como a

formação católica foi interiorizada por ela e reproduzida no decorrer de suas práticas. Ao longo do texto, apresentamos a atuação dela, de acordo com cada espaço transitado, estabelecendo diálogo com as fontes, além de realizar as análises que correspondam aos objetivos propostos.

Seguindo os fios de suas práticas sociais, de pesquisa e de escrita, cabe apresentar as obras de autoria de Carmen Coelho, as quais também tratamos como fontes, os livros didáticos são: *História da Paraíba para uso didático: Período Colonial e Reino - 1^a parte* (1974); *História da Paraíba para uso didático: do Império à República - 2^a parte* (1976) e *História da Paraíba para uso didático - Volume único* (1978), este traz as duas partes lançadas anteriormente e ainda com informações adicionais que não estiveram nos dois volumes publicados singularmente. A edição do volume único, que temos disponível atualmente, é a 5^a, do ano de 1985. As obras de outros gêneros foram: *Notas Genealógicas das Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão e Vieira Coelho* (1971); *A mansão da Praça Bela Vista* (1972); *Cifrado 110* (1979), que se trata de uma peça de teatro baseada no enredo de *A mansão da Praça Bela Vista*; *Diná* (1995); *As ruas onde morei: 1918 e a década de 1930* (1998).

Encontramos em algumas pesquisas na área da História e História da Educação mais recentes, que suas obras são apontadas como referência ou fonte histórica por alguns pesquisadores; tendo em vista que os conteúdos desses livros, apresentam fatos e acontecimentos do estado da Paraíba, desde sua fundação até a década de 1980. Nesse sentido, temos a dissertação de Mestrado em História (PPGH/UFPB) de Meneses (2009) intitulada *As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)* que utilizou o livro História da Paraíba para uso didático, como uma das fontes para discussão do seu primeiro capítulo. Nele foi feito um estudo sobre o período holandês, a partir da historiografia didática da década de 1970, na Paraíba, por isso, Meneses realizou análises das obras de Carmen Coelho. Além disso, ele apresenta uma pequena biografia da educadora, a fim de apresentar a autora do livro que utilizou como fonte.

Outra pesquisa, que faz referência a obra de Carmen Coelho, foi a tese vinculada ao (PPGE/UFPB) de Miranda (2017) com o título: *Tradição gloriosa: Lyceu Parahybano, uma história de protagonismos (1886-1923)*. A pesquisa apresenta a instituição, discutindo as influências externas que foi o período de transição da Monarquia para República e como isso refletiu na estrutura interna, apresentando as

transições ocorridas na parte física e pedagógica. A autora utiliza a obra de Carmen Coelho como fonte para retratar os Presidentes de Estado que tivemos na Paraíba entre os anos de 1900 a 1915.

Além disso, encontramos o artigo de (Costa e Costa, 2017), publicado na Revista do Histed br intitulado: Carneiro Da Cunha: *Análise da Atuação Política na Província da Paraíba do Norte (1874-1876)*, que trata de uma análise das ideias educacionais e políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha - o Barão de Abiaí - enquanto presidente da província da Paraíba no período de 1874 - 1876. A obra de Carmen Coelho citada é *História da Paraíba para uso didático* (1982) e, ainda, usando esse mesmo livro didático como referência, temos a obra de Mendonça (2018) com seu livro autobiográfico e de memórias: *O caçador de Lagostas*, que traz elementos do autor, da sua família e do contexto Paraibano de sua época.

Carmen Coelho vem de uma descendência de eclesiásticos da Igreja Católica, tem uma base de formação humana, social e cultural ligadas aos ideários católicos, logo, interessa-nos saber como ela articulou e/ou reproduziu esses discursos e práticas dogmáticas, ao longo de sua trajetória intelectual. Nesse ínterim, levantamos a seguinte problemática: como a formação e a atuação católica de Carmen Coelho, mais especificamente, no interior do Núcleo Noelista da Paraíba, pode ter sido determinante para o desenvolvimento de sua trajetória intelectual? Portanto, esta tese objetiva analisar e discutir aspectos relacionados à trajetória intelectual de Carmen Coelho de Miranda Freire, verificando como suas práticas contribuíram para reproduzir e legitimar o papel da Igreja e do ideário católico, no período em que esteve ligada ao Núcleo Noelista da Paraíba.

Desse modo, trazemos os seguintes objetivos específicos: apresentar a biografia e a origem familiar de Carmen Coelho, dando ênfase aos eclesiásticos e demais personagens de destaque que tiveram participação nos percursos intelectuais dela; demonstrar seu itinerário de formação intelectual, descrevendo os espaços de atuação docente; investigar sua relação com o IHGP e a atuação como pesquisadora nesse espaço; apresentar o Núcleo Noelista da Paraíba, sua fundação e atividades de cunho religioso e assistencialistas, discutir o contexto e o papel da Igreja Católica na sociedade paraibana da década de 1930; identificar a entrada e atuação de Carmen Coelho como intelectual católica no interior do Núcleo Noelista da Paraíba.

O recorte temporal deste estudo situa-se entre os anos de 1931 a 1979, ano que Carmen Coelho concluiu o magistério e deu início as suas atividades profissionais,

mas principalmente, por ser o ano de fundação do Núcleo Noelista da Paraíba do qual ela fez parte. Colocamos como limite da pesquisa o ano de 1979, pois é quando temos os registros documentais de encerramento do núcleo, disponíveis na Cúria diocesana da Paraíba. Transitamos por alguns períodos situados antes ou depois dessa temporalidade, sempre que foi necessário, a fim de estabelecer, da melhor forma, os itinerários intelectuais de Carmen Coelho, tendo em vista que “qualquer momento histórico é, ao mesmo tempo, resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro” (Thompson, 1981, p.69). Além de que “o historiador, na verdade, para dar conta dos fenômenos que estuda, deve analisá-los em diversas temporalidades de uma só vez, pois esses fenômenos são sempre o produto de jogos de escala cronológicos” (Sirinelli, 2014, p. 86)

A partir do que as fontes apontam, nossa argumentação é que Carmen Coelho esteve situada em um universo de formação familiar, social, ideológica e religiosa, postulado pela Igreja Católica e este contexto pode ter sido de grande influência para as escolhas e os caminhos que percorreu. Com base nisso, buscamos compreender como Carmen Coelho pensou, interpretou, deu significado e contribuiu com esse ideário católico no decorrer da sua trajetória intelectual, dando destaque ao período em que esteve ligada ao Núcleo Noelista da Paraíba.

Portanto, trazemos, como fontes para escrita dessa trajetória, os livros, os artigos de jornais e os documentos publicados por e sobre Carmen Coelho, que está enviesando toda a pesquisa, porém, para discussão, no segundo capítulo, no qual, temos os aspectos biográficos, utilizamos os seguintes livros: *Notas Genealógicas das Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão, Vieira Coelho* (1971) e *As ruas onde morei: 1918 e a década de 1930* (1998) e *Padre Meira* (1976), além dos documentos disponíveis na pasta de sócia do IHGP. Ainda nos reportamos aos registros encontrados no Arquivo Histórico Waldemar Duarte¹⁰ - FUNESC¹¹, para

¹⁰ “O Arquivo Histórico reúne documentos importantes do período colonial, imperial e da República, cartas de D. Pedro I, jornais desde 1912 até hoje, registros da criação de bairros, instituições, demarcações indígenas do Estado brasileiro e do Estado da Paraíba, essa gama de material apresenta as condições sócio-políticas e econômica do Estado. Com 168 volumes, totaliza 23.060 páginas e 1.860 imagens, mais de 200 fotos doadas pelo fotógrafo Gilberto Stuckert. Av. Abdias Gomes De Almeida, 800, Tambauzinho, João Pessoa (PB). Acesso: sub-solo das rampas 3 e 4”. Disponível em: <https://zeoserver.pb.gov.br/portalparaiba/portalgovpb2/indiretas/funesc/espaco-cultural/equipamentos/arquivo-historico/arquivo-historico>. Acesso em: 26/05/2023.

¹¹ “A Fundação Espaço Cultural – FUNESC, entidade sem fins lucrativos de caráter cultural, social e educacional, fortalece e estimula não só o fazer artístico, mas amplia as oportunidades de circulação e de fruição dos bens culturais, bem como, o fortalecimento de suas cadeias criativas. Av. Abdias Gomes De Almeida, 800, Tambauzinho, João Pessoa (PB)”. Disponível em:

apresentar o itinerário de escolas por onde ela passou. Evidenciamos ainda algumas informações dispostas no Jornal *A União*¹², (1930-1933), fazendo relação com as fontes já citadas. E ainda temos o livro: *Mulheres símbolos* (2007) de Joacil de Britto Pereira, o qual apresenta breves biografias de mulheres brasileiras que tiveram destaque no contexto em que estavam inseridas, entre elas, Carmen Coelho, a protagonista desta pesquisa.

Para evidenciarmos a prática de pesquisa e escrita histórica de Carmen Coelho e sua participação como sócia do IHGP, utilizamos como fonte os livros de sua autoria *Notas Genealógicas das Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão e Vieira Coelho* (1971); *A mansão da Praça Bela Vista* (1972); *História da Paraíba para uso didático: Período Colonial e Reino - 1ª parte* (1974); *História da Paraíba para uso didático: do Império à República - 2ª parte* (1976); *Padre Meira* (1976), biografia; *História da Paraíba para uso didático - Volume único* (1978), este traz as duas partes lançadas anteriormente e ainda com informações adicionais que não estiveram nos dois volumes publicados singularmente; *Cifrado 110* (1979), que se trata de uma peça de teatro baseada no enredo de *A mansão da Praça Bela Vista*; *Diná* (1995); *As ruas onde morei: 1918 e a década de 1930* (1998)¹³.

Destacamos que da autoria de Carmen Coelho, encontramos disponíveis os seguintes artigos publicados na Revista do IHGP: Na edição de nº 25 de dezembro de 1991: *Os primeiros rudimentos do ensino da Paraíba e a Fundação da Escola Normal Oficial*; na edição de nº 28 de outubro de 1995, *A professora Maria Emerentina de Gouvêa Coelho, nos seus 104 anos* (De suas notas Genealógicas); na edição de nº 30 de agosto de 1998, *Rua sete de setembro (1918/1930)*. Os artigos publicados no Jornal *O Norte*¹⁴ (*Década de 1950 e 1990*). Esses registros nos possibilitam perceber outros ambientes de publicação de seus escritos, além dos livros.

Para viabilizar o desenvolvimento da discussão acerca da participação de Carmen Coelho no Núcleo Noelista da Paraíba, no terceiro capítulo, analisamos os

<https://zeoserver.pb.gov.br/portalparaiba/portalgovpb2/indiretas/funesc/conheca-a-funesc/a-historia>. Acesso em: 26/05/2023.

¹² A pesquisa foi realizada tanto no acervo disponível no IHGP e Arquivo do Estado, quanto no acervo online. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao. Acesso em: 26/05/2023.

¹³ Conto com um exemplar da maioria das obras citadas, as demais são possíveis encontrar na Biblioteca do IHGP.

¹⁴ Pesquisa realizada no acervo disponível no Arquivo Histórico Waldemar Duarte - FUNESC.

documentos dispostos no *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba*¹⁵, entre eles, estão os livros de atas, livretos, revistas de informações sobre o Noel tanto nacional, quanto internacional, livros de registro financeiro, cartas e correspondências diversas, ofícios e fotos. Além dos exemplares do jornal *A Imprensa*¹⁶ (décadas de 1930-1940), principal veículo utilizado para comunicação entre as noelistas e a sociedade em geral e também para propagação de dogmas da Igreja Católica ao povo. É importante ressaltar o quanto esse processo de busca pelas fontes foi definitivamente extenso e minucioso, pois a partir de um indício, fomos em busca de mais informações e nem sempre nesse levantamento obtivemos êxito. Foi necessária uma demanda de tempo e compromisso para nos debruçarmos sobre muitas décadas de diferentes jornais e documentos disponíveis nos arquivos que foram *loco* para nossa pesquisa. Portanto:

A única habilidade do historiador consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e nada a acrescentar do que não contêm. O melhor dos historiadores é aquele que está mais perto dos textos, que os interpreta com mais justeza, que só escreve e mesmo pensa segundo eles (Coulanges, apud Saliba, 2009, p.312).

Na pesquisa histórica, esta foi uma das etapas, na qual dedicamos mais tempo e expectativas em relação ao que pôde ser encontrado, ou não. Fomos coletando tudo que entendíamos ser importante para o nosso objeto, para posteriormente, debruçar-nos sobre a leitura e a seleção das fontes que estão de fato relacionadas com os objetivos propostos, a fim de apreender o que elas nos revelam e efetivar uma escrita interpretativa dos fatos.

Diante disso, este estudo tem seu percurso teórico fundamentado na História Intelectual e dos/as intelectuais, fazendo relação com a História das mulheres, no campo da pesquisa em História da Educação, a estratégia metodológica pauta-se na pesquisa documental, a partir das fontes disponíveis e a possibilidade de interpretação destes, ou seja, fazer a leitura dos documentos, “[...] analisá-los desmistificando-lhes o seu significado aparente” (Le Goff, 1996, p.538). Nesta direção aponta Borges (1994,

¹⁵ Localizado na Praça São Francisco, Centro, JP. Fundado em 1992, onde é feito a “coordenação do recolhimento e preservação dos documentos; classificação e arranjo dos documentos nos fundos arquivísticos; acondicionamento dos documentos; atendimento aos setores da Arquidiocese e ao público em geral; divulgação do acervo documental”. <https://arquidiocesepb.org.br/cultura/>. Acesso em: 29/05/2023.

¹⁶ *A Imprensa*, um espaço de muita importância para a história da imprensa paraibana, criado no ano de 1897 pelo Bispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, teve seu funcionamento até 1986. (COSTA, 2011).

p.61) “[...] as fontes ou documentos não são um espelho fiel da realidade, mas são sempre a representação de uma parte ou momento particulares do objeto em questão.” Pelo fato de o documento, por muitas vezes, representar as intenções ou a [...] “fala de um agente, de um sujeito histórico; devem ser sempre analisadas como tal” (Borges, 1994, p.61).

Como afirma Karnal e Tatsch (2009) [...] “o documento é a base para o julgamento histórico. [...] A categoria documento define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude de sua busca.” É possível para os historiadores estabelecerem um diálogo no presente com base nas interpretações advindas da análise dessas fontes, pois [...] o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento (Karnal e Tatsch, 2009, p. 12), com isso:

[...] à questão da escrita da História como indissoluvelmente ligada à leitura das fontes, uma atividade que sempre implica o exercício da interpretação e, de uma forma ou de outra, uma reflexão a respeito de como o pesquisador pode conhecer um contexto histórico mediante a abordagem crítica dos textos nele produzidos (Moscateli, 2003, p. 49).

Tendo em vista o pensamento de Le Goff (1984), os documentos não testemunham fatos, enfatizando que os historiadores/pesquisadores não são neutros nem imparciais, pois toda documentação pesquisada é produzida em um determinado contexto e por sujeitos com as mais diversas intenções. Neste sentido, indica Thompson:

a prática histórica está, acima de tudo, empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende: um debate entre, por um lado, conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e, por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses; o teste dessas hipóteses face às evidências, o que pode exigir interrogatório das evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que as suportam, à luz desse ajuste (Thompson, 1981).

Considerando isso, precisamos estar atentos para a relação entre o campo e os conceitos históricos com as fontes a serem analisadas, buscando sempre evidenciar o diálogo entre elas, a fim de efetuar uma operação historiográfica comprometida com “a objetividade da história real” (Thompson, 1981). É nesse sentido que pautamos nossa estratégia metodológica, no intuito de fazer uma escrita histórica a partir do objetivo de traçar a trajetória intelectual de Carmen Coelho,

fizemos a busca e nos valemos de inúmeros documentos que nos ajudaram a compreender seus itinerários. Com isso, sabemos que “o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social; e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui” (Cruz e Peixoto 2007, p.258).

Diante do exposto, a tese é composta por três capítulos e as considerações finais, o primeiro intitulado: *Recomeços: veredas de uma trajetória intelectual* apresenta nosso tema, o reencontro com o objeto para elaboração do projeto de tese, após passados oito anos de defesa do Mestrado em Educação; além de apontar o caminho teórico metodológico da pesquisa, retrata discussões acerca do/os conceitos/os de trajetória, de intelectual, de intelectual católica e da história das mulheres.

O segundo capítulo *Família e Igreja: origens do itinerário intelectual de Carmen Coelho* apresenta seu percurso biográfico, origem familiar, destacando os que atuaram como eclesiásticos da Igreja Católica; as redes de relações da família e personagens de destaque que perpassam sua vida e possivelmente tiveram participação em seus percursos intelectuais, tendo como fonte principal três de suas obras já citadas; discute o conceito de redes de sociabilidade e de intelectual mediador/a; aponta a entrada de Carmen Coelho como sócia efetiva no IHGP, as práticas de pesquisa histórica e a escrita historiográfica da educadora, apresenta suas publicações e enuncia o contexto de publicação e recepção dos seus livros pela sociedade da época.

O terceiro capítulo versa sobre o *Núcleo Noelista da Paraíba: espaço de intelectualidade e sociabilidade das mulheres católicas*, apresenta e discute o contexto de influência da Igreja Católica, na sociedade paraibana, da década de 1930; o referido capítulo ainda aborda a trajetória de Carmen Coelho no Núcleo Noelista da Paraíba, como uma das fundadoras e presidente por vários mandatos. Evidenciamos quais atividades eram realizadas nesse núcleo; o papel de Carmen Coelho e suas contribuições para o noelismo; além de perceber como era designado o papel das mulheres dentro desse movimento, enfocando as práticas intelectuais fundamentadas pelos dogmas da Igreja Católica. Além de privilegiarmos como fonte as publicações periódicas do núcleo no jornal “*A Imprensa*” nos anos que compreendem a fundação e o encerramento das atividades do noelismo na capital paraibana.

1.1 O REENCONTRO COM O OBJETO E OS NOVOS OLHARES POSSÍVEIS

O atual objeto desse estudo é fruto do desdobramento da pesquisa realizada no mestrado em educação por este mesmo programa (PPGE/UFPB), defendida no ano de 2012, sob a orientação da professora Drª Maria Lúcia da Silva Nunes. A dissertação que teve como título: Carmen Coelho de Miranda Freire (1912–2003): a biografia de uma educadora a partir de suas práticas de escrita¹⁷, foi um estudo biográfico sobre ela, levando em consideração aspectos de sua vida pessoal, familiar, social e profissional, além de apresentar algumas de suas obras como prática de escrita. Nesse sentido, trabalhamos com a nova história cultural no percurso teórico, com o método biográfico e levantamos as discussões acerca do conceito de representação para fundamentar a investigação acerca das contribuições de Carmen Coelho para educação no estado da Paraíba.

Contudo, sabemos dos limites conferidos a uma dissertação, as fontes encontradas e as análises realizadas, naquele momento, precisariam de uma nova abordagem, visando ampliar o olhar interpretativo sobre o objeto, pois “a História perpetua o conhecimento do passado na medida em que prima por revisitar constantemente seus objetos de estudo por meio de questionamento das fontes, as quais podem ser ampliadas ou analisadas sob novos pontos de vista”. (Moscateli, 2003, p. 49).

Ressalto que meu primeiro encontro com o nome da professora Carmen Coelho se deu ao realizar pesquisas na página eletrônica do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), nesse período, estava iniciando uma investigação sobre as mulheres que fizeram parte do quadro de sócias do instituto, a fim de eleger uma delas como objeto do estudo biográfico que pretendia fazer. Ao me deparar com o nome dela, minha primeira ação foi verificar se já havia algum estudo; artigo científico, monografia, dissertação ou tese; que contemplasse a educadora Carmen como objeto de estudo (Santos, 2012).

Corroborando as palavras de Pinsky (2007), [...] “destacar as mulheres significa verificar que elas têm uma história, da qual são também sujeito ativo. Significa também, sem nenhuma contradição, engajar-se como militante no projeto de emancipação das mulheres.” O pequeno texto biográfico disponibilizado na página do

¹⁷ Dissertação de Mestrado disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4757>. Acesso em: 04/01/2023.

IHGP, aguçou minha curiosidade em conhecer mais sobre sua vida, principalmente na área profissional e, então, desenvolvi o interesse em estudá-la e tornar sua biografia pública nos ambientes acadêmicos, a fim de evidenciar uma mulher paraibana que contribuiu com a educação e a sociedade do seu tempo, buscando [...] “compreender a realidade passada, levando-se em conta os agentes históricos em seus movimentos, vozes e estratégias” (Teixeira, 2014, p.264).

O interesse pelo estudo de mulheres e discussões relacionadas ao gênero e à educação tem ligação com o fato dos desafios que, como mulher, venho travando ao longo da vida, também pelos questionamentos e pelas inconformidades diante das condições sociais patriarcais que somos submetidas ao longo da história. Destaco que foi através dessa relação entre o vivido e as relações teóricas sobre o tema, que esta discussão se inseriu em minha trajetória acadêmica, desde a graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. A primeira oportunidade de exposição acadêmica veio no ano de 2007, quando me engajei como monitora no I Seminário de Gênero e Práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Essa experiência em participar do evento, não só como ouvinte, mas, auxiliando nos bastidores, dialogando de perto com outros pesquisadores, e ter a primeira oportunidade de apresentar uma comunicação oral¹⁸, fomentou, ainda mais, meu interesse e a busca por referenciais teóricos dentro dessa temática, como Scott (1992) e Louro (1997). (Santos, 2012).

Seguindo a trajetória acadêmica, continuei com pesquisas e estudos sobre a temática e, em 2009, defendi a monografia de conclusão do curso em Pedagogia (UFPB) intitulada: “A ausência do debate de gênero no curso de Pedagogia: entre a ausência, o desejo e a realidade”, sob a orientação da professora Drª Ana Paula Romão de Souza Ferreira. Na época dessa investigação, o currículo do curso ainda não contemplava uma disciplina obrigatória ou específica que tratasse das questões de gênero, da feminização dos cursos de educação, em especial da Pedagogia, e da história das mulheres. Mesmo nas disciplinas de História da Educação, não havia o enfoque para esse domínio do campo histórico, havia a disciplina, que, em linhas gerais, compreendia o estudo de pensadores e teóricos (em sua maioria, homens) e/ou fatos históricos que compreendiam a origem da educação no Brasil e no mundo.

¹⁸ Trabalho escrito em parceria com SILVA, Priscila Kelly de Alencar, intitulado: Como trabalhar a consciência e as relações de gênero na escola? Comunicação oral inserida no GT 8: Gênero, cultura e educação.

Os debates acerca da história das mulheres eram realizados por iniciativa de grupos de estudos, projetos de pesquisa, palestras, congressos e/ou seminários como o de gênero, citado anteriormente. Além disso, vale destacar o Projeto de pesquisa liderado pelo professor Dr. Charliton José dos Santos Machado em colaboração com a professora Drª Maria Lúcia da Silva Nunes, intitulado: “Educação e Educadoras do século XX: práticas, leituras e representações”, que ampliou, de forma significativa, no interior do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (CE/UFPB), as discussões sobre a história das e de mulheres, professoras, literatas, poetisas, camponesas, etc. Isso culminou em várias pesquisas e produções acadêmicas dentro e fora do âmbito do curso de Pedagogia e do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE / UFPB). (Santos, 2012).

Com o intuito de dar continuidade ao processo de pesquisa, submeti-me à seleção de doutorado 2021 pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFPB) com o seguinte projeto: *Carmen Coelho de Miranda Freire: práticas de escrita a partir de suas obras didáticas sobre a história da Paraíba (1970-1990)*, tendo como objetivo investigar o pioneirismo da educadora e historiadora Carmem Coelho de Miranda Freire como autora de livros didáticos para o ensino da disciplina de História e História da Paraíba. Na banca de seleção, o professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa, atual orientador, perguntou-me sobre a possibilidade de inserir minha tese na perspectiva dos estudos sobre Intelectuais, essa sugestão me fez refletir e amadurecer algumas ideias em relação à perspectiva de discussão acerca do objeto de estudo, caso fosse aprovada. Após o resultado positivo na seleção, tivemos algumas conversas de orientação sobre os caminhos da pesquisa e a indicação de algumas leituras como a tese de Galvínio (2019), os textos de Gomes e Hansen (2016), Vieira (2008) e (2015). A partir desses estudos e depois de percebermos a relação deles com nosso objeto, vimos a pertinência do alinhamento desta pesquisa com a História intelectual, dos/as intelectuais e das mulheres.

Em relação ao projeto de tese inicial, no qual busquei apontar Carmen Coelho como mulher pioneira na escrita de livros didáticos de história da Paraíba, foi evidenciado na leitura da tese de Galvínio (2019, p.71), que essa hipótese não se fundamentava, pois, a pioneira nesse quesito foi a educadora Eudésia Vieira¹⁹ e antes

¹⁹ Eudésia Vieira (1894-1981) nasceu em 08 de abril de 1894, no povoamento de Livramento no município de Santa Rita, na Paraíba. Foi professora, médica e escritora, uma grande personalidade feminina paraibana. GALVÍNCIO, Amanda Sousa. A Trajetória Intelectual De Eudésia Vieira: educação,

dela, tivemos Francisca Moura²⁰, pioneira não na publicação de livros didáticos de história, mas em livro de Português:

A experiência educacional oriunda do exercício do magistério fez com que Eudésia Vieira se inserisse também no mercado editorial do livro didático. Como autora de livros escolares sua produção foi sobre história pátria local e nacional, escrevendo Pontos de História do Brasil (1921) e, posteriormente, Terras Tabajaras (1955), ambos adotados nas escolas primárias oficiais da Paraíba (MELLO, 1996; PEREIRA, 2007; SALES, SILVA, 2008; BARBOSA, 2009; MEDEIROS, 2014). Anterior a Eudésia Vieira, apenas a professora Francisca Moura, mãe de Chatarina Moura (MACHADO, NUNES, MENDES, 2013), foi autora de livro didático no estado e escreveu Pontos de Português (1906) adotado pela Escola Normal para formação de professores (Mello, 1996 Apud Galvâncio, 2019).

Durante as disciplinas cursadas no doutorado, principalmente, a partir do segundo semestre, quando somos direcionados para disciplinas específicas da nossa linha de pesquisa, algumas delas indicaram percursos teóricos e metodológicos que se alinham com o objeto de estudo em questão, como foi o caso de *Pesquisa em História da Educação*, ministrada pelo professor Dr. Charliton José dos Santos Machado. Nela, além de executarmos estudos e discussões com base em fundamentações teóricas e metodológicas, tivemos a oportunidade de perceber a prática da escrita acadêmica com a leitura de dissertações e teses da HE. Também tivemos a oportunidade de compartilhar experiências e saberes com professores e alunos da Universidade Federal do Ceará que participaram das aulas, tendo em vista a flexibilidade e o alcance que foi proporcionado pelas aulas remotas. Nas semanas finais, fizemos a operacionalização do que aprendemos, realizando a apresentação oral e escrita de um pequeno esboço da pesquisa em andamento, denominada copião.

Outra disciplina que merece destaque é a de Tópicos em História da Educação: *História da Profissão Docente* ministrada de forma interinstitucional pelos programas, PPGECC/FEBF-UERJ, RJ; PPGE/UFPB, PB. As professoras responsáveis pelo componente curricular foram a Dra. Amália Dias (PPGECC-FEBF-UERJ), Dra. Angélica Borges (PPGECC-FEBF-UERJ); Dra. Surya Aaronovich Pombo Barros (PPGE -UFPB). Essa experiência foi enriquecedora, pois foi possível dialogar com vários pesquisadores e perceber diferentes experiências e objetos de pesquisas em

feminismos e história pátria (1921-1955). Tese de doutorado. PPGE/UFPB: João Pessoa, 2019.

²⁰ Francisca Rodrigues Chaves de Moura (1860-1942) professora paraibana e escritora de livros. Ver tese de ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Paraíba (1824-1922). Tese de doutorado. PPGE/UFPB: João Pessoa, 2017.

andamento. Vale destacar as discussões acerca de “Intelectuais, trajetórias e experiências no magistério do ensino primário e secundário” e sobre a “História da profissão docente no Brasil” que trouxeram como referências Gomes e Hansen (2016), Sirinelli (2003), Munhoz (2018), Nóvoa (1991), Villela (2000).

Vale ressaltar que em 2021 participei do grupo de estudos e pesquisa coordenado pelo meu orientador o Drº Jean Carlo de Carvalho Costa, vinculado ao projeto do Programa Institucional De Bolsas De Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPB), intitulado: *História Intelectual, Circulação de Ideias e espaço público: um mapeamento das Investigações em torno dos Intelectuais no Brasil e Portugal*. Os encontros semanais aconteciam de forma remota para que pudéssemos discutir textos relacionados à História intelectual e dos/as intelectuais, sobre o conceito do intelectual mediador, as pesquisas com intelectuais na história da educação a partir de (Vieira, 2008; Neves, 2006; Gomes e Hansen 2015; Correa 2015; Silva 2002, 2003; Machado 2016) e com isso fazer as relações das leituras com o objeto dessa pesquisa.

No primeiro semestre do ano de 2022, como aluna especial no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), cursei outra disciplina de Tópicos em História da educação: *A história social no Brasil: historiografia e política*. Foi mais uma oportunidade, nesse universo de aulas remotas, de socializar com pesquisadores de outra instituição e ampliar a aprendizagem acerca da história. Foi uma experiência enriquecedora, afinal, eu a única Pedagoga em um ambiente predominantemente formado por historiadores.

O professor Dr. Luciano Mendonça de Lima conduziu as discussões, ao longo da disciplina, de modo que pudéssemos entender o processo de recepção da história social no Brasil e suas implicações historiográficas e políticas nas últimas décadas. Além de situar a história social como um desdobramento da tradição historiográfica do materialismo histórico, a disciplina oportunizou entender os pressupostos teóricos e políticos da história social e sua contribuição/objeção à historiografia contemporânea, correlacionando conhecimento histórico e compromisso político na produção intelectual dos historiadores sociais brasileiros. Para isso, foram utilizados autores como Marx e Engels (2007), Barros (2011), Aguirre Rojas (2017), Hobsbawm (1998), Gomes (2013), Cardoso e Vainfas (1997) e, a partir das discussões, foi realizada a apresentação oral e escrita da pesquisa de dissertação ou tese dos discentes, fazendo a relação do seu objeto com a história social.

Como ainda estávamos vivendo os resquícios da pandemia, muitos eventos acadêmicos foram cancelados ou passaram por reconfigurações, sendo realizados de forma remota. Então, no ano de 2023, participamos do IV Seminário do Grupo de Pesquisa Educação de Mulheres nos séculos XIX e XX e II Encontro do Grupo de Pesquisa Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação, na cidade do Rio de Janeiro, no formato presencial, apresentando o seguinte trabalho: *Mulheres Intelectuais: a trajetória da educadora paraibana Carmen Coelho De Miranda Freire (1971-1999)*.

Ainda retratando o percurso de pesquisa, no que concerne aos estudos e às experiências até chegar à escrita deste texto, ocorreram algumas idas e vindas em relação à perspectiva de análise da trajetória de Carmen Coelho. Mesmo com várias fontes disponíveis, houve dúvidas sobre como delimitar o problema e evidenciar de qual elemento iria partir o estudo desta trajetória. Nesse sentido, a orientação e o exame de qualificação foram determinantes para os rumos desta investigação. Percebemos e, como já vem sendo apresentado, Carmen Coelho tem, em sua trajetória, um movimento de atuação em diferentes espaços, mas, tomando como pressuposto a perspectiva de que a análise das trajetórias, a partir do universo católico paraibano, ainda é pouco explorada, no âmbito da História da Educação da Paraíba, partimos desse elemento para analisar nosso objeto.

Diante do exposto, fizemos uma investigação sobre as pesquisas defendidas no interior do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), no período que compreende os anos de 2013 a 2023, inseridas na linha de História da Educação que privilegiam trajetórias de intelectuais católicos, e/ou análise a influência da Igreja e do ideário católico na educação paraibana.

Santos (2021) investigou a trajetória profissional e a prática docente de Nini Paes de Araújo, na cidade de Itabaiana-PB, investigando se suas práticas foram pautadas pelo repertório católico ou pelo ideário escolanovista, tendo em vista que ela teve influências formativas desses dois parâmetros nas instituições que estudou. Nini Paes de Araújo teve sua prática fundamentada nas orientações cristãs das religiosas da Sagrada Família do Colégio Nossa Senhora das Neves, instituição que ficou por sete anos e nessa vivência, apropriou-se do discurso conservador católico, com a finalidade de demonstrar o seu posicionamento, enquanto mulher católica e professora, no que se refere à educação e à política.

Araújo (2020) apresentou a trajetória histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, da cidade de Cajazeiras. A escola pautava sua educação nos princípios religiosos, tendo seu projeto educacional tutelado pela Igreja Católica, que, por sua vez, interferia nos processos formativos das novas professoras, garantindo assim, a difusão dos princípios morais e cristãos. Gomes (2020) discutiu sobre algumas publicações do jornal católico *A Imprensa*, tendo em vista que propagavam um modelo educacional religioso de família e, relacionado a isso, evidenciou os discursos da União dos Moços Católicos nesse mesmo jornal, que também reproduzia os dogmas predeterminados pela Igreja Católica. Por fim, Santos (2020) analisa os discursos religiosos e científicos, elaborados pela direção do Colégio Diocesano Pio X.

Vimos que, em um período de dez anos, apenas quatro pesquisas discutiram questões relacionadas às influências do ideário católico na educação e na sociedade. Visando contribuir com a ampliação dessas discussões, no âmbito da História da Educação da Paraíba, evidenciamos a trajetória de Carmen Coelho, associada às influências advindas do repertório cultural católico adquirido.

1.2 PERCURSO DA HISTÓRIA INTELECTUAL E DOS/AS INTELECTUAIS: RELAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITOS

Sabemos que no desenvolvimento da pesquisa acadêmica, deparamo-nos com algumas dúvidas sobre qual o melhor caminho teórico, metodológico e quais os conceitos fundamentais na relação com o objeto, com a problemática e com as fontes disponíveis que acessamos, a fim de tecer, da melhor forma possível, os desdobramentos dos objetivos pretendidos. Nosso objetivo é o conhecimento histórico; nossas hipóteses são apresentadas para explicar tal formação social particular do passado e, diante desses aspectos, no processo de pesquisa, fizemos algumas revisitas aos nossos objetivos, a partir dos estudos realizados, dos encontros com as fontes e o que elas nos revelaram, pois “cada idade, cada praticante, pode fazer novas perguntas à evidência histórica, ou pode trazer à luz novos níveis de evidência” (Thompson, 1981), a fim de estruturar a escrita dentro da coerência e com o rigor científico necessário para o desenvolvimento da tese.

Quando nos submetemos à escrita da história, precisamos ir não só em busca de fontes que nos ajudam corroborar ou nos contrapor às nossas hipóteses e

argumentações, mas, precisamos relacionar nosso objeto com o campo histórico, suas dimensões, abordagens e domínios que o fundamentam, contudo:

A explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem uma própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo (Thompson, 1981).

Foi nesse sentido de entender os acontecimentos e as relações que foram determinantes para a efetivação da pesquisa, que buscamos conhecer teorias, as quais nos auxiliaram no processo de uma explicação histórica, junto com o cruzamento das fontes disponíveis. A partir desse pressuposto, vimos que a História Social traz uma perspectiva diferente da historiografia tradicional, pois apresenta abrangência no que se refere ao olhar para os fatos históricos, analisa os detalhes, abrindo espaço para discussão, através de novos objetos, temas e processos de análise metodológica. Essa forma de ver a história contribui, no sentido, de permitir ao pesquisador instrumentalizar-se com achados, conceitos e categorias diversas que podem nos conduzir a diferentes perspectivas dos acontecimentos efetivamente vividos conforme afirma Castro:

A revista e o movimento fundados por Bloch e Fevre, na França, em 1929, tornaram-se a manifestação mais efetiva e duradoura contra uma historiografia factualista, centrada nas idéias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas. Contra ela, propunham uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais Ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico (Castro, 1997, p.45).

É interessante enfatizar que é necessário nos apropriarmos do campo teórico e metodológico da pesquisa histórica e percebermos em qual perspectiva nossa problemática se encaixa, além de manter o olhar crítico sobre os fatos históricos, sair da superficialidade no processo de interpretação das fontes para não perpetuarmos a prática de uma historiografia com moldes tradicionais. Nesse sentido, aponta Rojas:

[...] indo além da mera elaboração de cronologias e série de dados e superando sua condição de simples crônicas de datas, lugares e acontecimentos, ao que foi reduzido o trabalho histórico pela visão positivista que ainda merece maior crítica e, finalmente, superação (Aguirres Rojas,

2017, p. 81).

Aguirres Rojas (2017, p.82) faz referência a Marx e aponta que [...] “conceber a história, em todas as suas dimensões, suas temáticas e seus problemas, como uma história profundamente *social*.” E destaca ainda a necessidade de investigar aqueles que, até então, não tinham papel na historiografia, eram relegados ao anonimato, pois os protagonistas eram sempre as elites e os grandes personagens que dela faziam parte. Neste estudo, fizemos um deslocamento do foco analítico do macro para o micro, pois evidenciamos o interesse histórico pela trajetória intelectual da educadora Carmem Coelho de Miranda Freire, tendo em vista que:

Se a historiografia estrutural, serial ou mesmo a história das mentalidades privilegiava as recorrências, as permanências e a “longa duração”, a microanálise toma por objeto os pequenos movimentos, os recortes temporais e espaciais mais limitados, assim como as experiências individuais (Teixeira, 2014, p.259).

Nesse processo de busca, vale ressaltar que, diante da dimensão da História Social, não só os documentos oficiais são considerados como fontes, dando-nos abertura para nos apropriarmos de vários tipos de documentos, evidências “não oficiais”, ou seja, todo material que for descoberto pela pesquisa pode ser considerado, cabendo ao pesquisador perceber a relevância, olhar bem nas entrelinhas e analisar se este irá auxiliar na escrita dos objetivos propostos. Com isso, Thompson (1981) afirma:

Embora os historiadores possam tomar a decisão de selecionar essas evidências, e escrever uma história de aspectos isolados do todo (uma biografia, a história de uma instituição, uma história da caça à raposa etc.), o objeto real continua unitário. O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder, pela subordinação etc.).

Esses novos olhares para o processo histórico contribuem, no sentido de permitir ao pesquisador instrumentalizar-se com achados, conceitos e categorias que podem reconstituir os processos efetivamente vividos [...]” Seu objetivo é reconstruir, “explicar”, e “compreender” seu objeto: a história real.” (Thompson, 1981). Mesmo não estando fundamentado na História social, é importante estabelecer o diálogo com essa dimensão do campo histórico, a fim de perceber por onde o objeto também

transita. Essa pluralidade de referências, [...] “é para dialogar com distintas proposições teóricas para resolver os dilemas apresentados pela especificidade dos problemas e das fontes históricas, mobilizadas nas suas pesquisas” (Vieira, 2015)

Nesse sentido com base em Saviani, a narrativa:

Não pode ser analisada, única e exclusivamente, em seus aspectos formais. [...] a história seria uma narrativa de eventos de um outro tomando como referência o campo de significados de nossa cultura. [...] O maior problema para a história é o de que o seu objeto de investigação, isto é, as ações humanas ressignificam as experiências vividas, e, ao mesmo tempo, imprimem determinados significados aos eventos, que nem sempre são apreendidos pelos quadros de referência da nossa cultura. A história tem uma concepção cumulativa do tempo. Por isso, o presente tem melhor condições de entender o passado, do que este mesmo passado teve condições de entender a si mesmo (Saviani, 2006).

Optamos pela História Intelectual, dos (as) intelectuais para fundamentar nosso objeto e, antes mesmo do aprofundamento sobre o tema, alguns questionamentos pairavam em relação ao entendimento dele. Popularmente, o que é um ou uma intelectual? O que associa alguém a este adjetivo/substantivo? Podemos caracterizar um/a professor/a da educação básica, precisamente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, como intelectual? Nós, pesquisadores acadêmicos, somos considerados intelectuais? É necessária a conclusão do doutorado para tal, ou ser intelectual independe de um grau acadêmico? Sobre o significado da palavra popularizado na internet, encontramos a seguinte definição²¹: “é um adjetivo que caracteriza algo ou alguém que desempenha uma atividade de natureza mental, relacionado com o intelecto e a inteligência. Um intelectual é a pessoa que produz pensamentos”. E ainda afirma que:

Este termo também pode assumir a classificação de substantivo e representar a pessoa que vive exclusivamente de seu intelecto, ou seja, de sua inteligência e das coisas que requerem uma aplicação mental, como a cultura, as artes, a música, a literatura e etc. Assim, quando se diz que determinada pessoa é uma intelectual, significa que é culta, que se propõe a estudar e refletir sobre ideias que abrangem os mais variados temas que possam ter alguma relevância social ou individual. Alguns dos principais sinônimos de intelectual são: cerebral, racional, mental, intelecto, espiritual, pensador, sábio, letrado, erudito, sabedor, culto e douto.

²¹ Disponível em: <https://www.significados.com.br/intelectual/>. Acesso em: 10/05/2023.

Até pelos sinônimos apresentados, logo nos vem “à mente” como representação, o arquétipo de uma figura que apresenta elegância, oralidade e escrita baseada na norma padrão, ser conhecedora de temas variados, ter consumido vários livros e se apropriado dos seus conteúdos, aquele ou aquela que não só expõe, como pode exercer convencimento de outros, a partir da explicitação de suas ideias. Percebemos que não cita o professor, o pesquisador, nem graus acadêmicos, mas, se analisarmos o ato de estudar, refletir e discutir cotidianamente temas diversos que possuem relevância social e cultural, podemos concluir então que estes estão inseridos nessa categoria, Segundo Bobbio (1997, p.11).

Hoje, chamam-se intelectuais aqueles que em outros tempos foram chamados de sábios, doutos, *philosophes*, literatos, *gens de lettre*, ou mais simplesmente escritores, e, nas sociedades dominadas por um forte poder religioso, sacerdote e clérigos.

Sobre isso, reportamo-nos a Bourdieu (2003, p.163), ao afirmar que: “uma questão que não está definida na realidade: saber quem é intelectual e quem não é, quem são os “verdadeiros” intelectuais, aqueles que verdadeiramente realizam a essência do intelectual.” Nesse sentido Bobbio (1997, p.11) afirma que:

Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico [...] sobre as mentes, pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões do mundo de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra [...]

Bauman (2010) indica que determinar o que é ser ou não ser um intelectual dependerá do período evidenciado e que não tem uma definição fechada/pré estabelecida de atividades que devem ser realizadas para que uma pessoa ou profissão seja conceituada como intelectual. Está mais associada às posturas adotadas e como essa pessoa ou sua profissão se coloca diante das questões relacionadas à produção e à disseminação de conhecimento.

Ressaltamos que se tratando da História Intelectual e dos(as) intelectuais, ao longo do texto, fizemos a utilização das abreviações, HI e HDI; foi feito um estudo de diversos autores na busca pela compreensão desse campo, estabelecendo o diálogo entre ele e o objeto da pesquisa. Podemos elencar Silva (2002,2003), Lopes (2003), Lacerda e Kirschner (2003), Moscateli (2003), Oliveira (2003), Vieira (2008,2015), Wasserman (2015), Roiz (2015, 2017), Oliveira e Vieira (2021), Gomes e Hansen (2016) como referências nacionais e Gramsci (1982), Bobbio (1997), Dosse (2004,

2007), Armitage (2015), Sirinelli (2014), Bourdieu (1996, 2003, 2009) como autores de referência internacional, para embasar as discussões acerca desse campo. Conforme os autores citados evidenciaram, existe uma complexidade conceitual, a partir dessa discussão sobre HI e não podemos defini-la de forma unívoca, sendo necessário percebermos essas diversidades e buscarmos a que melhor se relaciona com o objeto de estudo e objetivos pretendidos.

A HI, como conhecemos hoje, já foi identificada como História das Ideias (Lopes, 2003), “campo de estudos extremamente vasto e de longa data dominada pela historiografia anglo-saxã, conheceu diversas tendências e trilhou caminhos bastante diferenciados, ao longo do século XX”. Silva (2003) apresenta que: “Confundida com a história das ideias, a história cultural e a história dos intelectuais, essa nova área indistintamente designada, hesita entre ser, de um lado, procedimento de análise, e de outro, disciplina de formação”. Ela ainda coloca que, a HI é um campo de estudo indeterminado, tendo em vista a falta de sistematização da sua teoria e metodologia, “domínio vago e impreciso, a história intelectual, na França, tende a se confundir com a sociologia dos intelectuais, com a história das ideias e mesmo com a sociologia e a história da cultura” (Silva, 2002, p.11). Nesse sentido afirma que:

[...] a História Intelectual, tal como nós a percebemos, teria por principal pressuposto restituir, do ponto de vista sociológico, filosófico e histórico, o contexto de produção de uma obra. No entanto, ela difere da tradicional história das ideias (na acepção francesa), que se restringe quase sempre a uma crônica das ideias e a uma justaposição cronológica de resumo de textos políticos e/ou filosóficos (Silva, 2003, p. 16-17).

A história intelectual configura-se como uma área de investigação que pode apresentar uma diversidade de abordagens, entre elas, as biografias, que vão trazer a história de vida; a hermenêutica, que se trata da análise da obra; e a sociologia dos intelectuais, que vai perceber a dimensão contextual existente (Silva, 2002). E apresenta ainda três dimensões que podem ser discutidas: a sociológica, que considera as redes de sociabilidade; a histórica e a que analisa o discurso intelectual (Silva, 2003). Nesse aspecto, podemos entender como referência o contexto francês, tendo em vista que “pesquisa e valoriza duas versões de história intelectual: a obra desincorporada do texto (discursiva) e as configurações, os campos, as práticas (contextual)”. (Oliveira, Netto e Vieira, 2021). Dosse (2004) aponta que a HI nasce do

encontro da história das ideias e a história cultural e que consiste na explicação interna e externa dos fatos, sem reducionismos entre uma ou outra.

Já Wasserman (2015) aponta que os estudos históricos, habitualmente, denominado história das ideias, história dos intelectuais ou, simplesmente, história intelectual diz respeito às diversas interpretações sobre os agentes, as práticas, os processos e os produtos classificáveis como intelectuais. Podemos, então, perceber que a HI detém uma gama diversificada de escrita sobre os intelectuais e suas produções e com isso, “não se pode ignorar essa pluralidade de enfoques teóricos, de recortes temáticos e estratégias de investigação que animam hoje as disciplinas relativas ao mundo histórico e social, entre as quais, a História Intelectual” (Altamirano, 2007, p. 10). Portanto, essa diversidade, na perspectiva de análise da HI, “evidencia que a confusão teórica deriva tanto das indecisões de fronteiras, quanto da prevenção contra pesquisas dirigidas aos níveis eruditos da cultura e contra os métodos de trabalho que em geral aquelas adotam” (Lacerda; Kirschner, 2003, p. 25).

No contexto norte americano, a noção de história intelectual é denominada como *Intellectual history*, baseada na abordagem literária e até linguística. Na França, em 1980, a *Histoire Intellectuelle* apresenta o discurso dos intelectuais e amplia as expectativas das explicações, observando para além do que está escrito, ou do que foi dito, percebendo também o contexto, a conjuntura e o desdobramento do fato. Sobre esse contexto francês, Dosse (2007, p. 13, tradução nossa) aponta:

Assim, devemos esperar até a década de 1980 para ver surgir na França um interesse por esta história dos intelectuais. A criação do GRHI (Grupo de Investigação em História dos Intelectuais), em 1985 dirigido pela primeira vez por Jean-François Sirinelli no âmbito do IHTP, desenhou assim os contornos de um campo de estudo específico²².

Ele enfatiza a ampliação desse debate a partir das obras de Sirinelli e Michel Winock e na introdução do seu livro *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales*, reforça: [...] “Ao lado desta história dos intelectuais, desenvolveu-se uma história propriamente intelectual, mais ligada ao projeto de elucidar as obras dos pensadores na sua historicidade”²³. (Dosse, 2007, p.14, tradução nossa). Sobre o

²² Así pues, hay que esperar a los años 1980 para veremerger en Francia un interés por esta historia de los intelectuales. La creación del GRHI (Grupo de la investigación de la historia de los intelectuales), 1985 dirigido primeramente por Jean-François Sirinelli en el marco del IHTP, diseña así los contornos de un específico ámbito de estudio.

²³ [...] al lado de esta historia de los intelectuales, se ha desarrollado una historia propriamente

termo história intelectual, Vieira destaca que “reúne um conjunto diversificado de opções e de tradições historiográficas” além de:

sob a denominação de história intelectual, identificamos uma multiplicidade de possibilidades, envolvendo tanto os estudos dos pensadores clássicos da política, da filosofia ou da ciência como as formas de pensamento ou representações sociais produzidas por homens ou mulheres que viveram às margens do campo intelectual e/ou editorial, nas suas experiências cotidianas. O ponto em comum dessas tradições é a oposição às ideias desencarnadas, de maneira que tanto a História dos intelectuais como a recente história intelectual se revelaram atraentes para aqueles interessados em seguir explorando historicamente a esfera cultural, nas suas dimensões de produção, circulação e recepção de ideias e de crenças em contextos históricos determinados (Vieira, 2015, p.16-17).

Nesse sentido, percebemos uma íntima relação entre o campo da história intelectual com a história dos intelectuais, nesse viés, a história da educação categoriza o intelectual como objeto de pesquisa e busca, a partir do objetivo proposto, compreender as ideias, as produções, as práticas, as redes de relações e o contexto social deles. Segundo Lacerda e Kirschner, preferimos o uso de HI para:

[...] designar todas as espécies de estudos históricos concernentes a obras, doutrinas, formas de pensar, tradições de saber, movimentos etc. na esfera erudita da cultura, diferenciando-se assim das pesquisas de mentalidade, do imaginário, dos processos culturais simbólicos e das dimensões sociais da cultura, que constituem outras tantas especializações (Lacerda; Kirschner, 2003, p. 29)

Essa mesma autora apresenta a importância de como relacionar as abordagens na pesquisa em HI, buscando acabar com o equívoco que é fazer a divisão entre texto (ideias) e contexto (fatores externos), “pois o que está em causa não é um confronto entre análises que contemplam ou abstraem o contexto, e sim distintas maneiras de entender o contexto”. (Lacerda; Kirschner, 2003). Parafraseando Harlan (2014) a HI tem como especificidade a condição de ser uma disciplina que tem como função preservar nossa memória cultural e as importantes tradições intelectuais. E ainda, “não se pode ignorar essa pluralidade de enfoques teóricos, de recortes temáticos e estratégias de investigação que animam hoje as disciplinas relativas ao mundo histórico e social, entre as quais a História Intelectual” (Altamirano, 2007, p. 10).

Nesse aspecto, trazemos discussões acerca dos contornos que atravessam o

intelectual, más vinculada al projecto de elucidar las obras de los pensadores em su historicidade.

conceito de intelectual, cuja literatura nos aponta suas origens com essa denominação, na França, em meados do século XIX. Nesse sentido, em relação a uma análise sobre o que é ser intelectual, Bourdieu aponta: “[...] ter-se o monopólio da produção do discurso sobre o mundo social, estar-se cometido com um espaço político que tem sua lógica, no qual são investidos interesses de um tipo particular, etc”. (Bourdieu, 2003, p. 69). Para esse autor, o estudo dos intelectuais deve ser realizado a partir do ponto de vista sociológico, pois oferece liberdade, “a sociologia dá uma oportunidade de quebrar o encanto, de denunciar a relação de possuidor possuído, que acorrenta ao seu tempo os que estão sempre em dia, segundo o gosto do dia” (2003, p. 74). Pois segundo o mesmo autor:

Contra a ilusão do “intelectual sem amarras nem raízes” que é de certo modo a ideologia profissional dos intelectuais, lembro que os intelectuais são, enquanto detentores de capital cultural, uma fração (dominada) da classe dominante e que bom número de suas tomadas de posição, em matéria política por exemplo, se ligam à ambiguidade da sua posição de dominados entre os dominantes” (Bourdieu, 2003, p.74).

Esse conceito está ligado à concepção de homens que produzem conhecimentos ou ideias e que estão vinculados a intervenções de ordens políticas e sociais, “os intelectuais seriam uma categoria socioprofissional marcada pela vocação científica, no dizer weberiano, ou pela especialização que lhes confere “capital cultural” e “poder simbólico, nos termos de Bourdieu, quer pelo gosto da polêmica, inclusive a política.” (Gomes e Hansen, 2016, p. 10). Nesse sentido, podemos perceber ainda como as mesmas autoras apresentam dois aspectos para elencar essa categoria:

O primeiro se refere ao processo de “criação ou produção” de bens culturais, que remete à figura do intelectual classificado como “produtor original ou criador”, geralmente tratado por autor, artista, inventor, cientista etc, Enfim um sujeito concebido como responsável pela constituição da chamada cultura erudita, alta cultura, ou também identificado de forma coletiva, como integrante de grupos inovadores e movimentos de vanguarda, que produzem alterações percebidas como bruscas e profundas no ambiente artístico ou científico, muitas vezes obtendo reconhecimento, a posteriori. O segundo envolve os processos de acesso e recepção desses bens culturais, por grupos de tamanhos variados, sobretudo se considerarmos a diversidade de suporte desses bens, que vão da palavra falada e escrita, passam pelos impressos e pelo audiovisual, e chegam aos meios digitais (Gomes e Hansen, 2016, p.13).

Verificamos, então, uma visão ampliada da categoria na qual o intelectual pode

ser aquele que cria, produz, como se aproxima e recebe algum bem cultural, sem necessariamente ser ou fazer parte de algum clã específico. Nesse sentido, como autora de obras, já podemos inserir Carmen Coelho nesse viés interpretativo de uma intelectual que cria e produz bens culturais. No sentido de participar de grupos que consolidam esse “perfil intelectual”, podemos destacar sua atuação enquanto sócia do IHGP e vislumbrando o Núcleo Noelista, podemos perceber como esse espaço foi utilizado para recepção e reprodução dos bens culturais que envolvem o dogma do catolicismo da época. Na imagem, podemos vislumbrar a autora sentada em uma mesa cercada de papéis e com uma caneta nas mãos, não sabemos o contexto da foto, apenas que foi publicada na capa de costas da segunda edição do livro *A mansão da praça Bela Vista* (1977). Pode ser que ela estivesse em um momento de atividades para o Núcleo Noelista, efetuando pesquisa ou mesmo o cenário tenha sido organizado para consolidar a imagem da escritora em prática.

Figura 1 – Carmen Coelho de Miranda Freire



Fonte: A mansão da praça Bela Vista (1977)

Historicamente, o conceito de intelectual tem caráter polissêmico, dependendo da época e do contexto referido, em que inicialmente o “intelectual” estava ligado à figura do clérigo, da sacralidade, daqueles que enunciavam a verdade; na Idade Média, com a laicidade, os clérigos da igreja perderam espaço para os clérigos leigos eruditos. Para Bobbio (1997), no que se refere a essa discussão “o nome é relativamente recente, mas o tema é antigo”. E ainda coloca que:

[...] a um sujeito específico ou mais precisamente a um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de

idéias, que desde há um século são normalmente chamados de “intelectuais”. [...] Que esses sujeitos históricos sejam chamados “intelectuais” há cerca de um século não deve obscurecer o fato de que sempre existiram os temas que são postos em discussão quando se discute o problema dos intelectuais, quer esses sujeitos tenham sido chamados, segundo os tempos e as sociedades, de sábios, sapientes, doutos, philosophes, clecs, hommes de lettres, literatos, etc. (Bobbio, 1997, p. 109-110).

No final do século XIX, com o caso Dreyfus²⁴, o termo “intelectual” passou a ter um significado pejorativo, tendo em vista que as pessoas de renome que estavam questionando a sua sentença, colocaram-se contra a razão do Estado, o que configurou a divisão do intelectual entre o de esquerda ou de direita (Vieira, 2008). Ainda temos os intelectuais que vivem para as ideias, como se configura um tipo de vocação, em que as ideias são mais importantes do que a prática, ou seja, encarna o espírito crítico, de contemplação e fala sobre coisas diversas e valores universais, nesse sentido, temos ápice da curiosidade intelectual, saber por saber. Ainda nesse contexto, podemos destacar:

A história dos intelectuais tem na França e na Itália grande desenvolvimento, e liga-se intimamente à história política. Já a história intelectual é parte de um movimento mais recente e, portanto, difícil de ser definido tanto em termos de presença nas diferentes culturas historiográficas nacionais como em termos de métodos e de objetos compartilhados (Vieira, 2015, p.16).

Nos pressupostos da HI, o que caracteriza o intelectual segundo Lopes (2003) é ter notoriedade, “seus dotes de retórica e seu prestígio pessoal a serviço do bem-estar de seus compatriotas é um dos princípios integrantes de seu perfil”. Além disso, o fato de bater na defesa de valores universais como verdade e a justiça”. Observando as leituras sobre as ideias de Gramsci²⁵ (1982), podemos perceber um compilado de sentidos que norteiam o conceito de intelectual, o denominado intelectual tradicional a casta que “por muito tempo se conservou como supremacia político-intelectual”, o orgânico advindo do projeto de Estado burguês e o orgânico das classes subalternas.

Para ele:

o ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional; distinção da qual decorre toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas (Gramsci, 1982, p. 13-14).

²⁴ Chistuphe Charle discute essa figura do intelectual francês a partir do caso Dreyfus na obra: O nascimento do intelectual 1880/1900. In: Silva (2003).

²⁵ Na obra: “Os intelectuais e a organização da cultura” (1982), é possível compreender como se deu a formação dos intelectuais a partir do contexto histórico da Itália, França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, América do Sul e América Central.

Nesse sentido, Castoriadis indica que o intelectual de nosso tempo deve se restituir e restituir na história sua atividade autêntica:

O intelectual só pode se manter nesse espaço [da história], reconhecendo os limites do que sua suposta objetividade e universalidade lhe permitem. Deve reconhecer, e não com desdém, que o que ele tenta fazer entender é ainda uma doxa, uma opinião, e não uma epistémé, uma ciência. Cumpre sobretudo reconhecer que a história é o domínio onde se desenvolve a criatividade de todos, homens e mulheres, eruditos e analfabetos, de uma humanidade na qual ele mesmo é apenas um átomo (Castoriadis, 2002, p.119).

Levando ainda em consideração a relação de Carmen Coelho com núcleos católicos e mais do que isso, atividades intelectuais católicas é que se faz necessário abordar esse conceito, a fim de fundamentar essa parte de sua trajetória. Nessa perspectiva, vejamos os apontamentos de Mueller (2015):

pensarei os intelectuais católicos como intelectuais engajados, na medida em que saem de sua reflexão cristã passiva e ampliam o espaço de sua religiosidade na ação política. Atendem aos apelos que afirmam ser os de toda a população católica, de fortalecer o catolicismo não só como exercício religioso mas como intervenção na sociedade. Objetivam fazê-lo por meio da ação política, como intelectuais pertencentes a uma sociedade que consideram fragilizada, e intervêm para que ela siga os rumos definidos por seus ideais, ou seja, aqueles da Igreja Católica Apostólica Romana.

Nesse sentido, no Brasil das décadas de 1920 e 1930, havia um ideário de renovação nacional que influenciou o campo político, social e também o religioso. A Igreja sempre esteve atenta às transformações políticas e sociais, segundo Mueller, 2015, a Igreja Católica se organizava, a fim de ampliar seu espaço na sociedade, não com relação à fé, apenas, mas também no sentido de fortalecer as questões políticas da Igreja perante o Estado. “Dessa forma, as preocupações da intelectualidade brasileira que já estava, havia tempos, ocupando-se da formulação/ articulação/ construção de um ideário nacional, buscando a definição de signos que viesssem a compor sua identidade, ganham corpo e conteúdo (Mueller, 2015). Azzi afirma que:

É durante o decênio 1920-1930 que se inicia essa nova etapa da Igreja no Brasil, que pode ser designada como período de Restauração Católica. Duas são as ideias que dominam os líderes do catolicismo: maior presença da Igreja, e colaboração efetiva com o governo... a necessidade de uma maior presença atuante da Igreja na sociedade: o episcopado deseja efetivamente ter um papel de liderança entre o povo brasileiro (Azzi, 1977, p.63).

Com isso, “a estratégia de criação do laicato católico consistia em uma ação direcionada a uma pequena parcela da população brasileira, ou seja, aglutinar e formar um grupo de intelectuais e políticos comprometidos com o ideário católico”. (Campos, 2014). Portanto, os intelectuais da Igreja atuavam como intercessores entre os prelados e os representantes das camadas sociais em ascensão, visando promover uma unidade ideológica dos grupos sociais em defesa do conservadorismo e dos valores tradicionais necessários para que o Estado e a sociedade burguesa se desenvolvessem (Nascimento, 2019).

Diante desse contexto da Igreja, é importante destacar que o Núcleo Noelista apresentava preocupação com a formação intelectual das suas integrantes:

A União Noelista preocupa-se com a formação intelectual por ser a cultura vasta e sólida: a) um dos valores mais sensíveis ao meio no qual pretende influir; b) um poderoso fator de valorização pessoal, no plano humano e sobrenatural; c) excelente preparação e instrumento para o serviço social e apostólico. Prolonga assim as lições recebidas no lar e nos colégios, orientando a verdadeira posição da católica no meio em que vive (O Noel, 1955).

Em outro livreto, composto por algumas perguntas e respostas sobre o núcleo, vimos mais colocações sobre essa questão:

Porque o Noel põe no primeiro plano de suas preocupações a formação geral? Porque a experiência tem demonstrado que uma cultura vasta é uma excelente preparação - ainda que em apariência longíqua - ao serviço social e cristão. Como “Le Noel” provê a essa formação geral? prolongando as lições recebidas no lar ou nos colégios, pelos estudos religiosos, literários, artísticos, históricos e instrutivos, todos penetrados do espírito cristão (A Mística do Noel, 1945).

Com a leitura das publicações noelistas que tivemos contato, percebemos que a instituição, desde sua sede, dispunha de alguns parâmetros organizacionais e fazia questão de que os núcleos advindos de suas ramificações também seguissem as mesmas matrizes. “E, sendo esta uma das suas primeiras preocupações, tinha-se, como meta a ser alcançada, a formação religiosa e moral, em que as noelistas deveriam, não somente absorvê-la e vivê-las, mas, e, sobretudo, divulgá-las” (Costa, 2007, p.69). No que se refere ainda à formação intelectual, o direcionamento metodológico era de que:

Para atingir as suas finalidades promove a União Noelista os seguintes meios de formação e ação individuais e coletivas: a) missas,退iros (mensais e

anuais), reuniões de formação, e, como elo de solidariedade espiritual, a recitação diária do “Lembrai-vos” na intenção uma das outras; b) reuniões mensais dos núcleos, onde desenvolve: 1- a formação espiritual pelo estudo de problemas religiosos 2- a formação cultural pelo estudo e discussão de assuntos de interesse geral, colocados sob um prisma verdadeiramente cristão 3- a formação apostólica através de inquéritos e da elaboração de planos de ação, correspondendo à consciência e aceitação de cada uma e de todas em face do meio em que devem exercer sua influência cristianizante; a) boletins especializados de formação e agrupamento, circulares, etc., promovidos pelos núcleos ou pelas Direções nacional e Diocesanas; b) atividades culturais, sobretudo a Revista Natal, e mais conferências e estudos sobre assuntos religiosos, literários, artísticos e sociais, para o aperfeiçoamento pessoal dos seus membros e influência e difusão no meio; c) movimento de apostolado, como obras sociais e catequéticas, oferecendo, segundo as possibilidades e necessidades locais, amplo campo de serviço e transbordamento ativo da vocação noelista (O Noel, 1955).

Isso nos ajuda a perceber que não se tratava de uma reunião de mulheres que se delimitavam a rezar e a realizar ações de caridade, havia dentre seus objetivos, uma organização de formação e discussões sobre assuntos relacionados à Igreja e à sociedade. Por estarem em diversos ambientes sociais, como representantes do catolicismo, precisavam saber como encaminhar seus discursos para ampliar e fortalecer os valores e os dogmas da Igreja por onde passavam com suas obras.

Tendo em vista o reconhecimento da Igreja sobre a capacidade intelectual da mulher, ela buscou, então, formas de manipular esse desenvolvimento, pois, dentre os principais papéis que eram destinados para elas, estava o da manutenção da ordem, conforme aponta Costa:

Compartilhando da mesma análise, a Igreja reconhece a necessidade da formação intelectual feminina, porém, não abria mão do seu papel de mãe, esposa e dona de casa. Ela recomendava moderação quanto à formação, não podendo a mulher ultrapassar os limites da barreira que a definia como mulher e o homem, da que o definia como homem. Era assim que deveria ser entendida a emancipação intelectual feminina, necessária, mas limitada. Com o intuito de garantir essa formação restrita, as noelistas sentiram a necessidade de analisar e meditar sobre o lugar da mulher na sociedade, podendo, dessa forma, melhor agir na sociedade em defesa dos dogmas católicos, no meio feminino (2007, p.78).

Nesse sentido, buscando controlar o que fosse diferente dos padrões tradicionais da Igreja e visando à continuação do pensamento conservador católico, as noelistas tiveram essa função de formar e influenciar as mulheres no que se refere ser o que seria sua “verdadeira” missão, pois, “o pensamento conservador católico, baseado na concepção de um todo organizado, define papéis sociais, determinando

para as mulheres, isto é, a relevante missão de edificar os seus lares, contribuindo para uma nação "fortemente cristã" (Costa, 2007, p. 21). Portanto, é também nesse contexto de formação, em que estava inserida Carmen Coelho, o que nos leva a perceber como esse ambiente pode ter sido um propulsor para os caminhos intelectuais traçados por ela.

Diante da discussão sobre intelectuais, vimos que não há linearidade, depende de como foi realizado em diferentes tempos históricos e contextos, isso faz com que seja difícil partir de uma definição unívoca. Portanto, a trajetória de Carmen Coelho, na perspectiva da História intelectual e dos(as) intelectuais, foi “pensado com base em seu engajamento, na vida da sociedade como atora, testemunha, consciência crítica – em suma, aquele que coloca seu saber e sua experiência na vida cotidiana da sociedade”. (Mueller, 2015).

Além de apresentar e discutir sua trajetória, levamos em consideração o contexto da formação e da atuação católica, das relações e de produção das obras, as redes e possíveis vinculações de sociabilidade. Apresentando os espaços transitados, buscando destacar não só Carmen Coelho e suas práticas como intelectual e mediadora cultural, mas também outros sujeitos com quem estabeleceu ligações e compartilha das mesmas práticas, que possam ter exercido certa influência na sua trajetória. Desse modo, “todo o meu esforço tende a descobrir a História de onde ela melhor se esconde, nos cérebros e nas dobras do corpo” (Bourdieu, 2003, p. 78).

1.3 HISTÓRIA DAS MULHERES E TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS: UM CAMPO FECUNDO

“As mulheres nunca estiveram ausentes da história, embora a historiografia oficial as tenha esquecido” (Tedeschi, 2012, p.11). Atualmente, os estudos sobre as mulheres e questões que as relacionam já se tornaram possíveis e vemos a ampliação do interesse por colocá-las como objeto nas pesquisas históricas, mas, sabemos que, por muito tempo, essa visibilidade foi negada e mesmo com os olhares e o crescimento progressivo do interesse sobre suas trajetórias, poucas são as pesquisas que dão enfoque a esse público como intelectuais.

Também nos deparamos com muitos estudos que envolvem mulheres mais progressistas, com ideias e ações mais modernas já que “mulheres que participavam

de uma agenda mais conservadora pouco têm sido consideradas na historiografia". (Orlando, 2020). De acordo com a mesma autora, a História da Educação no Brasil, desde o final do século XX, vem se propondo a perceber seus objetos a partir de questões relativas ao processo histórico de diferentes sujeitos, mas, ainda existe uma lacuna no que se refere às mulheres intelectuais.

A historiografia educacional, além de biografar essas mulheres e suas práticas educativas, é importante para evidenciar as atividades realizadas, uma vez que os modos de produção de saberes, produziram ideias e, se estas circularam na sociedade da época, como e em quais campos intelectuais transitaram e em qual contexto viviam? (Orlando, 2020). Pensá-las não só para contribuir com a História das Mulheres, mas, para transpor esse campo e percebê-las dentro da História Intelectual e dos/as intelectuais.

As mulheres, por exemplo, enfrentaram (e ainda enfrentam) dificuldades para serem vistas e aceitas como "seres" pensantes, ou seja, para setores mais conservadores da sociedade, ainda enfrentam resistência para serem aceitas como capazes de discutirem questões sociais, econômicas, políticas, etc (Silva, 2020).

É nesse panorama que também se insere a trajetória intelectual de Carmen Coelho, trazendo a público sua história, destacando suas contribuições para esfera educativa, social e cultural do nosso estado, enfatizando ainda seu itinerário intelectual de produção e mediação cultural, além da ocupação em espaços de intelectualidade, nos quais a predominância era masculina.

As mulheres, por muito tempo, estiveram excluídas da historiografia, visto que o olhar do pesquisador na história esteve muito voltado para outros acontecimentos públicos de grandes homens, sendo assim: "escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê a relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades" [...] Perrot (2005, p.14). Ainda segundo a mesma autora, é recente o desejo de: [...] "inverter as perspectivas historiográficas tradicionais, de mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana" [...]. A história, por muito tempo, se desenvolveu, de forma sexuada, enfatizando apenas o masculino, deixando as mulheres de fora desse contexto, a partir disso, a autora destaca que aos homens, cabia-lhes [...] "o cérebro (muito mais importante do que o falar, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de

decisão); as mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos" (Perrot, 2005).

A ampliação dos estudos sobre a mulher é um reflexo da entrada delas em vários espaços sociais e além de ocupar, mostra eficiência nas atividades desenvolvidas, o que desfaz o argumento anterior de que nelas os sentimentos eram o que predominavam (Priore, 1992). Por mais que exista esse aumento nos estudos sobre as mulheres, a narrativa histórica ainda precisa romper com muitos silêncios e com a negação dos papéis por elas desempenhados ao longo dos tempos.

Só assim, podemos libertar as imagens femininas do olhar que só as vê contraditórias, pois pensar o "por quê" e o "para quê" de uma história da mulher brasileira significa abandonar as polarizações, e deixar emergir a memórias de tensões entre os papéis masculinos e femininos, vislumbrando além de seus conflitos e complementariedades, o tecido da mesma narrativa histórica (Priore, 1992)

Diante disso, é importante perceber a sua história pela análise de como foram suas mediações, no contexto de dominação em que estavam inseridas, identificar como e quais estratégias utilizaram para se sobressair do poder masculino, como era sua articulação entre a perspectiva da subordinação e da resistência. [...] o território feminino na história não é um lugar sereno, onde a mulher se locomove sem riscos [...] (Priore, 1992).

As mulheres estiveram, por muito tempo, inseridas prioritariamente em um ambiente doméstico, eram filhas, esposas, mães, que tinham como dever zelar pela casa e pela educação dos filhos, poucas eram suas aparições, nos espaços públicos, enquanto os homens ficavam livres de estigmas morais e além de trabalhar fora, podiam transitar e socializar em diferentes espaços. Nesse sentido, Almeida (1998, p.19) indica "A mãe, principal interesse dos homens e da pátria, deveria ser pura e assexuada e nela repousariam os mais caros valores morais, éticos e patrióticos". A conduta das mulheres, sua vida social e doméstica, sexualidade, feminilidade, as exigências de casamento religioso, o batismo dos descendentes, a confissão dos pecados, tudo isso fazia parte de uma estratégia de vigilância estabelecida pela sociedade patriarcal e pela Igreja (Almeida, 1998).

O silêncio a que foram relegadas também está relacionado com a escassez de vestígios, ou pela falta de produção deles, devido ao acesso tardio à aprendizagem da leitura e escrita. E até mesmo pela destruição que elas mesmas faziam, das provas secretas que poderiam indicá-las como transgressoras das doutrinas estabelecidas

pela sociedade [...] “muitos legados foram destruídos pelas mesmas mãos que os preservaram. Enquanto a história oficial preservou os arquivos e, através deles, os feitos masculinos, as mulheres eliminam os seus” (Almeida, 1998, p.47). E ainda segundo Perrot (2007, p.17) “*o silêncio mais profundo é o do relato*”, pois inicialmente a História era constituída pelos feitos dos homens públicos e ilustres, Tedeschi (2012, p.11) afirma que “enquanto narrativa, a História constitui-se como tradição e cânone do qual as mulheres não participaram de modo visível pelos caminhos tradicionais do fazer histórico”.

No século XIX, com a maior perspectiva científica e profissional da história, as mulheres tiveram um pouco mais de espaço, sendo este direcionado para aquelas que tivessem destaque na sociedade em que elas faziam parte, ou seja, onde a vida e os vestígios das mulheres comuns não eram considerados. Perrot (2007, p.18) afirma que estes escritos partiram de [...] “mulheres, em sua maioria de origem aristocrática que tentam ganhar a vida escrevendo. No século XIX, são cada vez mais numerosas, escrevendo biografias de mulheres: rainhas, santas, cortesãs, “mulheres excepcionais”.

Já no início do século XX, tanto nas áreas urbanas quanto nos espaços públicos, a mulher começa a ser inserida e a vivenciar neles. De forma gradativa e digamos “seletiva”, elas começaram a fazer parte de alguns setores sociais que transponham o ambiente doméstico. O uso da palavra seletiva é justamente, porque nem todas as mulheres de todas as camadas sociais puderam fazer parte desses espaços, “para as mulheres do povo, essa instrução e o trabalho pela sobrevivência sempre foram uma dura realidade” (Almeida, 1998, p.35).

A oportunidade de escolarização não era algo comum a todos e o acesso a esse meio foi inicialmente para aqueles que tivessem condições de custeá-lo. E mesmo sendo a escola o único local “permitido” para inserção e atuação profissional feminina, fora da vida doméstica, essa educação oferecida era pensada e organizada pelos homens, com o objetivo de disseminá-la como missão, vocação e extensão do lar. Vale destacar que:

a educação feminina, apesar da pretendida igualdade, diferenciava-se nos seus objetivos, pois, segundo os positivistas, o trabalho intelectual não devia fatigá-las, nem se constituir um risco a uma constituição que se afirmava frágil e nervosa, o que poderia, certamente, debilitar seus descendentes (Almeida, 2018, p.19).

Os bancos escolares e principalmente as Escolas Normais²⁶ foram sendo ocupadas por aquelas que fossem oriundas de camadas médias e altas da sociedade, nesse contexto, poucas foram as que puderam continuar e seguir para um ensino superior, pois, mesmo tendo uma abertura nos seus espaços de atuação, as mulheres ainda eram vistas como esposas, mães e donas de casa, ou seja, “a figura obcecante da mãe tende a absorver todas as outras” e ainda conforme a mesma autora, “Ela é reforçada pela importância conferida à sociedade civil e seus atores, à dimensão privada da vida” (Perrot, 2007, p.154).

Nesse sentido, vemos que Carmen Coelho fez parte dessa realidade, pois, desde a infância, teve a oportunidade de escolarizar-se, chegando a concluir o magistério, nível que a tornou apta para atuação docente, ou seja, já teve sua inserção em um ambiente social fora do ambiente doméstico.

A participação e a ocupação de espaços pelas mulheres consistiram em algo progressivo, mudando com o tempo, pois até então, a vivência era a de que cada sexo tinha uma função pré determinada para assumir e papéis para executar. Em relação a essa expansão de ambientes, onde as mulheres podiam transitar, Galvíncio (2019) afirma:

participavam de associações culturais, manifestações políticas de diversos seguimentos, escreviam nos jornais, nas revistas e publicavam livros também. Além desses lugares, frequentavam cafés, salões de festas, rodas literárias, conferências, teatros, cinemas e etc. O momento suscitava o interesse da opinião pública sobre qual o papel que as mulheres deveriam exercer na sociedade, haja vista sua saída gradativa do ambiente privado. Diante disso, setores sociais disputavam o debate que girava em torno da incapacidade feminina para vida pública e da participação da mulher nos espaços para além da vida doméstica (Galvíncio, 2019, p. 117).

Além desses preconceitos em relação à incapacidade da mulher, diante da vida pública, havia outro discurso que era muito forte e determinante para perpetuação desses estereótipos, o da Igreja. Pois, “[...] o discurso da natureza feminina, os mitos

²⁶ “A primeira Escola Normal brasileira foi criada em Niterói, Rio de Janeiro, no ano de 1835. O Curso Normal criado em 1835 tinha o objetivo de formar professores para atuarem no magistério de ensino primário e era oferecido em cursos públicos de nível secundário (hoje Ensino Médio). A partir da criação da escola no Município da Corte, várias Províncias criaram Escolas Normais a fim de formar o quadro docente para suas escolas de ensino primário. Desde então o movimento de criação de Escolas Normais no Brasil esteve marcado por diversos movimentos de afirmação e de reformulações, mas não obstante a isso, o Ensino Normal atravessou a República e chegou aos anos 1940/50, como instituição pública fundamental no papel de formadora dos quadros docentes para o ensino primário em todo o país.” Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/escola-normal-do-brasil#:~:text=A%20primeira%20Escola%20Normal%20brasileira,secund%C3%A1rio%20\(hoje%20Ensino%20M%C3%A9dico\)](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/escola-normal-do-brasil#:~:text=A%20primeira%20Escola%20Normal%20brasileira,secund%C3%A1rio%20(hoje%20Ensino%20M%C3%A9dico).). Acesso em: 22/02/2024.

da mulher e mãe, conjugado com o discurso judaico-cristão “predestina” as mulheres para as tarefas da maternidade” (Tedeschi, 2012, p. 17).

Nesse contexto, era criado toda uma imagem de como as mulheres deveriam ser e/ou se comportar, criando e impondo modelos de comportamento que tinham como “prática de virtudes de obediência, do silêncio, da imobilidade em nome de uma ética católica muito parcial” (Tedeschi, 2012, p. 17). O intuito era [...] “adotar um modelo feminino cristão exemplar para a época, combater os inimigos da Igreja e, principalmente, recuperar o meio feminino, que começava a se influenciar pelas ideias de “emancipação” importadas da Europa” (Costa, 2007, p.27).

O discurso católico atribuía às mulheres cristãs a responsabilidade na construção de um país forte e livre das ameaças mundanas, pois, entendia que nossa nação era semelhante ao espaço doméstico e elas, como “rainhas do lar”, teriam esse importante papel. Conforme acrescenta Costa (2007, p.37) “A mulher, como responsável pelo lar, pela educação dos filhos, e pela influência sobre os seus, foi a imagem que a Igreja não somente cuidou em preservar como também enalteceu, conclamando-a para uma luta em defesa da família, da religião e da pátria”.

Percebemos visíveis situações de controle físico, social e emocional, baseados em uma representação moral, disseminada pela Igreja e que ainda exercem poder na vida de muitas mulheres até os dias atuais.

Carmen Coelho viveu em uma época onde as mulheres já estavam ocupando espaços públicos, mesmo assim, ainda continuou com práticas baseadas nos dogmas da Igreja e exercendo na esfera privada, o papel instituído de esposa e mãe, conforme os preceitos do Núcleo Noelista:

A mulher noelista ella vive para Deus, ela escolhe o caminho da trindade como forma de salvação, pois ela sabe que apenas através de Deus tem sua vida, sua família e alma salvas. A mulher e a mãe noelista é devota de Nossa Senhora, pois sabe que ela é exemplo máximo de modelo de mulher, de conduta, de mãe e de Cristã. Sabe que ela é a mãe das mães (A Imprensa, 02 de dez. 1936).

Chegando à Paraíba, em agosto de 1931, o Noelismo dedicava-se à recristianização do meio feminino e mantinha atividades e campanhas assistencialistas. As noelistas paraibanas eram mulheres que faziam parte de uma elite social católica, a maioria delas oriundas de uma educação formal, com acesso a

livros e a outras publicações, isso as colocavam em outro patamar se comparadas à maioria das mulheres da época. Neste sentido, Costa destaca:

o fato das noelistas terem sido um grupo leigo formado por mulheres de uma elite social urbana, deixava de fora do movimento, as mulheres das camadas sociais urbanas economicamente desfavorecida, como as operárias das fábricas, as empregadas do comércio, as donas de casa pobres, etc. As noelistas tinham como características, o que também era um requisito de inclusão para o movimento, uma boa formação escolar, além de penetração no mundo social e nos círculos femininos. A grande maioria era professoras da Escola Normal, formadoras de opinião, ou apenas religiosas que se dedicavam aos assuntos da Igreja (2007, p.14).

Mesmo sendo um grupo seletivo, o Núcleo Noelista precisava disseminar os valores para as demais mulheres que faziam parte da nossa sociedade, pois não era só um grupo pequeno que poderia combater os “males” que a modernidade estava trazendo, por isso, toda ajuda na manutenção da ordem e dos costumes tradicionais seria necessária. Portanto, foi utilizado como meio de propagação desses discursos, o jornal *A Imprensa*, conforme podemos perceber em um trecho da conferência proferida pelo Pe. José Delgado no Núcleo Noelista da Paraíba, dia seis de agosto de 1933, mas que foi publicado na íntegra dias depois na página Vida Feminina:

A emancipação da mulher foi aquela que operou o Cristianismo. Seu primeiro lugar ficou sendo o lar. Suas principais ocupações, as manuais. Seu grande amor, o esposo. Seus infinitos desvelos, os filhos. Sua grande libertação a de ser escrava dedicadíssima daqueles entes queridos. Ela a luz do lar. Ela o fogo da família. Ela o vinho da afeição terna e pura. Ela o espelho da fidelidade. Convença-se a jovem que a sua profissão por excelencia a domestica (*A Imprensa* 10 de ago 1933).

Diante do exposto, nossa pesquisa aponta Carmen Coelho como uma mulher que, a partir da posição social e estirpe familiar inserida, teve a oportunidade de se educar, primeiramente com sua mãe e depois, concluindo sua escolarização em instituições formais. Segundo Chagas (2004, p.10), o contexto de participação, nos espaços de sociabilidade, na Paraíba de 1930 era da seguinte forma:

[...] a elite paraibana neste período foi compreendida como um pequeno grupo social que tem vínculo pelo parentesco ou pelas organizações políticas e sociais. Estas pessoas que foram classificadas como sendo da elite engendravam atividades ligadas ao desenvolvimento social da cidade, destacando-se entre eles: proprietários rurais, grandes comerciantes, profissionais liberais como médicos, advogados, professores, farmacêuticos e jornalistas.

Ela fez o curso Normal, espaço profissional que era direcionado para as mulheres da época, participou de movimentos católicos e várias atividades ligadas ao poder clerical dominante, teve anos de experiência docente, o que também junto com a influência advinda da sua família, ajudou a expandir seus itinerários sociais e culturais que favoreceram sua trajetória intelectual.

É principalmente o sentido da vida pública, a produção de escritos e a trajetória intelectual que impulsionam essa pesquisa, mas, isso não nos limita a perceber e a compreender a relação estabelecida entre a vida privada e a pública, além das influências advindas principalmente da sua rede familiar como motivadoras dessa sua trajetória.

Nos capítulos seguintes, discutimos sobre os diferentes caminhos traçados por Carmen Coelho que a inserem como intelectual; transitamos pela sua genealogia analisando as possíveis influências advindas da família e das pessoas da alta sociedade que faziam parte da sua rede de sociabilidade, seu itinerário de formação e atuação docente, suas atividades no interior de um núcleo católico e as influências desse repertório cultural católico no desenvolvimento de suas práticas intelectuais. Além da sua entrada no IHGP e ações como pesquisadora e autora de livros e textos que circularam por diferentes suportes na época da publicação.

2. FAMÍLIA E IGREJA: ORIGENS DO ITINERÁRIO INTELECTUAL DE CARMEM COELHO

No meio intelectual os processos de transmissão cultural são essenciais, um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo [...] (Sirinelli, 2003, p.254).

Oriunda de uma família de catedráticos, educadores e pessoas influentes no contexto social paraibano, este capítulo apresenta informações biográficas sobre Carmen Coelho e suas redes de sociabilidade, além de pontuar os caminhos dela como intelectual mediadora em diferentes espaços educativos, sociais e culturais. Corroborando com Sirinelli e dando continuidade à epígrafe [...] “quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é, portanto, elemento de referência explícita ou implícita”. (Sirinelli, 2003, p.255).

O intuito deste capítulo é percebermos como o contexto parental de Carmen Coelho e os demais sujeitos, com quem ela estabeleceu relações, podem ter sido determinantes ou exercido algum tipo de influência durante sua trajetória intelectual, nesse sentido, evidenciamos principalmente o núcleo familiar mais próximo, os eclesiásticos da Igreja Católica e os intelectuais leigos. Além disso, Silva (2002, p.51) afirma que a vida pessoal é importante para o pesquisador, pois, “dentro da perspectiva de uma história intelectual, as experiências de vida, ou seja, a trajetória de um autor permite traçar pistas para uma melhor compreensão das condições de elaboração de uma obra”. Nessa perspectiva, Chamon (2008, p. 36), aponta que:

[...] O espaço social, o sujeito e sua trajetória são um vir-a-ser, sendo, antes, o resultado do percurso, das escolhas, das experiências vividas, das relações estabelecidas do que o ponto de partida; não estando dados e prontos a priori, eles são a própria história e não condição para seu desenrolar.

Nas discussões deste capítulo, usamos documentos de Carmen Coelho que estão disponíveis no acervo do IHGP, especificamente na pasta de sócia do instituto, pois contém informações e registros pessoais, profissionais e do tempo de atuação nele; o livro *Mulheres Símbolos* de Pereira (2007); os registros encontrados no Jornal *A União* (1931-1933) e *A Imprensa*; no Arquivo Histórico Waldemar Duarte da Fundação Espaço Cultural - FUNESC; além das obras *Notas Genealógicas das*

Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão, Vieira Coelho (1971), *As ruas onde morei: 1918 e a década de 1930* (1998) e *Padre Meira* (1976) como principais fontes para discutir os percursos da sua trajetória pessoal, acadêmica, profissional e social.

A análise destas fontes nos permite abrir um viés de análise sobre o núcleo familiar e como pode haver a formação e/ou perpetuação de poder “[...] que são os círculos familiares, as panelas ou os anéis de sociabilidade, e não os indivíduos isolados”. (Miceli, 2009, p.164). Para nos auxiliar na compreensão da trajetória intelectual de Carmen Coelho, achamos necessário apresentar essa linha genealógica e biográfica de alguns personagens pertencentes a sua família conforme destaca Miceli (2009, p.164-165):

Tais considerações não pretendem sugerir que o resgate dos laços de interesse no interior dos clãs familiares e de sociabilidade deva substituir-se à descrição e análise das instituições onde os integrantes desses círculos concentram seus investimentos. Na verdade, esse modo de existência social ancorado em laços familiares e corporativos constitui, ao mesmo tempo, a mediação requerida para se deslindar a determinação exercida por componentes classistas, tanto para se compreender processos básicos de formação de poder como para captar aquelas dimensões institucionais resultantes das pressões exercidas por esses círculos.

Entendemos que o indivíduo pode ou não seguir caminhos semelhantes aos de seus pares, mas levando em consideração o contexto temporal, social e cultural da nossa personagem, percebemos que, no seu tempo, a perspectiva de atuação das mulheres abastadas se limitava principalmente ao ambiente doméstico, à escola e à igreja. Neste ponto, fizemos a apresentação de alguns familiares, descrevendo pequenas informações biográficas daqueles que, sob nosso olhar, foram personagens de destaque no contexto em que viveram.

Nosso intuito é apresentar o círculo parental de Carmen Coelho, e compreender como eles e as relações com outros sujeitos podem ter determinado as escolhas e o desenvolvimento da trajetória dela, além de perceber através do histórico de vida dessa família as relações de sociabilidade política, religiosa e cultural que estabeleceram.

2.1 PERCURSO BIOGRÁFICO, FAMÍLIA E IGREJA: PERSONAGENS DE INFLUÊNCIA NA TRAJETÓRIA INTELECTUAL DA EDUCADORA

Em 12 de janeiro de 1912, na antiga Rua 7 de Setembro, atual Deputado Odon Bezerra, cidade de Parahyba, hoje João Pessoa-PB, nascia Carmen Gouvêa Coelho²⁷, também conhecida por Carmita. Sobre o local de seu nascimento, vimos que ela deixa o registro no livro: *As ruas onde morei 1918-1936 [...] “Havia outrora em frente à minha casa o muro alto do Palácio do Bispo²⁸. Nasci nesse local, logo no início da rua, no lado esquerdo, junto a atual Padaria Flor das Neves²⁹”* (Freire, 1998, p. 11). A fim de descrever os detalhes sobre a ambientação da rua, a autora acrescenta:

[...] Tratava-se de uma das ruas mais importantes da cidade. Era toda calçada. Nela trafegava bonde. Era bastante movimentada. Vendedores caminhavam oferecendo seus produtos. No entanto, era uma rua estritamente familiar onde estavam erigidas algumas das casas mais importantes da cidade.

Morou por pouco tempo nesse endereço, pois seu pai havia adquirido um sítio em Barreiras³⁰, extenso e com a passagem de um rio por dentro, o sonho dele era viver em um ambiente cercado pela natureza. Era filha de Maria Emerentina Gouvêa Coelho, professora, e José Vieira Coelho, bacharel em direito; sendo a quinta dos seis filhos do casal. A união entre seus pais sofreu alguns reveses, pois, as famílias não se conheciam, seu pai era originário do sertão do estado, e a mãe, da capital.

O meu pai era sertanejo. Antigamente o sertão era o desconhecido. Não existiam estradas. Todo trânsito era feito a cavalo. Do outro lado, meu avô Raimundo e meu tio Padre Sabino, achavam que meu pai deveria primeiro terminar os estudos e não justificava meu pai deixar as moças do sertão, para se casar na capital, onde os bons hábitos deixavam a desejar (Freire, 1971, p. 57-58).

²⁷ Nome de batismo. Os sobrenomes Miranda Freire são inseridos após o casamento.

²⁸ Localizado na Praça Dom Adauto no Centro da capital paraibana. Em barroco romano, data do século XVI (Aproximadamente 1592). A partir de 1905, serviu de residência ao 1º bispo paraibano, Dom Adauto de Miranda Henriques. É tombado pelo IPHAEP desde 26 de agosto de 1980.

²⁹ Panificadora Flor das Neves, fundada em 26 de setembro de 1966, localizada na rua Joaquim Nabuco, 16 Roger - João Pessoa

³⁰ Distrito criado com a denominação de Barreiras pelo Decreto-lei Estadual n.º 454, de 20-06-1944, sendo subordinado ao município de Santa Rita. Pela Lei n.º 546, de 26-06-1944, o distrito de Barreiras passou a denominar-se Bayeux. Essa cidade faz fronteira com a capital ficando apenas a 4km de distância. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/bayeux/historico> . Acesso em: 25/05/2023.

Seu pai exercia a função de auxiliar do Presidente de Estado, Dr. Castro Pinto³¹ (governador) na época e veio a falecer precocemente aos 32 anos de idade, deixando a mãe de Carmen aos 28 anos, viúva, com cinco filhos nascidos e o mais novo ainda no ventre. Em consequência disso, algumas mudanças, literalmente, aconteceram em sua vida. Houve a necessidade de sua mãe ter que conciliar a vida doméstica com a vida profissional e, com isso, foi necessário estabelecer residência em endereços mais próximos do trabalho. De acordo com as descrições do livro *As ruas onde morei*, Carmen Coelho passou por diferentes casas, em várias localizações do centro da capital, entre os anos de 1918-1930: Rua Nova (Atual Av. General Osório), 7 de setembro (Atual Rua Deputado Odon Bezerra), Rua General Osório, Rua das Trincheiras, Avenida João Machado, só após o período da Revolução de 1930, sua mãe e irmãos conseguiram se fixar em um imóvel:

Era um grande sítio de 100 m de fundo, localizada na rua das Trincheiras defronte a Igreja de Lourdes, nº 298. A casa foi comprada com a venda de outra casa nossa, situada na atual rua da Areia, que era alugada ao Estado. Após algum tempo demolimos a casa das Trincheiras e construímos outra no mesmo local financiada pela Previdência Social (Freire, 1998, p. 9).

Com a viuvez precoce M^a Emerentina se utilizou do magistério e colocou em prática seu ofício, conforme ressalta (Freire, 1998, p.7) “Na luta da viuvez inesperada minha mãe foi bravíssima lançou mão do seu diploma de Professora e começou a guerra da sobrevivência ensinando particular às famílias que a solicitava.” Ressaltando ainda, “criou seus filhos na pobreza de seus trabalhos de professora. Educou-os formando seu caráter e personalidade.” (Freire, 1971, p. 59). As evidências, então, apontam que os pais de Carmen Coelho estabeleciam contato com pessoas da esfera política e mesmo sem o marido, M^a Emerentina conseguiu encaminhar seus filhos para instituições de formação educativa e profissional.

Diante do que foi mencionado, percebemos que há controvérsias em relação a essa “pobreza” evidenciada, não estamos depreciando as circunstâncias que envolvem a dinâmica de uma mãe como arrimo de família e suas dificuldades em manter os filhos, destacamos que é provável não estarem envoltos de luxo e riqueza, mas, de acordo com o itinerário de onde residiam, os espaços transitados e as redes

³¹ João Pereira de Castro Pinto (1863-1944). Natural da cidade de Mamanguape - PB, exerceu as profissões de advogado, jornalista e político, como deputado estadual, federal, senador e governador na PB.

de sociabilidades estabelecidas nos faz refletir sobre como de fato estava estruturada a rentabilidade da sua família.

Além disso, encontramos uma documentação do Tesouro do Estado, cujo tesoureiro Maximiano Aureliano Monteiro da Franca Filho³², fez registros de pagamentos referentes aos meses de maio a julho do ano de 1927. A pasta, denominada diversos, continha informações sobre gastos do Governo do Estado, Official de Gabinete, Secretaria do Estado, Secretaria de Assembleia, Aluguel de prédios para postos policiais e inclusive aluguel de casa para o IHGP. Dentro dessas demandas, encontramos um pagamento de 600\$000 contos de réis a M^a Emerentina de Gouvêa Coelho, cujo assunto se relacionava ao “Aluguel de prédios para Escolas Públicas”. Isso nos aponta mais uma renda que a viúva possuía além de mostrar seus estreitamentos de relação com o poder público vigente.

A rede de sociabilidade da família com pessoas de influência, no cenário político, e da alta sociedade pessoense, foram determinantes para a inserção da sua mãe como docente no ensino público, conforme relato descrito pela própria Carmen Coelho: “Dias depois apareceu uma vaga em uma cadeira primária - da Quinta cadeira mista na antiga rua barão da Passagem, hoje rua da Areia e Dr. Castro Pinto nomeou minha Mãe para o cargo” (Freire, 1998, p. 09). Nessa direção, corroboramos a seguinte afirmação sobre o predomínio de relações pessoais como critério para algumas escolhas dentro da gestão pública da época:

[...] tais como diplomas e provas de competência - a recomendação de uma personagem de prestígio na vida pública nacional era decisiva para obtenção de cargos. Evidentemente, esses “favores” organizavam-se em função de relações familiares, de amizade e compadrio (Vicentini; Lugli, 2009, p.68).

Vale ressaltar que diferente de hoje, naquela época, não existia o concurso público, além de que nem todos tinham a oportunidade de ingressar em uma escola e faculdade, pois, a educação ainda era privilégio de poucos. Com isso, havia um baixo número de pessoas com conhecimento e formação adequadas para exercer determinadas funções e/ou ocupar determinados cargos. Nesse sentido, Holanda (2008, p.146) afirma: [...] “A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos

³² Até o presente momento temos a informação de que exerce função de Tesoureiro do Estado nesse período apresentado, conforme documentação encontrada no Arquivo Histórico Waldemar Duarte, localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC).

de acordo com suas capacidades próprias". Neste sentido destaca Miceli (2009, p.167):

A força dos arranjos clientelistas, tão bem expressa em designações como "panelas", "anéis", "corriolas" e em toda uma etimologia que remonta imperativos dos interesses familiares e privados, acaba assim se sobrepondo às demandas de setores profissionais e de outras modalidades de articulações de interesses.

Não nos compete fazer questionamentos sobre as competências e as aptidões desses sujeitos, ou a falta delas, mas, durante a análise das obras e seguindo as informações adquiridas, durante o processo de pesquisa, percebemos um contexto de várias relações estabelecidas por essa família, no decorrer do tempo, com pessoas influentes em diversos setores sociais. Portanto, percebemos que esse tipo de relação era usual na sociedade da época, o que também auxiliou seus ascendentes e descendentes a manter-se em um certo estado de privilégio social. De acordo com Bourdieu (1989, p.134):

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa, nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja sobretudo, o capital simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação, fama, etc., que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.

Carmen Coelho foi casada com o comerciante Lourival de Miranda Freire³³, teve quatro filhos, desses, apenas dois sobreviveram, Carlos Coelho de Miranda Freire e Clemens Coelho de Freire Batista. O mais velho, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFPB, mestre e doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da USP. Foi professor-assistente da cadeira de Introdução ao Direito da Faculdade de Direito da UFPB em 1973. Iniciou a magistratura em 1987, após aprovação no primeiro concurso do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região. Promovido a desembargador do TRT em 2005, cargo em que se aposentou no início de 2023. Os registros encontrados sobre a filha, foram poucos, mas,

³³ Lourival de Miranda Freire nasceu em 24 de maio de 1913, em Alagoa Grande, Paraíba. Faleceu em 22 de dezembro de 1995, em João Pessoa, Paraíba, com 82 anos. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/LVS6-JYV/lourival-de-miranda-freire-1913-1995>. Acesso em: 20/07/2025.

sabemos que ela é doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná e também seguiu a carreira docente, na UFPB.

Figura 2- Carmen Coelho e Lourival de Miranda Freire



Fonte: <https://ancestors.familysearch.org/pt/LVS6-JYV/lourival-de-miranda-freire-1913-1995>, acessado em 20 jul. 2025.

Sabemos que a nossa protagonista se enveredou para espaços educativos, mas seus irmãos, quais caminhos de formação e atuação profissional seguiram? Buscando compreender os itinerários dessa família, fizemos inicialmente uma breve apresentação dos irmãos de Carmen Coelho, em seguida, dos parentes que estão descritos em sua genealogia, destacando os espaços que transitaram, entre eles, de esfera pública e religiosa e as relações que estabeleceram. Percebendo como esses itinerários e associações tiveram importância para manutenção dos interesses e da posição da família na sociedade. Neste sentido, damos destaque à afirmação de Cunha (2007, p. 505):

A cultura aparece como um bem que pode sancionar a condição de herdeiros, uma vez que o acesso à cultura e a aquisição desta entre os grupos sociais distintos conferem aos mais privilegiados um poder real e simbólico que os habilita a apresentar não somente os melhores desempenhos escolares, como também uma relação de naturalidade e de intimidade com as práticas sociais e culturais mais valorizadas socialmente.

O primogênito de M^a Emerentina Gouvêa e José Vieira foi Mauro Gouvêa Coelho (1906-2014), que obteve uma extensa bagagem profissional na área jurídica, e transpôs sua carreira dos limites do estado da Paraíba para outros no Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Fez o bacharelado em Direito pela Faculdade do Recife³⁴, formando-se em 1928, no ano seguinte, foi nomeado promotor público em Alagoa Grande³⁵, cidade do brejo paraibano. Exerceu carreira docente no renomado Liceu Paraibano³⁶, nomeado pelo interventor Antenor Navarro³⁷, no ano de 1931. No arquivo Histórico Waldemar Duarte, encontramos um documento de 28 de outubro de 1949, no qual o interventor federal designava Mauro Coelho, professor de História do Brasil, para lecionar Filosofia como substituto do professor titular que se encontrava impossibilitado.

Ainda no ano de 1933, foi diretor do jornal *A Imprensa*, um espaço de muita importância para a história da imprensa paraibana, criado no ano de 1897 pelo Bispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques³⁸, teve seu funcionamento até 1986. O jornal se localizava na capital paraibana e possuía a própria tipografia, o que facilitou também o processo de impressão de livros. Espaço de mediação cultural por onde transitavam escritores, professores, religiosos, pessoas da elite, ou seja, diversos

³⁴ Inicialmente sediada na cidade de Olinda, foi fundada no ano de 1827 por um decreto imperial, juntamente com a Faculdade de Direito de São Paulo, e foi instalada em 1828. Em 1854, foi transferida para a Capital do Estado, incorporando-se à Universidade do Recife em 1946, ano de surgimento da Universidade Federal de Pernambuco. Ver: BEVILÁQUA, Clóvis. História da Faculdade de Direito do Recife. Recife: Editora Universitária, 2012. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/76/83/223>. Acesso em: 16/05/2023.

³⁵ Cidade que fica a 112 km da capital paraibana. “O Município teve origem nas terras conhecidas pela designação de ‘Sertão do Paó’, em cujas proximidades teriam habitado indígenas Cariris, ali ainda encontrados no início do Século XVIII. O distrito surgiu em 1861, sendo a padroeira N. S. da Boa Viagem, e o Município de Alagoa Grande em 1864, desmembrado do de Areia, completando a 21 de outubro corrente o seu 1º. centenário”. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-grande/historico>. Acesso em: 16/05/2023.

³⁶ O Liceu Paraibano localiza-se na avenida Getúlio Vargas, Centro, João Pessoa, PB. Foi criado inicialmente pela Lei Nº 11, de 24 de março de 1836. Criado como escola secundária cujo público compreendia a elite masculina que pretendia se preparar para o ensino superior. Ver: OLIVEIRA, Marina Goldfarb. Arquitetura para uma nova escola: modernização da arquitetura escolar de João Pessoa (1930-1939). Dissertação de Mestrado. UFPB: João Pessoa, 2013.

³⁷ Antenor de França Navarro (1899-1932) nasceu na cidade da Paraíba, formado em Engenharia, exerceu as funções de jornalista e também de político como interventor do Estado.

³⁸ Natural da cidade de Areia/PB (1855-1935), foi o primeiro bispo e arcebispo da Paraíba (1894-1935), com importantes feitos eclesiásticos, educacionais e sociais, tendo em vista suas articulações políticas com as lideranças oligárquicas de sua época. “A esfera de influência de d. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, ocupante da sede episcopal da Paraíba durante 41 anos - a gestão mais duradoura na Primeira República -, extravasou as fronteiras do estado, estendendo-se a todo Norte-Nordeste, tendo logrado indicar seus auxiliares de confiança para Piauí, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Amazonas. (Miceli, 2009. p.65).

intelectuais da época, mas que tinham como principal objetivo fazer a divulgação dos dogmas da Igreja Católica e de acontecimentos sobre o cotidiano (Costa, 2011). Vale salientar que esse jornal católico foi também um veículo de grande importância para divulgação dos assuntos relacionados ao Núcleo Noelista da PB.

Mauro Coelho, foi delegado do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas em 1934, e secretário de Estado das Finanças em 1945, ainda aqui na Paraíba. No Distrito Federal, foi juiz substituto entre os anos de 1946-1951, no estado da Guanabara³⁹, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça em 1963, e, no atual estado do Rio de Janeiro, vice-presidente do Tribunal de Justiça entre os anos de 1975-1976, quando aposentou-se em 1976. Esse mesmo tribunal realizou homenagens a Mauro Coelho por seu centenário de vida.

O segundo irmão de Carmen Coelho foi o Dom Carlos Gouveia Coelho⁴⁰ (1907-1964) esse, seguiu pelos caminhos do sacerdócio, algo bem comum na sua genealogia. Ferreira (2016, p.107) aponta que: “Há um aspecto interessante relativo à influência do contexto familiar nas vocações: a existência de um parente no clero atraía outros membros da família para ingressar na vida religiosa, ou seja, irmãos, tios e primos.” Estudou no Seminário da Paraíba⁴¹, ordenando-se padre em 09 de fevereiro de 1930, foi designado para cooperar no episcopado de seu tio D. Moisés Coelho, arcebispo da Paraíba. Atuou como secretário do bispado, vigário cooperador e diretor do Colégio Padre Rolim⁴², de Cajazeiras. Antes de ser eleito bispo, lecionou

³⁹ Com a transferência da Capital Federal para a cidade de Brasília e a criação do Estado da Guanabara, toda a infraestrutura e os serviços públicos, de natureza local, até então mantidos e administrados pela União, foram herdados pelo novo estado. Da mesma forma, os servidores civis e militares foram também transferidos e passaram a estar subordinados à jurisdição e autoridade estadual. Deste modo, o Poder Judiciário da Guanabara teve início com os magistrados oriundos do antigo Distrito Federal, transferidos ao novo estado por força da Lei nº 3.752, de 21 de abril de 1960. O quantitativo de 36 desembargadores foi mantido durante todo o período de existência do Estado. RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. Catálogo de Desembargadores do Estado do Rio de Janeiro: República - Parte 2: 1946 a 1975 / Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2021. Disponível em: https://www.tjrj.jus.br/documents/5989760/6464634/CatalogoDesembargadores-2021_web.pdf/ab3a2723-f9bc-5686-6ed5-4d2e08e50e97?version=1.0&t=1625760015793. Acesso: 06/04/2023.

⁴⁰ Coelho, Carlos Gouveia, 1907-1964. Acervo arquivístico da Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://fonte.ufsm.br/index.php/coelho-carlos-gouveia>. Acesso em :06/04/2023. Patrono da cadeira nº 29 do IHGP. Memorial do IHGP. Livro digital. Disponível em: <https://www.ihgp.net/livros/memorial-do-centenario/6.php>. Acesso em: 06/04/2023.

⁴¹ O seminário da Arquidiocese da Paraíba “foi fundado em 04 de março de 1894, no prédio do Palacete do Barão do Abiah, na Rua das Trincheiras, na capital da Paraíba”. Entretanto, poucos dias depois, foi transferido para o Convento de Santo Antônio e Igreja de São Francisco, permanecendo na localidade até 1965. Hoje situa-se no bairro do Castelo Branco, na capital João Pessoa. SANTOS, Ednaldo. Arquidiocese da Paraíba (1914-2014): história e memória. João Pessoa: Moura Ramos, 2013.

⁴² “Padre Inácio de Souza Rolim em 1829, dava início às atividades da Escolinha da Serraria, uma

em vários colégios da capital, foi Capelão do Colégio Pio X⁴³ de João Pessoa e de N. Sra. de Lourdes⁴⁴, assistente eclesiástico da União dos Moços Católicos e das Noelistas, núcleo que também teve a participação de Carmen Coelho; secretário da Liga Eleitoral Católica. Depois do seu irmão Mauro Coelho, assumiu a direção do jornal *A Imprensa*, entre os anos de 1933 a 1942, com isso, notamos que a direção de um importante veículo de comunicação católico esteve nas mãos de dois irmãos de Carmen Coelho, mais um ponto que nos revela como essa família tinha boas articulações sociais.

Nesse sentido, percebemos como esse jornal foi utilizado para divulgar as atividades de alguns membros da família, a fim de dar maior visibilidade social e propagar uma estrutura de poder. Na edição de vinte e seis de setembro de 1933, encontramos a nota intitulada: *Dr. José V. Coêlho*, onde constava a seguinte nota:

De Recife, onde exerce com integridade, as funções de juiz da 4ª vara, esteve nesta capital, em visita a sua exma. Família, o dr. José Vieira Coêlho, presidente do Conselho Estadual das Uniões de Moços Católicos, no vizinho Estado de Pernambuco e nosso brilhante colaborador. O dr. Vieira Coêlho, que é sem favor, uma das lucidas culturas da nova geração,olveu ontem de automóvel, ao centro de suas atividades (*A Imprensa*, 26 de set. 1933).

pequena casa de madeira que abrigava meia dúzia de estudantes e que foi o embrião do Colégio Padre Rolim. Dado o alto nível do ensino que habilitava seus alunos a ingressarem no Curso Superior, a Escolinha da Serraria teve um aumento significativo de matrículas. Ao perceber a repercussão da escola na região, o Padre Rolim, em 1836, resolveu transferi-la para um prédio de alvenaria que, embora de pequenas proporções, melhor se adaptava às atividades a que se destinava. Em 1843, com a autorização do Presidente da Província da Paraíba, o estabelecimento de ensino foi transformado em Colégio de Instrução Secundária, recebendo a denominação de Colégio do Padre Rolim". Disponível em:

<https://fescdiocesano.com.br/historia/#:~:text=Em%201914%2C%20o%20Papa%20Pio,dire%C3%A7%C3%A3o%20do%20Padre%20Jos%C3%A9%20Viana>. Acesso em: 18/05/2023.

⁴³ "Escola católica criada em 04 de março de 1894 após um plano de reconstrução do primeiro bispo da Paraíba, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, ficando instalado provisoriamente no palacete Abiahy, então residência episcopal, transferiu-se logo depois para o Convento São Francisco, onde permaneceu por dezesseis anos funcionando junto com ao seminário,porém, cada um com seu regime. Em 1927, os irmãos Maristas foram convidados a assumir a direção da escola. Seu primeiro diretor foi o Ir. Mário Elói, cujo mandato se estendeu até 1934, quando o Colégio Pio X retornou à Diocese por término de contrato. Em 1943, atendendo ao convite de Dom Moisés Coelho e do Dr. Ruy Carneiro, então Ir. Antônio Reginaldo, que reabriu o Colégio Pio X com 390 alunos. Essa ordem ainda é responsável pela gerência da escola". (SOARES JÚNIOR, 2015).

⁴⁴ "A data de fundação da instituição foi de 1940, também se tem conhecimento que esta se deu a pedido do então arcebispo da Paraíba Moisés Coelho. antes de se fixar na capital paraibana no ano de 1940, ou seja, em novembro de 1939, Irmã Maria Inês e sua prima, Irmã Maria Angelita de Jesus Crucificado vieram pessoalmente, a fim de resolver os trâmites burocráticos. a fundação requeria delas a visita ao Palácio Episcopal para solicitar a autorização do então interventor Argemiro de Figueiredo que, apesar de não estar presente durante a visita, garantiu, conforme Flávio Ribeiro que o Governo se encarregaria desta questão". (PINHEIRO e SILVA, 2017) Disponível em: <https://cienciadasreligoes.ulusofona.pt/wp-content/uploads/sites/86/2021/07/VOL-1-II-Congresso-Luso%cc%81fono-de-Cie%cc%82ncia-das-Religio%cc%83es.pdf#page=150>. Acesso em: 18/05/2023.

Abaixo da nota acima descrita, continha outra com o título: *Senhorinha Carmita Coêlho* destacando as seguintes informações:

De regresso da capital baiana, onde fora representar as noelistas da Paraíba, volveu ante ontem, a prendada senhorita, professora Carmita Coêlho, presidente do Noelismo nesta capital e elemento destacado da sociedade pessoense. <<A Imprensa>>, presente a leader do noelismo em nossa terra, os cumprimentos de boas-vindas (A Imprensa, 26 de set. 1933).

Não aparece a autoria das notas, mas, por se tratar de um jornal católico e sendo eles, José Vieira e Carmen Coelho líderes de importantes instituições católicas, talvez essa prática de divulgar as agendas de atividades fosse algo corriqueiro, mas, não podemos deixar de evidenciar que estes, são irmãos do diretor do jornal na época, o que pode ter facilitado ou influenciado na publicação dessas notas. Vale ressaltar que aqueles membros da família, que não seguiam a vocação de eclesiásticos, estavam inseridos em instituições de base católica, seja na função de organização e liderança seja apenas como participantes, ajudando com a reprodução dos discursos e práticas advindas da Igreja.

Dom Carlos Coelho atuou também na esfera educativa, como diretor do Departamento de Educação da Paraíba. Essas práticas o levaram a outros espaços fora do Estado, chegou a ser presidente da Comissão de Educação da C.N.B.B, assim como sócio e presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Em 1948, foi nomeado bispo da Diocese de Nazaré, de onde foi transferido para Niterói, em 1954, retornou para a Arquidiocese de Olinda e Recife, em 1960, onde permaneceu até seu falecimento.

Seguindo a linha cronológica do nascimento dos irmãos de Carmen Coelho, conforme exposto no livro de genealogia, aparece a professora Maria Clemens de Gouvêa Coelho (1908 - 2005). No arquivo histórico Waldemar Duarte, encontramos na caixa de número vinte e nove, um documento de dez de janeiro de 1938, encaminhado ao diretor da Escola Normal, informando a nomeação da professora Clemens Coelho como secretária do Instituto Commercial de João Pessoa⁴⁵, além dessa informação, encontramos apenas evidências de sua participação no Núcleo Noelista, não em função de liderança como Carmen, mas seu nome aparece no livro

⁴⁵ O Instituto Commercial de João Pessoa, localizava-se na Rua Duque de Caxias, 539. Era uma instituição fiscalizada pelo Governo Federal que funcionava como Internato para o sexo feminino e externato e semi-internato para ambos os sexos. Oferecia também cursos primários, de admissão de datilografia e taquigrafia.

de registros de contribuições financeiras para a instituição. Durante nossa busca por fontes, não encontramos mais pistas sobre informações pessoais, acadêmicas, profissionais ou sociais, da professora Maria Clemens Coelho, o que nos remete a relacionar essa falta com a discussão acerca da História das Mulheres, realizada no capítulo anterior, sobre a invisibilidade histórica por falta de evidências, nesse sentido:

As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal. Nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas. Ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais. E por várias razões (Perrot, 2007, p. 16).

Sobre seu quarto irmão, José Vieira Coelho, Carmen esboçou as seguintes palavras no livro de genealogia:

Ainda em 1930, seu quarto filho, José, formara-se em Direito, pela Faculdade de Recife. Tôda a sua turma, cujo padrinho foi Lima Cavalcanti, Governador do Estado, - foi agraciada, pelo seu parainfo, com uma Comarca, para dirigí-la como promotor. A José coube Nazaré da Mata, a mesma cidade pernambucana em que seu irmão foi bispo (Freire, 1971, p. 64-65).

Esse relato nos evidencia, mais uma vez, como muitas nomeações, na esfera pública, eram realizadas de forma clientelista devido aos apadrinhamentos, sejam elas advindas de consanguíneos ou de pessoas que pudessem ter algum tipo de relação, buscando algo de interesse, ou estabelecimento de troca de favores.

A prática do clientelismo, atrelada ao assistencialismo, contribuiu para que as elites permanecessem no poder. [...] haja vista que essa prática foi utilizada desde o período colonial como meio de conquistar os cargos de poder e de permanecer neles. Tratava-se de uma trama de ligação política, em que havia a concessão de benefícios em troca de lealdade (Silva, 2020, p. 21).

Em busca de outros vestígios, encontramos um registro na página eletrônica da Academia Brasileira de Letras, originalmente publicado no Jornal do Commercio do RJ, no dia 09 de janeiro de 2004, por Cândido Mendes de Almeida⁴⁶. Nesse artigo,

⁴⁶ Quinto ocupante da Cadeira nº 35, na Academia Brasileira de Letras, eleito em 24 de agosto de 1989. Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 3 de junho de 1928. Estudos primários, secundários e superiores no Rio de Janeiro; Bacharel em Direito (1950) e Filosofia (1951) pela (PUC-RJ); Doutor em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil. Professor universitário (assistente, titular, chefe de Departamento) desde 1951: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Faculdade de Direito Cândido Mendes; Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro; Instituto Universitário de

foi possível conhecer algumas ações de José Vieira Coelho como docente no curso de Direito da PUC - RJ e na Universidade Cândido Mendes, proferindo a cadeira introdutória geral ao Direito e à Filosofia do Direito. "Guardamos no seu sorriso propedêutico, mais dialeta do que de contágio, no remate de um magistério que não se identificava a uma obra escrita, mas ao registro de uma reinquirição permanente" (Jornal do Comércio, 2004). Percebemos que a atuação docente sempre aparece nas práticas de seus irmãos, o que nos indica uma forte relação dessa família com a educação. Além disso, conforme exposto anteriormente, José Vieira exerceu a função de presidente do Conselho Estadual das Uniões dos Moços Católicos de Pernambuco em 1933.

Apesar de não encontrarmos muitos registros, sabe -se que o irmão mais novo de Carmen, o médico Moysés Gouvêa Coelho, foi chefe do Serviço médico-social do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, casado com Maria Guimarães Coelho.

As obras de Carmen Coelho aqui utilizadas como fonte de análise para compreender sua trajetória biográfica e relações sociais estabelecidas foram: *Notas Genealógicas das Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão, Vieira Coelho* (1971) e *As ruas onde morei: 1918-1936* (1998), ao longo desta pesquisa, valemo-nos dessas obras, sem nos esquecemos de estabelecer o diálogo e a análise das evidências que compreendemos ser importantes para contemplar os objetivos propostos nesta pesquisa portanto, percebemos que:

[...] o saber histórico é mais do que um discurso sobre outros discursos; seria propor que ele é um discurso em confronto com outros discursos, um novo texto que é *dialeticamente* estabelecido durante a prática da leitura das fontes. A "verdade" dos documentos seria sempre nascida dessa dinâmica, fato este que determinaria toda a atividade da pesquisa histórica (Moscateli, 2003, p.50).

Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Chefe de Assessoria Técnica do Presidente Jânio Quadros, 1961. Presidente da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI) e Diretor das Faculdades de Direito Cândido Mendes, das Faculdades de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1962. Coroando todas as suas atividades, em 1997 foi reconhecido como Universidade todo o complexo universitário das Faculdades Cândido Mendes. Reitor da Universidade Cândido Mendes, 1997. Extensa atuação como Professor Visitante (Associate Researcher) em Universidades americanas, 1965-1971: Brown University, New York University, New Mexico University, University of California (LA), Princeton University, Stanford University, Lincoln University, Columbia University, Harvard University, Syracuse University, Tufts University, Louisiana State University, University of Texas, Cornell University. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/candido-mendes-de-almeida/biografia>. Acesso em: 06/04/2023.

Visando escrever um texto que faça a conexão entre os documentos, as obras de Carmen Coelho que utilizamos como fonte; alguns registros encontrados, no Jornal *A União* de 1931 e 1933; *A Imprensa* de 1931 a 1933 e no arquivo histórico Waldemar Duarte, foi possível conhecer os nomes de pessoas que faziam parte da família, assim como vizinhos/as, amigos/as que estavam presentes no cotidiano da educadora e que, de forma direta ou indireta, estão ligados ao processo de formação pessoal, profissional, religioso, social e intelectual dela.

Nessa perspectiva, podemos perceber Carmen Coelho como nomeiam Gomes e Hansen, (1996) “Guardiã da memória” familiar, pois, seu livro de genealogia apresenta informações sobre suas origens maternas e paternas, dando destaque principalmente à biografia da sua mãe, M^a Emerentina Gouvêa Coelho com um capítulo intitulado: “A que se acha ligada minha mãe, exemplo de uma vida”. O processo de pesquisa e a escrita dessa obra de genealogia foi de grande importância para sua inserção como sócia fundadora no Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica⁴⁷. E ainda, no livro de memórias das ruas que morou, percebemos o interesse dela em deixar os registros não só de onde residiu, mas, principalmente das pessoas e personalidades da elite que conviviam em sua vizinhança.

Diante do exposto, e, ao longo da apresentação da genealogia de Carmen Coelho, percebemos como alguns sujeitos se movimentam para fazer parte de grupos de classes privilegiadas, detentoras de poder econômico, político e simbólico (intelectual), nesse sentido, concordamos com Gramsci (1982, p.10) quando afirma:

Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que, tradicionalmente, “produzem” intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito frequentemente, especializaram-se na “poupança”, isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades.

O prefácio da obra de genealogia de Carmen Coelho é assinado por Jordão Emerenciano⁴⁸, na cidade de Recife, em quatorze de agosto de 1971. Não

⁴⁷ O Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica, foi fundado em 19 de novembro de 1967, nas dependências do IHGP, instituição sem fins lucrativos que se dedica a investigação genealógica das famílias paraibanas e estrangeiras radicadas na Paraíba.

⁴⁸ Severino Jordão Emerenciano, pernambucano da cidade de Catende, nascido em 14 de fevereiro de 1919. Bacharel em Direito e Biblioteconomia. Exerceu alguns cargos políticos, foi promotor de Justiça do Estado de Pernambuco, idealizador e um dos responsáveis pela criação do Arquivo Público Estadual de Pernambuco onde foi o primeiro diretor. Foi professor de História da Literatura Portuguesa, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, onde criou, em 1954, o Instituto de Estudos Portugueses. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do Instituto Arqueológico,

encontramos, nos registros, como ocorreu a ligação entre ambos e tampouco sobre como surgiu o convite para escrita do prefácio. Sob o título *A propósito de um estudo de genealogia*, nas quatro páginas datilografadas, o autor enfatiza a importância dos estudos de genealogia, [...] “não apenas para evitar casamentos consanguíneos e impedimentos canônicos, mas, sobretudo, como registro de estirpes e famílias que fizeram ou ajudaram a fazer história.” E ainda acrescenta: “Esse gênero de estudos não está superado nem é inutilidade de eruditos” (Freire, 1971). Ele ainda cita os estudos de outros autores brasileiros sobre genealogia e que estes servem para salvar a memória do esquecimento.

Antes de seguirmos na genealogia de Carmen Coelho, a partir de Severino João Emerenciano se faz necessário discutir o conceito de sociabilidade e como essas “redes” são necessárias para as discussões acerca da trajetória de um/a intelectual. Sirinelli (2003) aponta que nesse meio intelectual existem locais de interseção, onde esses pares se encontram e estabelecem laços. Que, ao longo dos tempos, essas estruturas sofrem mudanças de acordo com a época e o contexto.

As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular (Sirinelli, 2003, p. 252-253).

Segundo o mesmo autor, essa concepção de rede seria como uma amostra no campo, em que “a atração e a amizade e, a contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo” (Sirinelli, 2003, p. 250). Essa estrutura, no ambiente de sociabilidade, faz parte da perspectiva, segundo o mesmo autor, para compreender o mundo intelectual. Tais estruturas “variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados” (2003, p. 248-249). É relevante pesquisar indícios de vários locais e espaços onde essa sociabilidade possa ter sido estabelecida tendo em vista que:

é possível e necessário fazer uma arqueologia, inventariando as solidariedades de origem, por exemplo de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de “redes” de intelectuais adultos. É lógico, sobretudo no caso dos acadêmicos, remontar a seus jovens anos escolares

e universitários, numa idade em que as influências se exercem sobre um terreno móvel e em que uma abordagem retrospectiva permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político (Sirinelli, 2003, p. 249).

Durante a busca pelas fontes, deparamo-nos com pessoas do meio familiar e de múltiplos ambientes sociais, políticos e culturais pelos quais nossa protagonista transitou e teve algum tipo de relação e trocas, ao longo da sua trajetória intelectual. Retornando as informações extraídas do seu livro de genealogia, no primeiro capítulo, intitulado “Minha intenção”, Carmen Coelho descreve o objetivo dessa obra:

O que sempre se pretendeu foi dar uma imagem fiel da formação de algumas famílias paraibanas a fim de que seus descendentes e estudiosos do assunto possam, na medida do possível, ter uma visão real e verdadeira da formação de seus “troncos” (Freire, 1971).

Percebemos que a autora apresenta uma visão tradicional sobre a história, o que era comum para os estudos historiográficos de sua época, pois acreditava em uma verdade absoluta sobre os fatos históricos. Na busca por esses “troncos”, no que se refere às fontes utilizadas para a escrita da sua pesquisa genealógica, a autora destaca que foram depoimentos “pessoais de ancestrais, narrados pelos descendentes, isto com relação a fatos mais significativos, como também pela leitura e estudo de monografias de fundo eminentemente genealógico” (Freire, 1971). A busca por essas evidências e por caminhos de análise destas segue a lógica de que:

Se concluímos que não existe um fato histórico eterno, mas existe um fato que consideramos hoje um fato histórico, é fácil deduzir que o conceito de documento siga a mesma lógica. Fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas (Karnal e Tatsch, 2009, p. 13).

Notamos a preocupação da autora em retratar, da melhor forma, os fatos que transcorreram na ligação das famílias que compõem sua genealogia e, além disso, nossa pesquisada fez escolhas para trazer a público alguns episódios que considerou relevantes para compreensão da trajetória de seus antepassados. Ainda sobre a preocupação com esse tipo de estudo, a autora afirma: “é com o conhecimento de onde viemos que saberemos para onde vamos.” E acrescenta:

É, pois, conhecendo as tendências, os modos de ser dos nossos, que saberemos lutar, com a ajuda de Deus, pelo que seremos e o que os nossos filhos serão. Dêsse modo, também a êles ofereçamos o gôsto pelo conhecimento dos nossos (Freire, 1971).

Suas palavras nos indicam que ela compreendia a formação da pessoa como algo intimamente ligado aos ancestrais e que o conhecimento sobre essas origens auxiliaria na busca pelos objetivos do presente e do futuro, além do ideário cristão reproduzido, tendo em vista que o futuro depende também da ajuda de Deus. Esse indício refuta nossa hipótese de que sua trajetória intelectual está relacionada às diversas influências advindas do seu seio familiar, pois:

A família é a ligação sanguínea do espírito comunitário, o elo de ligação social entre os membros da comunidade. É na instituição familiar que se lançam as bases para a construção moral da tradicional elite política da comunidade, pois os círculos sociais em que se estrutura a instituição familiar fornecem as bases para a reprodução social genealógica desse segmento (Noronha, 2009, p.39-40).

Carmen Coelho tem, em sua genealogia, uma gama de pessoas influentes, uma vez que os sobrenomes apresentados soam de forma familiar para nós, paraibanos, pois alguns deles viraram sinônimo de representação política, religiosa ou social em nosso estado. Não temos o objetivo de fazer uma descrição da obra, mas, apresentamos as origens de Carmen Coelho, destacando aqueles personagens que, em nossa análise, são figuras importantes para o histórico de relações em que seus consanguíneos vêm se consolidando ao longo do tempo. Além disso, percebemos que como intelectual e também pessoa ligada à Igreja, houve a intencionalidade da autora em perpetuar suas origens através da pesquisa e publicação dessa obra, o que se relaciona com as palavras de Miceli (2009, p.57) quando ele ressalta que:

Inúmeros parentes descendentes de figuras eminentes da hierarquia eclesiástica tampouco pouparam esforços no trabalho de rastreamento biográfico dos antepassados, forma arrevesada de construir a própria identidade social, produzindo considerável documentação apologética em moldes semelhantes aos preitos de homenagem encontradiços em outras frações da classe dirigente brasileira.

No livro em análise, ela apresenta a *Família Gouvêa*, que irá se unir a família Meira Henriques. Seus primeiros ascendentes vieram de Portugal e se erradicaram aqui na Paraíba por transmigração da Família real para o Brasil em 1808. “Veio Inácio de Souza Gouvêa de Portugal com seus irmãos, Francisco e José de Souza Gouvêa. Eram cortesãos que vieram na comitiva, como adidos do Tesouro Real” (Freire, 1971, p.3).

Eles ocupavam essa posição por serem parentes próximos de D. Diogo de Gouvêa⁴⁹, conselheiro de D. João III⁵⁰. “Vê-se, pois, que a aproximação da família com a Corte Portuguesa data de muito” (Freire, 1971, p. 4), percebemos, então, que a autora faz questão de anunciar as aproximações existentes entre seus ascendentes e a família Real Portuguesa, o que também nos leva a compreender como se deu o processo de instalação desses antecedentes em territórios nordestinos. “Nos dias que D. João VI passou na Bahia, os Gouvêa decidiram ali permanecer. (Tinham que exercer suas funções na Corte). Foram agraciados com sesmarias em Pernambuco e Paraíba” (Freire, 1971, p.4).

O que nos leva a perceber que sempre estiveram a serviço da corte portuguesa. Essa é a linhagem por parte materna de Carmen Coelho, seus trisavôs, Inácio de Souza Gouvêa⁵¹, já residindo na Paraíba, casou-se com Tereza Raimunda de Souza Gouvêa. Desse casamento, nasceram cinco filhos, entre eles, Inácio de Souza Gouvêa Filho, seu bisavô, que se casou com Altina Lúcia Meira Henriques, daí a junção das famílias Gouvêa com Meira Henriques.

⁴⁹ Diogo de Gouveia nasceu em Beja. Era filho de Antão de Gouveia. Foi um dos primeiros bolseiros portugueses em Paris: estudou no Collège Montaigu em 1499, beneficiando de uma de duas bolsas oferecidas ao rei D. Manuel I. De 1512 a 1521 foi agente diplomático de D. Manuel I. Foi conselheiro de D. João III e desempenhou funções diplomáticas para ele na França. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=plnvNYZEAsC&lpg=PA47&dq=andr%C3%A9+gouveia+recepteurs+universit%C3%A9+A9s+de+Paris&pg=PA47&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false e https://books.google.com.br/books?id=KiXPU4JJgC&dq=Aqui+jaz+Diogo+de+Gouveia+Doctor+em+Theologia&pg=PA656&redir_esc=y&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 04/05/2023.

⁵⁰ Nasceu no Paço da Alcáçova, em Lisboa, Portugal, em 6 de junho de 1502. Foi o 15º rei de Portugal e, por ser muito religioso, tinha por alcunha ‘o Piedoso’. Foi o primogênito do segundo casamento de D. Manuel I de Portugal com d. Maria de Aragão, princesa da Espanha, filha dos reis católicos Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela. Foi aclamado rei em 19 de dezembro de 1521, na Igreja de S. Domingos. Casou-se com d. Catarina de Áustria, irmã do imperador Carlos V – Carlos I de Espanha – em 5 de fevereiro de 1525. Foi ainda em seu reinado que Portugal iniciou a ocupação do litoral brasileiro com o intuito de manter a conquista do território, afastando franceses e espanhóis de sua costa. Em 1530 autorizou Martim Afonso de Souza a conceder sesmarias a quem pudesse cultivar a terra em São Vicente. Instituiu, em 1532, a política de capitâncias hereditárias, mas as doações tiveram início somente em 1534. Instalou na Bahia o primeiro governo-geral em 1540, sob o comando de Tomé de Souza. Morreu em Lisboa, Portugal, em 11 de junho de 1557. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/410-d-joao-iii>. Acesso em: 04/05/2023

⁵¹ No livro Notas Genealógicas, Carmen Coelho afirma que Inácio de Souza Gouvêa foi Presidente do Senado em 1824, porém ao realizar pesquisas a fim de apurar essa informação, esta não foi encontrada, pois, a primeira legislatura dos senadores brasileiros se deu em 1826 - 1829 e os representantes da Paraíba foram Estevão José Carneiro da Cunha e João Severiano Maciel da Costa (Marquês de Queluz). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-anteriores/-/a/1/po-uf>. Acesso em: 04/05/2023. O nome de Ignacio de Souza Gouveia aparece no artigo Elite política e vida cotidiana: a Paraíba no Período Regencial (1831-1840), como membro da Câmara Municipal da Cidade da Paraíba. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadopoder/6snepc/GT3/GT3-JERLIANE.pdf>. Acesso em: 04/05/2023.

No capítulo intitulado *Família Meira Henriques*, Carmen Coelho apresenta os antepassados dessa linhagem até chegar à sua bisavó materna, Altina. Ela era filha do cirurgião-mor⁵² Feliciano José Henriques⁵³, assim como os Gouvêa, é também um português que emigrou para o Brasil; e Ana Joaquina de São José Meira Henriques⁵⁴. Desse casamento, nasceram dezoito filhos, onze sobreviveram e destes é interessante perceber que ela cita as profissões ou funções de apenas alguns deles, os que, segundo nossa interpretação, exercem funções de “prestígio” social.

João Tomaz Meira Henriques, Coronel do 19 Batalhão de Caçadores na Paraíba; Antônio José Meira Henriques, Conselheiro do Império e Comendador da Ordem da Rosa, tendo também presidido por duas vezes as Províncias da Paraíba e S. Paulo. Joaquim José Meira Henriques, Magistrado em Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Manoel Tertuliano Tomaz Henriques, Desembargador do Tribunal das Relações de Minas Gerais e Conselheiro do Império. Maria Etelvina Meira Henriques, sogra do Barão do Abiahy⁵⁵ (Freire, 1971, p. 7-8).

Entre eles, vale destacar, sua tia bisavó, Idalina Margarida Assunção Meira Henriques, fundadora do Colégio Nossa Senhora do Carmo⁵⁶ e seu tio bisavô

⁵² O cargo de cirurgião-mor do Reino, Estados e domínios ultramarinos foi estabelecido pelo decreto de 7 de fevereiro de 1808, durante a estada da corte portuguesa na Bahia. Os cirurgiões comissários do cirurgião-mor constituíam juntas examinadoras perante as quais prestavam exames os candidatos à carta de habilitação para o exercício da cirurgia, e, em sua ausência, as câmaras municipais nomeavam os integrantes dessas juntas. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/154-cirurgiao-mor-do-reino-estados-e-dominios-ultramarinos#:~:text=Os%20cirurgi%C3%B5es%20comiss%C3%A1rios%20dos%20estados%20e%20dom%C3%ADnios%20ultramarinos%20integrantes%20dessa%20junta>. Acesso em: 10/04/2023

⁵³ Feliciano José Henriques nasceu no distrito de Santarém em Portugal, no dia 1º de novembro de 1771. Era filho de José Pequeno e de Rosa Maria Henriques. Smigol para o Brasil e em 1803, ingressou no Corpo de Saúde do Exército. Em 1829, foi agraciado com o “Hábito de Cristo”. Ao lado de sua atividade profissional, exerceu também atividades políticas, chegando a ser governador da Paraíba, substituindo Dr. Gabriel Getúlio Monteiro. (FREIRE, 1971, p.6-7; 1976, p.9).

⁵⁴ No livro de genealogia não consta a informação sobre a ascendência dela, apenas que era portuguesa. também não encontramos registros em outras fontes.

⁵⁵ “Silvino Elvídio Carneiro da Cunha nasceu em 31 de agosto de 1831 e faleceu em 8 de abril de 1892. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco. Em 1868 assumiu o cargo de diretor de Instrução Pública do Lyceu Parahybano - instituição de ensino secundário que desempenhou um papel fundamental na formação da intelectualidade na província paraibana. Pelo partido Conservador, fundado por sua família, elegeu-se deputado provincial para as legislaturas de 1856-1857 e de 1862. Foi presidente das províncias da Parahyba do Norte (1874 -1875), do Rio Grande do Norte (1870-1871), de Alagoas (1873) e do Maranhão (1873). Atuou como advogado, também foi inspetor da alfândega das províncias paraibanas, do Amazonas e do Maranhão.” Além de Delegado de Polícia e promotor público”. COSTA, Suenya do Nascimento; COSTA, Jean Carlo de Carvalho. O reposicionamento político do Barão de Abiahy nos debates educacionais do fim do Império e início da República. Cad. Hist. Educ., Uberlândia, v. 21, e089, 2022. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-78062022000100051&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2023. Epub 13-Set-2022. <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-89>.

⁵⁶ “O Colégio Nossa Senhora do Carmo ficava na antiga Rua Direita, hoje Duque de Caxias, no prédio de nº 165. Havia curso primário, secundário, com prenda domésticas e música. Recebia alunos

Leonardo Antunes de Meira Henriques, o Padre Meira. É importante salientar que Carmen Coelho publicou a biografia de Padre Meira e a proferiu como oração em ocasião da sua posse no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Nessa publicação, escreveu sobre as origens do Padre, destacando sua atuação como jornalista, advogado, mestre, político e sacerdote. Nos seus escritos, percebemos as linhas de enaltecimento dadas por ela aos seus antecessores: “Pertenceu o Padre Meira a uma família de tradição política que muito influiu nos destinos da Província, sendo ele uma das figuras de maior expressão, como líder e orientador”. (Freire, 1976, p. 10).

Padre Meira nasceu na Paraíba, em 06 de novembro de 1820. Ele cursou seus estudos de humanidades no Liceu Paraibano, curso superior de Filosofia no Seminário de Olinda e, simultaneamente, o curso de direito na Faculdade de Recife. Ordenado sacerdote, em novembro de 1843, bacharelou-se em Direito, no ano de 1845. Atuou como professor no Seminário de Olinda, e de Filosofia e Francês no Liceu Paraibano. Foi um dos fundadores do jornal “O Conservador”, como advogado, segundo Carmen Coelho, “sempre foi brilhante e podemos considerá-lo como precursor do Advogado de Ofício, tal era a maneira como defendia os pobres sem proteção” (Freire, 1976, p. 10). Foi deputado pela Assembleia Provincial de Pernambuco (1853-1857), voltou para Paraíba em 1857, e ficou como chefe do Partido Conservador. Entre 1860 a 1889, foi deputado provincial. “Com o advento da República, foi prejudicado com a queda do regime- com a dissolução das assembléias provincianas.” (Freire, 1976, p.12).

Carmen Coelho descreve ainda os conflitos que permearam o relacionamento dos seus bisavôs maternos, tendo em vista que o casamento deles foi contra a vontade das famílias que, naquela época, eram adversárias políticas.

O contexto político brasileiro desse período era o imperial, com D. Pedro I e vários resquícios oriundos da Assembleia Constituinte de 1824, segundo Freire (1985, p.105) “As relações do Imperador com a nova Assembléia Constituinte nunca foram amistosas, percebendo-se com frequência incompreensões, atritos, etc”. Os movimentos políticos nacionais, respingaram na província da Paraíba e os patriarcas das famílias Gouvêa e Henriques estavam em lados opostos desses empates.

Conheceu Inácio a Altina Lúcia, na época em que Feliciano José Henriques governava a Paraíba. Foi numa festa de luminárias no “Jardim Público” - atual Praça João Pessoa. Altina tinha doze anos e Inácio quinze. Começou o namoro. Quando os pais de Altina Lúcia tiveram conhecimento do fato castigaram-na, trancando-a no quarto durante oito dias (Freire, 1971, p. 10).

O capítulo que apresenta a *Família Albuquerque Maranhão* mostra os ascendentes da sua avó materna, D. Luzia de Albuquerque Maranhão Cavalcanti. O pai de D. Luzia, chama-se José Francisco de Albuquerque Maranhão, nascido em 1806 no Engenho “Estivas”, que ficava no Rio Grande do Norte. Aos 18 anos, teve seu primeiro Engenho, seu segundo matrimônio foi com a bisavó de Carmen Coelho, D. Luzia de Albuquerque Maranhão, sua prima mais distante, pertencente às famílias Pegado e Linhares.

Desse enlace, nasceram três filhos, entre eles, a avó de Carmen Coelho. Sobre seu bisavô, ela escreveu, em suas notas genealógicas, que ele era um homem simples e não se importava com títulos e brasões, inclusive foi armado por D. Pedro II Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, em 1842, (na obra, ela colocou a foto do título recebido por ele, p.17-19) e foi convidado para acompanhar a comitiva do imperador no ato da sua coroação, mas recusou o encargo e disse que “a minha política é a minha família”. (Freire, 1971, p.16). Ainda sobre seu bisavô ela relata que:

Era honesto e humano. Nos seus engenhos não havia pelourinho nem açoites para os escravos. E nas suas propriedades os homens livres trabalhavam sem pagar nada. Era Juiz de Paz, o financiador, o amigo certo. Quando houve abolição da escravatura, foi um dos primeiros a alforriar os seus escravos. Entretanto, êles não quiseram sair. Ficaram sempre em sua companhia. (Freire, 1971, p. 17)

No capítulo que relata as origens da família Albuquerque Maranhão, é possível percebermos como eles estavam presentes em vários estados diferentes, entre as regiões Norte e Nordeste, nos estados do Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. E ainda faz apontamentos em relação à dissolução da força política dessa família no período: “essa família que teve sua hegemonia no passado, hoje, entretanto está toda decadente os seus ramos completamente gastos, demonstram a derrocada de um passado político” (Freire, 1971, p. 21).

Carmen Coelho traz a genealogia da família do seu pai, *Família Vieira*, vale ressaltar que o nome do pai, do bisavô e do trisavô da educadora são semelhantes. José Vieira (trisavô) já se encontrava no Nordeste, no século XVIII, “a procura de

terras devolutas para pastoreio". Instalou-se na vila de Sousa, alto sertão da Paraíba, onde já havia alguns parentes, ela faz questão de descrever como era a situação daquele território e as propriedades que possuíam. "Souza era a grande planície suave e pitoresca, o rio do Peixe, em suas águas, refletia o heroísmo de seus filhos em luta constante pela sobrevivência". Descreve que as terras eram férteis e com estradas que faziam ligações entre a Paraíba, Piauí, Ceará e Pernambuco, tornando aquela região privilegiada salvo a exceção de que "A sua prosperidade seria evidente se não fôra a seca, que periodicamente a flagelava se bem menos dura aí que em outras localidades" (Freire, 1971, p. 26). Nessas descrições, percebemos os domínios exercidos por eles, a forma como se estabeleceram nos territórios, tornando-se peças importantes para o desenvolvimento das cidades naquela época.

José Vieira casou-se com Maria Lourença Vieira (trisavós), que era de sua parentela próxima e tiveram dois filhos, o Padre Manuel Vieira e Maria Fortunata da Anunciação (bisavó). Esta se casou com o primo, José Vieira da Silva (bisavô) e teve sete filhos, entre eles, Maria Lourença da Circuncisão Vieira, que casou com Raimundo Sizenando Coelho, avós paternos de Carmen. Eles tiveram onze filhos, e, além do seu pai, podemos destacar seus tios; o professor Crispim Coelho⁵⁷, Monsenhor Sabino Coelho⁵⁸ e D. Moisés Coelho (1887-1959).

Dom Moisés Coelho, aos quatorze anos, matriculou-se no Seminário de Olinda e, dois anos depois, transferiu-se para a Paraíba. Em novembro de 1897, foi crismado. Em 1898, recebeu ordens menores, em 1900, tornou-se subdiácono e no mesmo ano, foi elevado a diácono, ordenando-se em 1º novembro de 1901, sendo oficiante do ato religioso Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, 1º Arcebispo Metropolitano da Paraíba, a quem Dom Moisés substituiu no comando da Arquidiocese. A Diocese de Cajazeiras foi criada, em novembro de 1914, pelas Letras Apostólicas, assinadas pelo Santo Padre Bento XV, sucessor de Pio X. Nessa cidade, Dom Moisés exerceu o seu pastoreio por dezessete anos (1915-1932), quando foi designado Bispo/Coadjutor de Dom Adauto. Sobre essa indicação Miceli aponta que:

⁵⁷ "Crispim Coêlho foi um renomado educador cajazerirense que no final da década de 1920 administrou uma das primeiras escolas públicas de Cajazeiras que funcionou também na Rua Padre Rolim, próximo a residência do professor. (ROLIM, 2010) Disponível em: Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial . Acesso em: 07/05/2023.

⁵⁸ Integrante de uma família dominante em Cajazeiras, foi o principal responsável por arrecadar os donativos para a construção da Diocese da mesma cidade, incumbência dada por Dom Adauto de Miranda Henriques, em 1913.

A indicação de d. Moisés Sizenando Coelho para a diocese de Cajazeiras explica-se em função dos interesses de longo prazo da organização eclesiástica. Na qualidade de parente próximo do “santo e sábio padre mestre Inácio de Souza Rolim”, fundador do famoso Colégio Padre Rolim naquela cidade, de cujas mãos recebeu primeira comunhão, e irmão do padre Sabino Coelho, pároco de São Lourenço da Mata (PE), o primeiro bispo de Cajazeiras estava social e politicamente habilitado a enfrentar o trato dos interesses da Igreja numa circunscrição particularmente exposta à influência de Juazeiro. Diante de sucessivos atos de indisciplina no clero nordestino, o “herdeiro” do padre Rolim garantia o êxito do cerco ao movimento liderado pelo Padre Cícero⁵⁹ (Miceli, 2009, p. 71).

Com o falecimento do antecessor, D. Adauto, Dom Moisés assumiu definitivamente o Arcebispado em 15 de agosto de 1935. Carmen Coelho destaca que a família Vieira deixou um legado de dezesseis sacerdotes, dois arcebispos, um bispo, além de vários frades e freiras.

Na apresentação da *Família Coelho*, vemos os ascendentes e as origens do seu avô paterno Raimundo Sizenando Coelho. Os Coelho, através de Pero Coelho de Souza, estiveram na colonização do Ceará. O francês Antônio Mons Rolim saiu de Penedo - AL, onde morava com seu pai e foi para o Ceará, lá mudou seu nome para Antônio Souza Dias, casando-se com Maria Coelho da Cunha. “Deste casamento nasceu Vital, o qual foi batizado com o sobrenome Souza Rolim. Foi ele quem fundou Cajazeiras” (Freire, 1971, p. 35). Vital casou-se com Ana Francisca de Albuquerque e tiveram dentre os seus filhos, Inácio de Souza Rolim, o conhecido Padre Rolim.

Padre Rolim nasceu na então fazenda de Cajazeiras, propriedade de seus pais, em 22 de agosto de 1800, estudou no Crato-CE e depois na cidade de Sousa - PB. Partiu para Pernambuco, em 1822, e internou-se no seminário de Olinda, ordenando-se em 2 de outubro de 1825. De volta a Cajazeiras, em 1829, foi conviver na companhia de seus pais, ajudando sua mãe no levantamento da igreja. O primeiro colégio que o Padre Rolim abriu, nos sertões paraibanos, foi em Serraria, com o aumento no número de estudantes, precisou construir um colégio perto da casa de seus pais. Foi em 1843, que o Colégio Padre Rolim começou a funcionar oficialmente, sendo este o propulsor do desenvolvimento da cidade de Cajazeiras-PB.

No livro de genealogia, Carmen Coelho relata os descendentes de cada família nascidos até o ano de publicação da obra, 1971, optamos por evidenciar aqueles que

⁵⁹ “Padre Cícero Romão Batista, um clérigo controverso que se tornou o santo popular do sertanejo nordestino e uma das figuras políticas mais influentes do século XIX no Ceará.” Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15805/1/IVS22052019.pdf>. Acesso em: 29/02/2024.

faziam parte da sua linhagem direta, e/ou aqueles que exerceram funções que poderiam exercer algum tipo de abertura para sua trajetória intelectual e ainda os que se destacaram ou foram nomes em evidência na sociedade paraibana. Diante desse processo de busca, vimos que suas origens são de pessoas abastadas e muitos deles social e politicamente ativos por onde passavam. Foram muitos bacharéis em direito, entre eles, alguns que exerceram a função de advogados, juízes e desembargadores; professores e professoras; engenheiros, fazendeiros, proprietários de terra e engenhos; padres, bispos e arcebispos da Igreja Católica; médicos; políticos, assessores ou demais cargos que estavam ligados aos governos vigentes de forma direta ou indireta.

Após todo panorama genealógico, de destacar como os seus estiveram presentes como proprietários de vários territórios em diferentes estados, sendo responsáveis pela fundação e desenvolvimento de várias cidades, Carmen Coelho finaliza seu livro homenageando sua mãe: *Biografia da Profª Maria Emerentina Gouvêa Coelho (1882-1943)*. Ela apresenta detalhes da vida e rememora fatos que foram narrados pela sua avó Luzia em relação a infância da sua mãe. Sempre que possível, em suas obras, Carmen faz menção a ela e suas palavras transmitem muito respeito e admiração. “E foi uma vida cheia, marcada de sacrifícios, lutas e dores, cumpriu, entretanto, sua missão de mãe e educadora. E hoje, já tão distante, dos tempos que nos deixou, acompanha os seus filhos, a sua figura, o seu exemplo”. (Freire, 1971, p.45).

É com este levantamento genealógico que percebemos semelhanças entre alguns sujeitos da família com os itinerários seguidos por Carmen Coelho, o que nos remete a interpretar que o contexto parental é importante para consolidação das escolhas na trajetória de alguns indivíduos, principalmente quando nos remetemos ao período histórico em que ela se insere, onde as relações e as estruturas de poder econômicos, políticos e sociais eram determinantes para se inserir em espaços de fomento sociais, culturais e religiosos.

2.2 CAMINHOS DA DOCÊNCIA: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO CATÓLICA

Ao longo de sua trajetória intelectual, Carmen Coelho transitou por diferentes ambientes, os escolares, religiosos, e de sociabilidade cultural e intelectual, portanto,

cabe apresentar este itinerário a partir dos ambientes formativos que frequentou, das escolas que efetivou sua prática docente, buscando perceber as aproximações e/ou distanciamentos entre a formação e sua prática, buscando indícios de que seus ideários católicos estavam presentes e foram reproduzidos de alguma forma.

Carmen Coelho aprendeu as primeiras letras com sua mãe, Professora Maria Emerentina, ao chegar à idade escolar, fez o curso primário, secundário e o magistério no Colégio Nossa Senhora das Neves, terminando seu curso normal, em novembro de 1931. Esse colégio e sua história têm relação com a tradição educacional da época, sendo uma instituição de viés patriarcal e confessional. Conforme afirma Santos (2009, p.46): “Em sua própria constituição física, a referida instituição escolar traduz-se, desde sua origem, num ambiente privilegiado de memórias da educação feminina e religiosa do final do século XIX e início do século XX”.

Vale salientar que as cerimônias de formatura das alunas do curso normal eram tidas como evento social, naquela época, durante as pesquisas realizadas, percebemos que os jornais publicavam, durante todo o ano, os eventos e os compromissos institucionais das normalistas, e nos meses finais, era reservado um espaço significativo em suas páginas para divulgação das cerimônias de encerramento. Ao nos debruçarmos sobre os exemplares do jornal *A União* na década de 1930, verificamos como os eventos das prestigiadas instituições escolares eram cotidianamente divulgados para toda sociedade.

No exemplar do dia vinte de novembro de 1931, encontramos, na sessão *Vida Escolar*, a seguinte chamada: “Collegio de N. S. Das Neves” que trazia informações acerca da entrega dos diplomas das alunas do curso normal e comercial: “Nesse acreditado educandário, effectuou-se hontem, á tarde, a cerimonia da entrega dos diplomas á turma de professoras e ás alumnas do curso comercial que concluíram os estudos este anno” (*A União*, 20 de novembro de 1931). Nesses eventos, havia ainda a presença de personalidades de vários setores da sociedade, inclusive a entrega dos diplomas nesse ano foi feita pelo interventor da época, conforme registrado no jornal:

Ao acto estiveram presentes os srs. Dr. Anthenor Navarro, interventor federal, arcebispo d. Adaucto, comandante Souza dantas, conego-major Mathias Freire, dr. Irenêo Joffily, tenente-coronel Elysio Sobreira, dr. José Mariz e muitas outras pessoas, bem como crescido numero de famílias. [...] Terminaram o curso esse anno as seguintes senhoritas: Curso normal: - Juliêta Fernandes, M. Esmeralda Rocco, M. José Mindello, M. Dulce Barbosa, M. da Gloria Gomes, Carmen Coêlho, Nilda Milanez, Dulce Silva dos Santos, Neverita Guimarães e M. Dolores Magalhães (*A União*, 20 de novembro de 1931).

No mesmo jornal, em vinte e quatro de novembro do mesmo ano, na sessão *Vida Escolar*, com o título “Professoradas de 1931” é divulgado mais um evento, “o tradicional quadro de formatura”, com a presença de personalidades das diferentes camadas da sociedade, assim, podemos perceber como os eventos escolares eram prestigiados naquela época, um verdadeiro evento social. Essas presenças nos conduzem a pensar sobre as relações instituídas entre distintas áreas: política, religião, escola, representados por uma pequena porção da sociedade da época.

Nesse sentido [...] “os rumos do relacionamento Igreja-Estado naquela conjuntura dependeram fortemente dos tipos de alianças com grupos e partidos dominantes, envolvendo um espectro diversificado de coalizões junto a diversos setores da elite”. (Miceli, 2009, p.21). Ainda segundo o mesmo autor, a Igreja foi uma importante ferramenta de ligação entre a política republicana e também para manutenção da ordem social naquele período, tendo em vista que ela se envolvia com diferentes ramos de atividades, entre elas, a escola.

A criação e gestão dos estabelecimentos de ensino primário, secundário, agrícola e profissional converteram o aparelho eclesiástico no maior e mais importante empresário da rede de ensino privada, exercendo o controle sobre 70% das instituições atuantes no final dos anos 1920 (Miceli, 2009, p.157).

Esse panorama fazia parte dos interesses intrínsecos de cada setor citado e a escola servia como ambiente propício para disseminação e reprodução coletiva das formas de pensar e agir, conforme as deliberações do Estado e da Igreja e vice versa, já que nesse período, as relações entre essas lideranças, no estado da Paraíba, eram de colaboração mútua.

Fazendo um paralelo com o período de formação de Carmen Coelho na Escola Normal, cabe salientar que a inserção das mulheres, no contexto educacional, foi um processo gradativo no século XIX, tendo em vista as discussões acerca de que a ampliação da instrução era sinônimo de superioridade e desenvolvimento da nação, elas tinham uma educação mais voltada para a questão doméstica (coser, bordar, etc) e um currículo reduzido, no qual deveriam aprender a ler, escrever e fazer as quatro operações, enquanto “a parte relativa a decimais e proporções, bem como o estudo da geometria, que fazia parte dos currículos dos meninos, era interditada às meninas”. (Villela, 2000, p.108-109).

A entrada das mulheres, no campo profissional da educação, é concomitante com os movimentos de busca pelos seus direitos, tornando-se uma importante área para as mulheres no século XX, além da relação estabelecida entre a docência e a prática intelectual conforme destaca Almeida:

O magistério era o trabalho intelectual e assalariado sem conotação pejorativa; tinha o poder de conceder uma palavra mais abalizada num meio ignorante; conferia mobilidade social, maior liberdade e respeito entre as classes trabalhadoras e possibilitava bem-estar econômico. Isso era muito mais do que tinham tido até então. Portanto, como elemento de comunhão entre as mulheres educadas do século XX, é possível afirmar que a condição docente foi um fator geracional importante (Almeida, 1998, p. 81-82).

Conforme Louro (2010), deve-se considerar três vertentes desse processo em relação à mulher e à docência; a primeira é o fato de os homens abandonarem o magistério, o que pode estar atrelado ao aumento de vagas oriundas do processo de urbanização e industrialização; a segunda se relaciona com a defesa da docência ser vista como uma extensão da maternidade e, a última, é a ampliação da intervenção do Estado na formação do professorado. Ainda sobre essa questão, Almeida (1998) aponta que o magistério primário, ocupado pelas moças da classe média, era uma oportunidade para ingressar no mercado de trabalho e envolvia um certo prestígio por ser um espaço permitido para atuar socialmente. Em relação ao processo de feminização do magistério a mesma autora revela o seguinte:

Quando o magistério era uma ocupação ocasional que tomava menos tempo, podendo ser exercido conjuntamente com outras profissões, como médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, clérigos e outras, representava um meio a mais para quem queria obter notoriedade e ampliar os ganhos, sem deixar de exercer sua ocupação principal. (Almeida, 1998, p.67)

Corroborando as palavras de Almeida (1998) e fazendo relação com nossa pesquisa, vimos anteriormente que a maioria dos homens da família de Carmen Coelho transitaram pela educação como professores, mesmo formados em outras áreas e/ou exercendo outras profissões.

Visando interpretar os caminhos da docência e a prática de Carmen Coelho, como intelectual mediadora, faz-se necessário discutir sobre essa categoria. Diferente da interpretação feita pelo ideário comum, que classifica o intelectual como alguém de grande sabedoria e detentor da verdade, o conceito de mediador cultural irá ampliar o

olhar acerca das práticas de mediadores conforme afirma Gomes e Hansen (2016, p.10) “na acepção mais ampla que aqui consideramos, são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social.” Ainda segundo as autoras, os mediadores podem atuar como aquele que cria ou produz, (a obra); o que divulga ou reproduz (vulgariza para tornar a informação mais acessível); muitas vezes, esses intelectuais, ao menos, enxergam-se como tal.

Em relação a perceber o docente como intelectual, Gomes e Hansen (2016, p.17) apontam que é na educação que a mediação cultural se expressa da melhor forma, pois “o intelectual mediador – que a ela dedica tempo, esforços e tem sempre um projeto político-cultural-, sobretudo, quando exclusivamente dedicado à mediação, não é nem mesmo reconhecido como intelectual, sendo negligenciado nas análises.” É nesse sentido que percebemos a relação dessa categoria com a parte da trajetória de Carmen Coelho, pois ela exerce à docência e é sabido que sua atuação não ficou limitada à educação primária, pelo contrário, ela buscou atuar em outros níveis de ensino.

Após sua formação no curso Normal, Pereira (2007, p. 59) afirma que Carmen Coelho “dois anos depois, fundou um Jardim-de-Infância, para guiar os primeiros passos das crianças nas letras.” O autor não informa o nome da instituição, nem apresenta algum registro sobre essa informação, a sua obra também não apresenta referências bibliográficas ou fontes. Na busca por elementos sobre a fundação desse jardim de infância, nos jornais da época e documentos disponíveis, encontramos como registro, o Curriculum Vitae da educadora disponível na sua pasta do IHGP, citando a fundação desse Jardim de infância, (Fotografia 1), além da afirmação de Joacil de Britto Pereira⁶⁰ registrada em sua obra, *Mulheres Símbolos*.

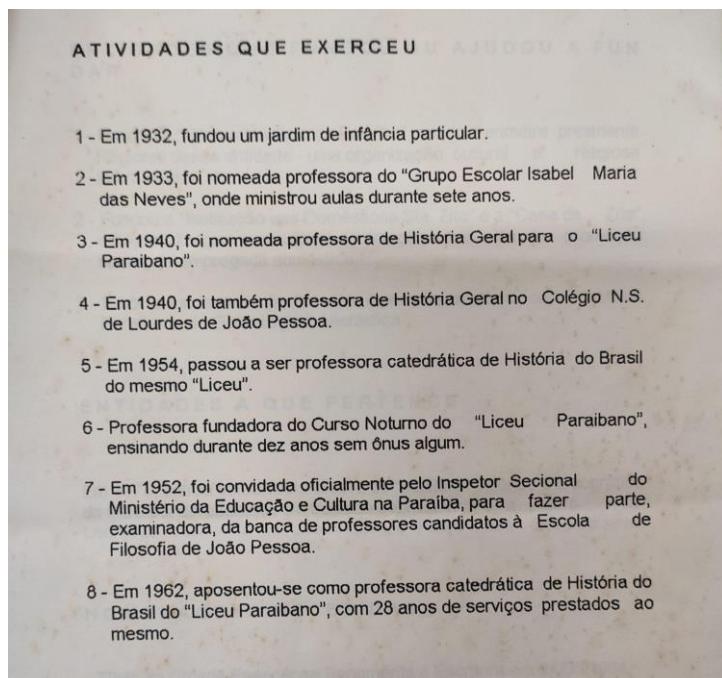
Vale ressaltar que Joacil de Britto era membro da Academia Paraibana de Letras, ocupando a cadeira nº 17, desde 1972, local onde foi presidente por dois mandatos, além disso, também era sócio efetivo do IHGP. Apresenta um grande acervo de obras publicadas, principalmente biografias, textos memorialísticos, artigos

⁶⁰ Joacil de Britto Pereira nasceu no dia 13 de fevereiro de 1923, na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte. Bacharel em Direito. Fundou a Escola de Engenharia da Paraíba, posteriormente incorporada à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi deputado estadual e federal pelo estado da PB. Foi sócio efetivo do IHGP. Depois que encerrou sua carreira política retornou aos serviços de professor e advogado. Disponível em: <https://www.ihgp.net/luihugo/joacil.php>. Acesso em: 12/04/2023.

em jornais, entre outros, que contribuem para a historiografia paraibana. Dentro desse campo, ele e Carmen Coelho tiveram a oportunidade de estabelecer vínculos, tendo em vista que a educadora ingressou no IHGP, no ano de 1976.

Ainda segundo Pereira (2007), ela “desenvolveu suas atividades no magistério com tanto êxito, que foi convidada para lecionar no Grupo Escolar Isabel Maria das Neves”, em 1933, onde ficou por sete anos. Durante as buscas por fontes desse período de sua atuação, encontramos, na caixa relativa a documentos do arquivo do estado de 1934, no Arquivo histórico Waldemar Duarte, uma pasta da Secretaria da Fazenda Agricultura e Obras Públicas - Tesouro do Estado se referindo a pagamentos de “Abono vencimento de diversos funcionários depositado no Banco do Estado da Paraíba” referente ao mês de outubro. Percebemos nas descrições e variações de valores de pagamento, mesmo com aqueles que estavam nomeados com as mesmas funções, Carmen aparece com o nome de solteira, Gouvêa Coelho e recebe como professora adjunta 133.400 contos, enquanto outros pagamentos variam com 66.500, 120.000, 200.000, 330.000 e até 413.300.

Figura 3 - Curriculum Vitae



Curriculum Vitae de Carmen Coelho disponível na sua Pasta de arquivos do IHGP.

Conforme encontrado nos documentos do Departamento de Educação do Estado da Paraíba, no ano de 1940, houve algumas mudanças na trajetória docente de Carmen Coelho. Encontramos o ofício de nº 505 de treze de maio, quando a professora foi removida para outra escola:

O Interventor Federal na Paraíba resolve remover a professora da 1^a entrância Carmen Gouveia Coêlho, do grupo escolar “Izabel Maria das Neves” para o “D. Pedro II”, ambos desta capital, devendo apresentar seu título do Departamento de Educação para ser apostilado. (PARAÍBA, Departamento de Educação, 1940).

Além desse ofício e, até mesmo nas pesquisas anteriormente realizadas, não encontramos qualquer vestígio da atuação de Carmen Coelho no Grupo Escolar D. Pedro II⁶¹, e ao encontrar outros registros sobre esse ano, levantamos a hipótese de que ela nem tenha chegado a cumprir essa remoção. O ofício de nº 545 de trinta e um de maio apresenta a nomeação da professora para o Liceu Paraibano:

O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve nomear a normalista diplomada Carmen Gouveia Coêlho para exercer, interinamente, o cargo de professora auxiliar de História da Civilização do Liceu Paraibano, servindo-lhe de título a presente portaria (PARAÍBA, Departamento de Educação, 1940).

E o ofício de nº 551 também de trinta e um de maio do mesmo ano, formaliza a exoneração da professora do magistério primário: “O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve exonerar a normalista diplomada Carmen Gouveia Coêlho do cargo de professora da 1^a entrância do Magistério Público Primário de Estado, visto haver aceitado outro cargo” (PARAÍBA, Departamento de Educação, 1940). Nesse mesmo ano, integrou o quadro do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Lourdinhas para lecionar a disciplina de História. Já no ano de 1954, passou a ser professora catedrática de História do Brasil, no Liceu Paraibano, e, nessa mesma instituição, participou da fundação do curso noturno. Sobre sua formação para atuar no ensino secundário, encontramos o seguinte registro no tópico denominado “Cursos” no Currículo Vitae disponível na pasta do IHGP:

Registro de Professor Secundário, na disciplina História Geral e do Brasil, pelo Ministério da Educação e Cultura. Registro definitivo nº 8.777, de 1946.

⁶¹ A Escola Estadual de Ensino Fundamental D. Pedro II, antes Grupo Escolar D. Pedro II situa-se na Av. João da Mata, nº 53, no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, foi tombada pelo IPHAEP por sua importância histórica para o Estado da Paraíba.

Certificado nº D-682 e o Certificado Nº 9814, do Ministério da Educação e Cultura do Ensino Industrial e Técnico, natureza Cultura geral - disciplinas História Geral e História do Brasil, em 1959. (IHGP, Dossiê de Sócio Efetivo, Carmen Coelho de Miranda Freire [s.d.]).

Vale destacar que naquele período, ainda não havia curso de licenciatura em história, pois, as primeiras universidades do país começaram a ser criadas na década de 1930 e com atenção aos cursos de Direito, Medicina, Engenharia, etc. Sobre os cursos de História Silva e Ferreira (2011, p.286) apontam que:

Os primeiros cursos superiores de História no Brasil foram institucionalizados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e pela Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, que mais tarde (1939) seria reestruturado na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na Paraíba, o curso de História estava vinculado à Geografia e foi oferecido pela Faculdade de Filosofia da Paraíba⁶² a partir do ano de 1952. Inclusive, neste mesmo ano, Carmen Coelho compôs a banca examinadora que selecionava professores para a faculdade.

Neste sentido, os registros nos mostram que Carmen Coelho tem uma progressão em seu nível de ensino, deixando a atuação do primário para exercer a docência no ensino secundário em uma escola de grande referência em nosso estado, o Liceu Paraibano. Mesmo sabendo de sua formação e registro perante o Ministério da educação e cultura, cabe-nos levantar hipóteses sobre esses caminhos percorridos, tendo em vista que existiam relações profissionais e de contatos diversos entre sua família com indivíduos que detinham cargos e funções de poder tanto no campo político, quanto no campo social e religioso. Conforme já discutido anteriormente, não havia concursos públicos e a maioria das nomeações eram feitas também de acordo com as indicações, o que nos leva a relacionar essa rápida ascensão no ensino público não só a competência e na prática docente, mas também aos meandros que envolve sua rede de sociabilidade, tendo em vista esse contexto da época.

⁶² A Faculdade de Filosofia da Paraíba, FAFI como era chamada, funcionava onde hoje é a Universidade Federal da Paraíba. BEZERRA, Francisco Chaves. O ensino superior de História da Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais. Dissertação de Mestrado: CCHLA/UFPB, 2007.

2.3 O IHGP E SEU ITINERÁRIO DE PESQUISA HISTÓRICA

Outro espaço de fomento social e intelectual, frequentado por Carmen Coelho, foi o IHGP. Na condição de sócia efetiva, ela se debruçou sobre a pesquisa e a autoria de livros, entre eles, de História da Paraíba. Levando em consideração a importância desse instituto para a sociedade intelectual da época, faz-se necessário apresentar o itinerário dela como membro desse ambiente, apontando ainda suas obras, pesquisas e publicações diversas efetuadas nesse período e que contribuem para o estudo da historiografia paraibana.

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano foi fundado, em sete de setembro de 1905, e configura-se como uma das mais antigas instituições culturais ainda em funcionamento neste estado. Desde sua fundação, passou por diferentes prédios antes de se ambientar no endereço atual. Na ocasião das comemorações da Independência do Brasil, vários representantes da sociedade política, profissional e intelectual do nosso estado se reuniram para a fundação do instituto, “aquela importante comemoração, que teve na presidência dos trabalhos Álvaro Lopes Machado, presidente do Estado, a quem coube declarar fundado o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano” (IHGP, 2023)⁶³. Segundo o discurso proferido no dia da fundação, foi ressaltada a “necessidade da criação de uma entidade que se consagrasse “ao estudo e ao amor do passado”, à pesquisa histórica e geográfica do Estado da Paraíba, à aquisição do nosso folclore e ao culto das nossas tradições e valores culturais (IHGP, 1995). Nessa ocasião, foi lavrado e assinado pelos presentes o Termo de fundação do instituto.

O IHGP como uma instituição de fomento intelectual e ainda de preservação da história e da memória do nosso estado, foi influenciado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, fundado em 1838, cujo objetivo era “marcar a passagem de um “Brasil sem história” para um “Brasil com história”. Sistematizar a história do Brasil e, através dela, dar uma identidade à nação eram as tarefas dessa entidade” (Oliveira, 2003, p.2).

Pela importância histórica, social e cultural do IHGP, vimos, ao longo da pesquisa, que no decorrer da sua trajetória, Carmen Coelho efetivou práticas, frequentou lugares e manteve relações com pessoas que poderiam ter sido elos para

⁶³ Disponível em: <https://www.ihgp.net/ihgp/historico.php>. Acesso em: 17/07/2023.

sua entrada nesta instituição. Portanto, neste ponto, debruçamo-nos sobre a atuação dela como sócia do IHGP, elencando suas atividades como pesquisadora de História da Paraíba, dentro dessa instituição, apontamos as relações estabelecidas com outros/as intelectuais dentro desse campo e ainda apresentamos os escritos produzidos nesse contexto, entre eles suas obras didáticas e literárias que trazem nosso estado e sua história no centro das discussões.

Carmen Coelho de Miranda Freire ocupou a cadeira de nº 29 como sócia efetiva no Instituto Histórico Geográfico da Paraíba - IHGP, sua entrada se deu, em 17 de agosto de 1976, sendo proferido o seguinte discurso pelo Consórcio Lauro Pires Xavier⁶⁴ para sua posse:

O Instituto Histórico Geográfico Paraibano expressa, por meu intermédio, à Professora Carmen Coelho de Miranda Freire, a saudação de praxe, pela sua posse como sócia efetiva da Casa de Irineu Pinto. Compete ainda ao consórcio encarregado da saudação, dizer alguma coisa da vida e obra da recipienda, o que para nós não constitui nenhum problema, por tratar-se de pessoa possuidora de tantos méritos e atributos pessoais. [...] A professora Carmen de Miranda Freire, ao entrar para o quadro de sócia efetiva de nosso Instituto, vem continuar com a tradição da casa, que sempre contou em seus quadros, com a colaboração da mulher paraibana ou de outros Estados. Há pouco tivemos a posse da professora Rosilda Cartaxo, dentro de alguns dias a da Drª Waldice Porto, e assim vamos compondo o quadro das feministas que sempre deram valiosa contribuição intelectual à Casa de Irineu Pinto (Freire, 1976, p. 16, 21).

Diante desse discurso e fazendo a relação com algumas fontes já encontradas, podemos compreender que o IHGP se configura como um espaço de sociabilidade intelectual onde houve a inserção e a viabilização da participação das mulheres nesse cenário, apesar de a predominância masculina perdurar por muito tempo. De acordo com Palmeira (1995), no momento de fundação do instituto, em sete de setembro de 1905, não houve a participação de mulheres em seu espaço, e que o forte para a educação feminina na época era o trabalho manual ou as “prendas”, com o objetivo de prepará-las para o casamento. Ainda segundo Palmeira (1995), a primeira mulher a fazer parte do IHGP foi a médica, historiadora e escritora Eudésia Vieira, em 03 de maio de 1922, dezessete anos após a fundação. Sobre essa questão Palmeira aponta:

⁶⁴ Lauro Pires Xavier ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 20 de março de 1948, fundador da cadeira nº 09, tendo atuação bastante produtiva, chegando a ocupar a Presidência da entidade no período 1980/1983. Informações disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, www.ihgp.net Acesso em maio de 2023.

Eudésia Vieira. Médica, historiadora, escritora com uma inteligência privilegiada, porém igual a ela houve várias mas, o preconceito abafou o seu dinamismo. Agora, não adiante “chorar pelo leite derramado”, o que importa é o congraçamento das que têm a ventura de participar de todos os movimentos culturais da nossa terra, incentivando outras a fazerem o mesmo. Abrir novos caminhos e apresentar novas propostas para a sociedade. Nesta minha participação, tento levantar a lembrança de muitas que já passaram por esta Instituição – que reputamos do mais alto significado – e também, das que trabalham incessantemente para o maior desempenho da mesma (Palmeira, 1995, p.293).

Essa citação faz parte do artigo “*A presença da mulher no Instituto Histórico Geográfico Paraibano*” de Maria Balila Palmeira⁶⁵, publicado na Revista do IHGP, em sua edição comemorativa de 90 anos de fundação. “A publicação, agora, deste número 27 de nosso periódico oficial e mais importante (há também o Boletim, de divulgação mensal), que reúne estudos, trabalhos, discursos e poesias de associados e colaboradores pertencentes a outras instituições” (Pereira, 1995). Vale salientar que nesta edição da revista consta trinta e seis artigos que trazem a público estudos e pesquisas dos sócios do IHGP, e, desse total, apenas nove são de autoria de mulheres, dentre eles, dois são de Carmem Coelho: *João Pessoa, o nome da capital do estado da Paraíba* e *Diná*, estes serão analisados posteriormente, quando estivermos na discussão sobre suas publicações.

As outras pesquisadoras mulheres que compartilhavam com a professora Carmem o espaço como sócias do IHGP e que também publicaram nessa mesma edição foram: Diana Soares Galliza⁶⁶ com o artigo, *A economia de São Paulo nas décadas de 1900 e 1910 a partir de “riqueza paulista”*; Fátima Araújo⁶⁷, *A Parahyba na efervescência dos anos vinte*; Teresinha de Jesus Ramalho Pordeus⁶⁸, *Primeiros presidentes e partidos políticos republicanos na Paraíba (1889-1916)*; Waldice Mendonça Porto⁶⁹, *Minha fase poética e As religiões no Brasil X Padroado* e Rosilda Cartaxo⁷⁰ *As mulheres musas dos anjos*.

⁶⁵ Maria Balila Palmeira, Pedagoga pela UFPB, formada em 11 de janeiro de 1982 e ocupante da cadeira nº 19 do IHGP.

⁶⁶ Diana Soares de Galliza, paraibana, nasceu em João Pessoa a 08 de março de 1939. Formada em História pela UFPB, Pós Graduada e Mestre em História pela UFPE e Doutora em História pela USP. Ocupante da cadeira Nº 02 do IHGP.

⁶⁷ Maria de Fátima Gurgel de Araújo nasceu em Patos, no dia 25 de abril de 1954, graduada em Letras e Comunicação Social pela UFPB, sócia da cadeira Nº 23 do IHGP.

⁶⁸ Teresinha de Jesus Ramalho Pordeus nasceu na cidade de Teixeira, no dia 4 de agosto de 1929. Graduada em História pela UFPB. Sócia fundadora da cadeira Nº 34 do IHGP.

⁶⁹ Waldice Mendonça da Silva Porto nasceu em João Pessoa no dia 27 de outubro de 1937, Bacharela em Direito pela UFPB. Sócia fundadora da cadeira Nº 30 do IHGP.

⁷⁰ Rosilda Cartaxo é natural de Cajazeiras, nascida em 31 de julho de 1921, Normalista. Inseriu-se no

Em um universo predominantemente masculino, vemos a presença de apenas sete mulheres, além disso, elas não estão neste lugar de forma aleatória, além do repertório intelectual e de pesquisa, elas, assim como os sócios, homens, fazem parte de uma camada privilegiada da sociedade, ou seja, nem toda mulher ou pessoa instruída poderia fazer parte do instituto, havia uma conjuntura estrutural e organizacional para entrada e pertencimento desse espaço.

O processo de entrada como sócios do IHGP⁷¹ não é algo realizado de forma aligeirada, pelas fontes, percebemos que há um planejamento para se candidatar como membro. A vaga é divulgada em um órgão oficial do estado, através de edital pelo presidente do instituto, além disso:

Cada candidato deverá ser apresentado através de requerimento firmado por, no mínimo, três associados efetivos no gozo de seus direitos, devendo ser apenso ao requerimento o *curriculum vitae* do proposto, relação de suas obras ou trabalhos publicados ou inéditos, duas fotografias 5x7 e, se possível, alguns dos trabalhos já editados (IHGP, 2005).

Nesta etapa, para submissão à vaga, é preciso ser apresentado por associados, o que revela a necessidade em ter uma rede de relações com quem já faz parte do instituto. Nesse sentido, vale ressaltar que o Patrono da cadeira nº 29 foi o D. Carlos de Gouvêa Coelho, irmão de Carmen Coelho o que configura mais uma evidência para nossa argumentação de tese. Esses estreitamentos nas relações nos mostram um panorama interpretativo de certa “facilidade”, pois as indicações, nos ambientes por onde ela transitou, não se configurava como algo problemático, tendo em vista que já havia a participação de amigos e familiares nesses espaços.

Isso tudo corrobora as outras etapas, pois ainda há a apresentação da candidatura para a comissão de admissão que irá examinar o candidato [...] “levando em consideração o seu caráter e seu conceito social, profissional e intelectual, e emitirá seu parecer, favorável ou não pela aceitação do proposto, encaminhando o parecer à Presidência do Instituto” (IHGP, 2005). O parecer é encaminhado ao presidente para a convocatória de uma Assembleia Geral Extraordinária com os associados, para que seja feita a apreciação do parecer e a votação sigilosa sobre a

IHGP e atuou em diferentes funções, entre elas como Presidente do Instituto entre os anos de 1983-1986.

⁷¹ As informações sobre esse processo para sócio efetivo foram retiradas do regimento atualizado em 2005, tendo em vista que não tivemos acesso ao regimento da década de 1970. Ver Regimento Interno do IHGP disponível em: <https://www.ihgp.net/livros/regimento.php>. Acesso em: 20/11/2023

aprovação ou não do candidato.

Diante disso e das proximidades com membros do instituto, levantamos a hipótese de que Carmen Coelho já estava ciente dos trâmites para entrada como sócia do IHGP. Anos antes da sua candidatura, tendo em vista sua experiência docente no ensino de História, iniciou suas pesquisas e a autoria de obras nessa área. O primeiro livro publicado, foi o já mencionado: “*Notas Genealógicas das Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão e Vieira Coelho*” (1971), esta obra tornou-se o principal trabalho de apresentação para o processo de entrada de Carmen Coelho no IHGP, com isso, compreendemos como pertinente apresentar uma seção, mostrando as repercussões da publicação dessa obra na sociedade da época.

A segunda obra de autoria de Carmen Coelho, foi o livro *A mansão da Praça Bela Vista* (1972) um romance fictício, que em seu desenrolar, retrata elementos do contexto da Revolução de 1930, a morte do Presidente João Pessoa⁷² e a repercussão desses eventos na sociedade paraibana da época. Sobre o uso do texto literário pelos historiadores Ferreira (2009, p. 33) afirma que [...] “passaram a ser vistos como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas dos homens e mulheres no tempo”. Sobre o livro, a autora informa que [...] é uma reminiscência da época, uma ficção baseada em fatos históricos da Paraíba de 1928 a 1930 (Freire, 1977).

A terceira obra que ela escreveu foi *História da Paraíba para uso didático: Período Colonial e Reino* (1974), livro didático composto por doze capítulos. No início do livro, há uma sessão chamada “Duas palavras”, na qual a autora informa seu objetivo com a obra:

Sem ter, de modo algum, a pretensão de oferecer um diagnóstico completo da “História da Paraíba”, seguem aí alguns “signos decifrados” da nossa história, signos já de caráter dogmático referentes ao período que se estende da época colonial até o Brasil-Reino (Freire, 1974).

Carmen Coelho se refere ao livro como uma fonte de pesquisa para aqueles que queiram conhecer mais sobre a História da Paraíba, o que nos mostra sua intencionalidade como autora, ver sua obra se tornar referência, ela ainda demonstra

⁷² João Pessoa Cavalcante de Albuquerque nasceu em Umbuzeiro-PB em 24 de janeiro de 1878. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife em 1903. Foi advogado, professor e delgado até o ano de 1910. Iniciou sua carreira política em 1928, já eleito presidente do estado pelo Partido Republicano da Paraíba.

preocupação com a forma como esses fatos serão apresentados:

Desse modo, procurando, na medida do possível, dar um caráter didático às explicações do período em questão, ofereço o presente volume a todos aqueles que se interessam ou desejam iniciar as suas pesquisas num dos principais trechos da história da nação brasileira – “História da Paraíba” (Freire, 1974).

No processo de apresentação da educadora, para entrada como sócia do IHGP, vimos o quanto essas publicações foram importantes para seu processo de entrada, conforme descrito no documento que foi encaminhado para o presidente:

Apresentamos à consideração da Comissão de admissão de Sócios o nome da Professora Carmen Coelho de Miranda Freire, para categoria de sócio efetivo. trata-se de uma mestra de várias gerações com atividade em nossos estabelecimentos de ensino secundário de História do Brasil e de História Geral, alem de ter-se credenciado como autora de um trabalho de pesquisas genealógicas das famílias Gouveia, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão, Vieira e Coelho, que mereceu da crítica paraibana, as mais lisongeiras impressões. A candidata publicou ultimamente um romance de um cunho histórico intitulado A MANSÃO DA PRAÇA BELA VISTA e a HISTÓRIA DA PARAÍBA, este ultimo com orientação pedagógica para uso dos nossos escolares (IHGP, 21 de junho de 1975).

Já enquanto sócia, Carmen Coelho continuou suas pesquisas e autoria de obras, o quarto livro publicado foi *História da Paraíba: do Império à República* (1976), com dezoito capítulos e chamado de 2^a parte, por se tratar de uma continuação do livro anterior. Nas páginas iniciais da publicação, a autora escreve:

No segundo volume da História da Paraíba, que trata do período compreendido entre a Independência e a República, quero salientar que não tive somente a intenção de levar à escola o que se passou de destaque na Paraíba, desde a volta de D. João VI para Portugal à revolução de 1930, já na época republicana. Fiz um retrocesso de épocas passadas, comparando-as às presentes, focalizando sempre o que de exemplo deu a Província, que sempre soube conduzir-se com dignidade, coragem, demonstrando o sentimento de amor à Terra mãe (Freire, 1976).

No prefácio, percebemos mais um discurso de conotação positiva sobre as obras de Carmen Coelho, dessa vez descrito por José Leal⁷³:

⁷³ Considerado o decano da imprensa paraibana por sua atuação frente aos órgãos de comunicação mais representativos do Estado. Foi sócio fundador da Associação paraibana de Imprensa e do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica. Ingressou no IHGP em 10 de março de 1946 como patrono da cadeira 19. (Santos, 2012)

Mestra de muitas gerações de jovens que perpetuaram as aulas do histórico LICEU PARAIBANO, dona Carmita, ao se decidir dar sua contribuição para a atualização dos fascinantes estudos da historiografia regional presta serviço benemérito a mocidade sequiosa dos conhecimentos de cronologia de sua terra e assim recebe um livro que constitue um primor de composição uma vez que nutrido o sentimento de verdade, seus capítulos curtos e sintéticos representam, em última análise, a condensação de conhecimentos de um passado de que todos os paraibanos devemos mais nos enaltecer, nos orgulhar mesmo (FREIRE, 1976).

O quinto livro publicado trata-se de um volume único intitulado *História da Paraíba para uso didático* (1978), ele é a junção de conteúdo dos dois primeiros livros, tendo uma ampliação de conteúdos que se referem a alguns acontecimentos que não estavam contemplados nos volumes anteriores. Os capítulos acrescentados nesse volume único foram: “A segunda República”, “A Constitucionalidade do País”, “Educação e Cultura” e “Biografias”.

Essa obra teve sua primeira edição, no ano de 1978, e teve muitas edições, o exemplar que tivemos acesso foi da quinta, referente ao ano de 1985. Já na primeira página após a capa, deparamo-nos com uma nota datada em cinco de agosto chamada *Advertência*, nela Carmen Coelho escreve: “Esta quinta edição do nosso livro “História da Paraíba (para uso didático)” destina-se a homenagear a Paraíba no seu quarto centenário de fundação” (Freire, 1985). A autora faz uma pequena introdução, apresentando, de forma sintética, a fundação do estado e determina com a seguinte frase, [...] “quatrocentos anos de vida, luta e progresso” (Freire, 1985).

Diná, publicado em 1995, foi sua sexta obra publicada. Trata-se de um conto “narrativa mais curta, que tem como característica central condensar conflito, tempo, espaço e reduzir o número de personagens” (Gancho, 1991, p.8). Este conto retrata as peraltices realizadas na infância pela protagonista Diná, segundo a autora, trata-de “uma estória ficção baseada na família moderna”, acrescentando ainda: “E hoje, neste pequeno conto, vemos como nós estamos aquém da educação dos filhos! Se o vigiássemos sem preguiça, se colocássemos dentro do seu coração Deus, - como todos seríamos felizes” (Freire, 1995). No desenrolar da escrita, percebemos a concepção de família, de educação e dos valores religiosos defendidos pela autora, de como deve ser a condução da educação dos filhos, principalmente das meninas.

O último livro publicado por ela, foi: *As ruas onde morei* (1998), livro de memórias que descreve, de forma literal as ruas, as residências e as pessoas que moravam nesses endereços. Utilizamos esta obra, ao longo da pesquisa, como fonte

para conhecer por onde a autora transitou e com quais pessoas estabeleceu relações, o que nos auxiliou com diversas pistas sobre sua trajetória.

Além dos livros, Carmen Coelho contribuiu com outros artigos para a Revista do IHGP. Na edição de nº 25 do mês de dezembro de 1991, o artigo intitulado: *Os primeiros rudimentos do ensino da Paraíba e a Fundação da Escola Normal Oficial*; já na edição de nº 28 do mês de outubro de 1995, publicou: *A professora Maria Emerentina de Gouvêa Coelho, nos seus 104 anos*, recorte do seu livro de genealogia; na edição de nº 30 do mês de agosto de 1998. Publicou o artigo: *Rua sete de setembro (1918/1930)*, que também é um recorte, desta vez do livro *As ruas onde morei*.

Ela teve ainda algumas matérias publicadas no Jornal *O Norte*⁷⁴ (Década de 1950, 1990 e 2000). Foram respectivamente: *O Ministério de Educação e Cultura concede inspecção preliminar ao Ginásio “Emerentina Coelho”* (1956), *João Pessoa, o nome da Capital* (1994) e *É preciso memória* (1999). A segunda e a terceira matéria tratam de informações históricas sobre o nome da nossa capital e os eventos no período da morte do Presidente João Pessoa. A primeira, foi escrita por Carmen Coelho e se refere à tentativa dela, juntamente com os irmãos, de abrir um colégio ginásial com o nome da sua mãe:

O desejo de contribuir para o levantamento do nível educacional em nosso meio foi de certo o que nos impelir a manter de ombros à tarefa para cujo êxito confiávamos, primeiramente em Deus e, depois no estímulo que nos vinha da vida daquela que escolhemos para Patrona da nossa instituição (*O Norte*, 19 de setembro de 1956).

Ela descreve na matéria, que o colégio teve aprovação para funcionamento pela inspeção do MEC, mas, devido a algumas dificuldades, mesmo tendo conseguido o prédio, a aprovação da fiscalização, o funcionamento da escola não avançou: “Infelizmente uma série de aborrecimentos de lutas sem grandeza e sem alcance, trouxe-nos desencanto e abalo de saúde, o que nos leva a renunciar a concretização da velha idéia do Ginásio” (*O Norte*, 19 de setembro de 1956). Entre as questões impeditivas, havia as acusações de que os objetivos do colégio se relacionavam a fins comerciais e Carmen Coelho rebate isso, afirmado que o intuito era ter “uma obra duradoura uma tradição de família, que para nós, os filhos de Emerentina Coelho, é tão cara e tão zelosamente cultivada” (*O Norte*, 19 de setembro de 1956).

⁷⁴ Pesquisa realizada no acervo disponível no Arquivo Histórico Waldemar Duarte - FUNESC.

Nesse sentido, a partir da trajetória dessa família e dos caminhos percorridos, podemos refletir sobre as intenções intrínsecas que poderiam envolver o funcionamento do colégio. A forma como Carmen Coelho se preocupou em produzir um acervo de textos que, ao final, era tido como forma de homenagens à sua mãe e à professora Emerentina Coelho, revela-nos uma certa estratégia para demarcação do nome da sua família através dos tempos, nesse caso em específico, na história social e educativa da Paraíba. Nesta perspectiva, Miceli afirma que:

Essas fontes documentais são parte de uma atividade de simbolização através da qual esses setores de elite manifestam seus interesses, valores e estratégias, peças do repertório de imagens com que o grupo veicula e gera sua identidade, sua face pública e seu rosto privado (Miceli, 2009, p. 163-164).

O colégio seria a representação concreta das estratégias para disseminação do nome da família; para reprodução das tradições, dos valores; e da demonstração de poder e posição desse núcleo familiar em um ambiente educativo, cultural, econômico e social da capital paraibana.

2.3.1 Impactos e repercussões das Notas Genealógicas

Das publicações de autoria de Carmen Coelho as *Notas genealógicas das famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão, Vieira, Coêlho* foi a que mais encontramos evidências em relação às suas repercussões naquele período. Evidenciamos aqui os impactos dela no meio social e intelectual da época, vários desses registros são encontrados nos próprios livros de Carmen Coelho e outros, durante o processo de pesquisa no IHGP, e nos jornais da época. Além de mostrar a opinião do público leitor em específico, fizemos uma breve apresentação desses personagens e das relações com a nossa protagonista, ao longo de sua trajetória intelectual.

As *Notas Genealógicas das Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão, Vieira, Coêlho*, é uma obra que acertadamente conta a procedência de Carmen Coelho, mas, além desse panorama de apresentação de suas origens, que destaca a formação de algumas famílias paraibanas, percebemos a intenção de uma pesquisadora que, a partir dessa publicação, irá galgar sua entrada em espaços de fomento a intelectualidade. A produção dessa obra, os meandros acerca do consumo

e das repercussões dela, foram determinantes para legitimar seu nome nos espaços de intelectualidade e consagraram sua entrada como sócia efetiva do IHGP.

Em todo caso, os interesses específicos dos produtores culturais, na medida em que estão ligados a campos que, pela própria lógica do seu funcionamento, estimulam, favorecem ou impõem a superação do interesse pessoal no sentido comum, podem levá-los a ações políticas, ou intelectuais, que se pode chamar de universais (Bourdieu, 2003, p.176).

Dito isso, apresentamos quem foram as pessoas/personalidades que escreveram apreciações acerca dessa obra, quais relações estabelecem com a autora, e/ou seus parentes e as mediações realizadas na trajetória intelectual de Carmen Coelho.

“Esse gênero de estudos não está superado nem é inutilidade de eruditos. Ainda hoje, merece o interesse e a atenção de uma educadora como a professora Carmen Coelho de Miranda Freire[...]" palavras de João Emerenciano no prefácio da obra. Ele aborda ainda que [...] “a Autora registra muita coisa que ajuda o reconstruir da vida quotidiana o patriarcalismo nordestino, de uma sociedade que praticamente já desapareceu, mas de que se deve conservar boa memória” (Freire, 1971).

No processo de análise da obra, como fonte histórica, é percebido como a autora não só apresenta a genealogia das famílias como também evidencia acontecimentos que influenciaram nas vinculações, aproximações, distanciamentos e/ou conflitos vividos por seus ascendentes, além de mostrar as relações de poder e influência social estabelecida por onde passaram. Isso pelo fato de muitos serem responsáveis pela fundação de vários distritos/cidades em diversos territórios da região nordeste, além de exercerem funções como lideranças políticas, religiosas e/ou principais atividades econômicas desses locais, conforme afirma João Emerenciano:

Estas notas genealógicas documentam, inclusive, como essas estirpes foram importantes para vida da Capitania e da Província. Basta referir que somente de um século pra cá os Gouveia - Meira Henriques - Albuquerque Maranhão - Vieira Coelho deram ao serviço da Região, prelados e arcebispos - inclusive o saudoso e sempre lembrado D. Carlos Coelho, arcebispo de Olinda - Recife - políticos, militares, juristas, magistrados, etc. Essas estirpes eram não somente líderes, mas suportes de suas comunidades (Freire, 1971).

Ele ainda acrescenta que “Sem dúvida é uma tarefa benemérita - embora exigindo trabalho aturado e paciente - reconstituir as origens dessas velhas estirpes nordestinas as quais tanto deve o Nordeste” [...] (Freire, 1971). Vimos na obra que

essas famílias estiveram presentes em territórios sertanejos e interioranos do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, sendo sujeitos participantes do processo de desenvolvimento e, muitas vezes, exercendo diferentes papéis de influência nessas localidades.

Das obras publicadas por Carmen Coelho, as evidências encontradas nos mostram algumas repercussões sobre o livro *Notas Genealógicas*, portanto, se torna necessário apontar e analisar essas colocações que foram feitas por diferentes sujeitos da sociedade da época com o intuito de apontar suas opiniões acerca do trabalho realizado pela autora e sobre seu escrito. É importante evidenciar que, na maioria das obras publicadas por ela, há orelhas na capa e contracapa, nelas, encontram-se descritas algumas opiniões sobre o livro de genealogia, o literário *Mansão da Praça Bela Vista* e o didático, *História da Paraíba*. Portanto, já percebemos que existe a intenção de mostrar para os leitores que personagens públicos consumiram seus escritos, enfatizando quais deles lançaram algum tipo de apreciação sobre a obra.

No processo de busca pelas evidências, não conseguimos encontrar indícios sobre o tipo de vinculação que a autora constituiu com todas essas personalidades, mas, pelo seu contexto familiar e social, é provável que tiveram algum tipo de contato ou ligação nos espaços de sociabilidade transitados. Com o intuito de trazer algumas pessoas, que fizeram parte dessa sua trajetória como pesquisadora e historiadora, trouxemos as evidências que encontramos não só nas orelhas das obras, mas, também nos documentos disponíveis na sua pasta do IHGP e nos registros dos jornais da época.

“Li “As notas genealógicas” e reli o trecho referente à Maria Emerentina, trecho em que há substância vivencial e ecológica.” Sobre o livro de genealogia, este foi o comentário enunciado por José Geraldo Vieira⁷⁵, descendente de portugueses, nasceu na cidade do no Rio de Janeiro em 16 de abril de 1897. Teve além da carreira literária de mais de quarenta anos, a formação e o exercício da Medicina como radiologista. Teve formação europeia, especializando-se em hospitais da Alemanha e França, atuou como docente na Faculdade Cásper Líbero, durante 15 anos, instituição onde seu nome segue sendo preservado ao nomear a biblioteca.

⁷⁵ Ver <http://www.academiapaulistadeletras.org.br/osacademicos.asp?temp=10&materia=188> . Acesso em: 08/05/2023.

Foi na literatura que conseguiu consagrar seu nome entre os maiores da nossa língua, pela autoria dos mais variados gêneros literários, como poesia, conto, romance, ensaio e biografia, além da atuação como tradutor. Integrou a Academia Paulista de Letras, ocupando a cadeira de número 39, no dia vinte e oito de janeiro de 1954, como sucessor do ilustre Monteiro Lobato⁷⁶. De todas as atividades exercidas, foi ainda crítico de artes plásticas no jornal Folha de S. Paulo e na revista Habitat. Faleceu em São Paulo capital, no dia dezoito de agosto de 1977. Mesmo sem maiores evidências acerca da relação entre eles, por ser um escritor com uma trajetória consagrada, notamos a importância desse comentário como uma repercussão positiva para a obra de Carmen Coelho, principalmente pelo fato de evidenciar o trecho que se refere à biografia da sua mãe, Maria Emerentina.

Já o Dom Fernando Gomes dos Santos⁷⁷ - arcebispo de Goiás, esboça a seguinte opinião: “Suas páginas refletem sua alma delicada e sensível à História dos antepassados. São também um estudo e que dão sentido e valor à vida”. No período da publicação da obra de Carmen Coelho, Dom Fernando se encontrava longe das terras paraibanas, mas, ele é proveniente do sertão da Paraíba, e estabeleceu itinerários de vivências religiosas e educativas, tanto na capital quanto no sertão. Durante a pesquisa, descobrimos sua vinculação com a família da autora, através de seu tio D. Moisés Coelho, que inclusive foi o sagrante da ordenação episcopal de Dom Fernando.

Natural de Patos, nasceu no dia quatro de abril de 1910, ingressou no Seminário Arquidiocesano da Paraíba, em fevereiro de 1921, onde fez o primário, os cursos de humanidades e de Filosofia, deu início ao curso teológico e depois foi para Roma a fim de concluí-lo no Colégio Pio-Americano⁷⁸. Foi também licenciado em dogmática, pela Pontifícia Universidade Gregoriana⁷⁹. Ordenado em 1932, retornando

⁷⁶ “Monteiro Lobato (1882-1948) foi um escritor e editor brasileiro. Ao lado da literatura infantil, Monteiro Lobato também deixou extensa obra voltada para o público adulto. situa-se entre os autores do Pré-Modernismo, período que precedeu a Semana de Arte Moderna. Lobato foi também jornalista, tradutor e empresário. Fundou a Companhia Petróleo do Brasil, à qual se dedicou por dez anos”. Disponível em: https://www.ebiografia.com/monteiro_lobato/. Acesso em: 08/05/2023.

⁷⁷ Borges, L. Memória e sacralização de Dom Fernando Gomes dos Santos: O “Arcebispo da Providência”. 2011. 278 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5025>. Acesso em: 08/05/2023.

⁷⁸ “O Colégio Pio Latino americano é uma Instituição criada para a América Latina”, atualmente no sexto endereço, sua fundação aconteceu em 21 de novembro de 1858, após a recomendação do Papa Pio IX. Disponível em: <https://piolatino.org/el-collegio/resena-historica/> Acesso em: 22/05/2023.

⁷⁹ Com sede em Roma, a Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG) é especializada em ciências humanas, principalmente em estudos teológicos e filosóficos. A instituição é sucessora do Colégio Romano, fundado em 1551 por Santo Inácio de Loyola, criador da Companhia de Jesus (jesuítas).

para o clero paraibano em 1933, nesse período, iniciou suas atividades educativas como diretor do Colégio Diocesano Padre Rolim, em Cajazeiras. Dirigiu ainda o semanário *O Rio do Peixe* e foi o responsável pela organização da Paróquia local até o ano de 1936, pois, em dezembro deste ano, retornou a sua cidade natal para ser nomeado vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Guia.

Esteve ligado aos problemas e às questões sociais da população, principalmente aos trabalhadores e aos mais necessitados, além de ser o idealizador da ampliação da Matriz e realizar a instalação de dois educandários na cidade. Em 1943, foi nomeado bispo titular da Diocese de Penedo-AL e, em 1957, foi empossado na Arquidiocese de Goiânia – GO. Visitou a capital federal quando ainda estava em construção e ao perceber a ascensão da cidade, criou duas paróquias.

Foi fundador da *Revista da Arquidiocese*, reativou também um antigo jornal em Goiânia, além de adquirir uma rádio difusora que estimulava questões referentes à educação e ao sindicalismo. Em 1958, foi quem incentivou a realização da Assembleia geral da CNBB em Goiânia, além de ter sido o celebrante da missa campal, na ocasião da inauguração do Palácio da Alvorada. Atuante nas questões sociais, educativas e religiosas, um nome de destaque na Paraíba e no Brasil, mesmo após sua morte no ano de 1985, deixou um legado de serviços pautados no desenvolvimento social.

Mais uma personalidade que teceu comentários sobre a obra, foi José Américo de Almeida, que revela: “Li com interesse o livro que teve a bondade de ofertar-me. Embora limitado ao círculo familiar, o lustre ramo de nossa melhor composição social, representa esse trabalho uma excelente composição no gênero”. Esse trecho estava disponível nas orelhas dos livros, mas, na pasta do IHGP, encontramos o registro completo, no qual ele prossegue: “Imagino o esforço de pesquisa em que se empenhou para colher êsses elementos de nossa genealogia. E é tudo ordenado com uma sobriedade e um método merecedores de todos os louvores”. Além disso, ele se reporta à autora como Dona Carmita, o que confere impessoalidade, além disso, vale destacar que esse documento foi redigido em papel timbrado da Academia Brasileira de Letras com a data de vinte e sete de abril de 1972.

Ao pesquisar mais informações acerca da biografia de José Américo, além de escritor que como paraibanos, já conhecemos, deparamo-nos com um interessante título exposto no site da UFPE: “José Américo de Almeida - um dos mais notáveis

paraibanos do século XX⁸⁰", mas qual é o paraibano ou pessoa de outras localidades, que ao andar na calçada da Praia de Cabo Branco não se impressione com a Casa da Fundação José Américo⁸¹? Conhecido por suas obras literárias, esse escritor transitou por importantes cenários na política do nosso estado e do país.

Nascido no Engenho Olho D'Água, propriedade localizada nas proximidades da cidade de Areia em 10 de janeiro de 1887. Era filho de um senhor de engenho e uma dona de casa, proprietários de terra, pessoas influentes no cenário social, econômico e político. "Ao que tudo indica, havia um desejo tanto da família quanto do garoto de que ele seguisse o mundo das letras, o que envolvia uma infinidade de possibilidades, desde a carreira de bacharel e/ou político até o sacerdócio, que era tradição na família". (Burity, 2021, p.67).

Após a morte do pai, José Américo ficou aos cuidados do seu tio, Padre Odilon Benvindo, com isso, estudou no Seminário de João Pessoa e no Liceu Paraibano. Mudou-se para o Recife, onde ingressou na Faculdade de Direito, concluindo o curso em 1908. Percebemos que ele transitou pelos mesmos espaços de alguns parentes de Carmen Coelho, além disso, as relações políticas entre as famílias foram favoráveis para estabelecer as redes de sociabilidade. Após se formar, foi nomeado promotor da comarca de Sousa, na Paraíba e, em 1911, foi nomeado Procurador do Estado, nesse mesmo ano, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano no dia dezoito de junho.

Como escritor, foi autor de vários livros, portanto, foi *A Bagaceira*, obra que lhe consagrou no contexto da Literatura brasileira, um romance que deu início à "Geração Regionalista do Nordeste". Foi o quinto ocupante da Cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras, eleito em outubro de 1966, e recebido pelo Acadêmico Alceu Amoroso Lima em 28 de junho de 1967. Foi homenageado pela União Brasileira de Escritores, no ano de 1977, com título de O Intelectual do Ano, sendo agraciado com o troféu Juca Pato pela obra, *Memórias: Antes que me esqueça*.

⁸⁰Disponível em: https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/jose-americoo-de-almeida-um-dos-mais-notaveis-paraibanos-do-século-xx/590249. Acesso em: 15/05/2023.

⁸¹ Casa localizada na Av. Cabo Branco, nº 3.336, que foi residência de José Américo de Almeida. "O repasse do imóvel ao patrimônio histórico e cultural dos paraibanos foi um processo iniciado pela Lei Estadual 4.195, de 10 de dezembro de 1980, criando a Fundação Casa de José Américo, composta, basicamente, do Museu, da Biblioteca e dos Arquivos dos Governadores e outros políticos e intelectuais paraibanos". Disponível em: <https://fcja.pb.gov.br/o-que-e-a-fundacao> . Acesso em: 15/05/2023.

José Américo transitou no espaço político local e nacional como ministro da Aviação e Obras Públicas no Governo Getúlio Vargas, foi eleito governador da Paraíba em 1950 e candidato à Presidência da República em 1937. Ele também foi um grande incentivador na criação do Campus de Areia da UFPB, antes já denominada Escola de Agronomia da Parahyba e Escola de Agronomia do Nordeste, conforme descrito na página do CCA/UFPB - Campus II - Areia-PB⁸²:

Após 1930, o intelectual e político areiense José Américo de Almeida, elemento atuante nas mobilizações tenentistas e no movimento regional modernista, encampou o governo estadual. A Escola de Agronomia do Nordeste despontou como uma das mais importantes iniciativas governamentais regionais, naquele momento. Em 24 de janeiro de 1934, o Engenho Várzea foi adquirido pelo Governo da Paraíba pela quantia de 70:000\$000 (setenta contos de réis). Coincidemente, a compra agradou ao Ministro de Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, visto que estas terras tinham pertencido aos antigos domínios de seu avô Capitão Augusto Clementino. A criação da Escola de Agronomia foi, incontestavelmente, uma das iniciativas de maior vulto que o então Ministro José Américo de Almeida pode concretizar em favor do progresso e grandeza de sua terra natal.

Em 1955, houve a criação da Universidade da Paraíba, pela Lei Estadual nº. 1.366, de 02.12.55. Nessa época, o governador do estado era José Américo de Almeida, como fundador da UFPB proferiu as seguintes palavras: "Eu vos dei as raízes, outros vos darão as asas e o selo da perpetuidade". Nas pesquisas sobre a fundação da UFPB e o histórico do CCA, foi encontrado o registro de que o Professor Moysés Guimarães Coelho⁸³ foi diretor desse centro entre os anos de 1952-1953. Ele é parente de Carmen Coelho, filho de seu tio avô por parte de pai, o que nos revela mais uma ligação de sua família com personalidades da esfera política e intelectual paraibana.

No caso das famílias estudadas por Carmita Coelho de Miranda Freire verifica-se logo a integração do território paraibano de ponta a ponta, de Cajazeiras, no alto sertão do litoral através da ligação familiar entre os Vieiras e os Coelhos... mas o livro de Carmita é a história de D. Emerentina admirável e enérgica mulher. (Diário de Pernambuco, 03 de fevereiro de 1972).

Esse foi um trecho da apreciação proferida por Virgínius da Gama e Melo e que está descrito, nas orelhas das obras de Carmen Coelho, posteriores a obra Notas Genealógicas, o texto completo foi publicado no Diário de Pernambuco, no dia três de

⁸² Disponível em: <https://ccaufpb.wordpress.com/historia/>. Acesso em: 15/05/2023.

⁸³ As fontes encontradas e o próprio livro de genealogia de Carmen Coelho, não nos oferecem maiores informações sobre o professor Moysés Guimarães Coelho. Mas sabemos que ele é tio paterno da educadora, irmão de outros personagens já citados, D. Moisés Coelho, D. Sabino Coelho.

fevereiro de 1972, com o título: “Famílias do Nordeste”, nele, Gama e Melo faz uma exposição das palavras proferidas por João Emerenciano, no prefácio da obra, e logo tecer comentários acerca do que representa as famílias estudadas por Carmen Coelho.

Ele ressalta que “Em muitos casos a história dessas famílias, que se entrelaçam como árvores de grandes ramos, entrelaça também regiões inteiras” (Diário de Pernambuco, 03 de fevereiro de 1972) aponta para o fato de que, em território paraibano, estas famílias integravam, desde o litoral até o alto sertão do estado, e que não foi só aqui que houve o processo de integração deles. Como se refere em seguida: “Há, de certa forma, áreas de irradiação de Estado para Estado e, não raro, no alto sertão, áreas de aproximação entre vários estados” (Diário de Pernambuco, 03 de fevereiro de 1972).

Gama e Melo destaca ainda os sujeitos de vocação sacerdotal, principalmente nas famílias Vieira e Coelho, que foram muitos. E encerra dando ênfase ao capítulo que Carmen Coelho dedicou a biografar sua mãe, D. Emerentina, “[...] admirável e enérgica mulher”. Guardo dela uma agilidade de espírito que revelava na agilidade enérgica do corpo, o rosto alvo, de tons dourados, iluminando o vestido escuro” (Diário de Pernambuco, 03 de fevereiro de 1972). Nesse fragmento, percebemos que ele conheceu D. Emerentina, o que nos leva a entender sua aproximação com Carmen Coelho, e evidencia mais uma pessoa pública, um intelectual e mediador cultural, que fazia parte da rede de sociabilidade dela.

Cabe aqui evidenciar quem foi Virginius Figueiredo da Gama e Melo, um paraibano, nascido na capital em outubro de 1923, que traz consigo uma gama de atributos pessoais e diversas atuações profissionais. Pertencente a uma família de políticos, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, após sua diplomação, volta à Paraíba, onde exerce o Direito em Campina Grande, a convite do tio Argemiro de Figueiredo⁸⁴, irmão de sua mãe, que governou o Estado no período de 1935-1940. Permaneceu até 1952, quando retornou ao Recife para dedicar-se ao jornalismo e à literatura.

⁸⁴ Político paraibano inserido nesse contexto por conta da atuação e influência de seu pai, líder do Partido Republicano Paraibano - PRP, na cidade de Campina Grande. Formado em Direito pela Faculdade de Recife no ano de 1924. Fundador do Partido Democrático atuou por vários mandatos, como Deputado Estadual, entre 1929 a 1930; Interventor Federal, da PB entre 1937 a 1945; Senador entre os anos de 1955 a 1963, se reelegendo até 1971. Ver a dissertação de Silva, Waniéry Loyvia de Almeida. Autoritarismo, repressão e propaganda: a Paraíba no governo Argemiro de Figueiredo (1937-1940).

Destacando-se através da escrita; foi professor, escritor de ficção, crítico literário, roteirista e cronista. Sua notoriedade veio através da escrita para periódicos em Pernambuco e na Paraíba, além de contribuir com jornais de outros estados como o *Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro. Em 1962, ingressa na Universidade Federal da Paraíba, como professor titular e fundador da cadeira de Teoria da Literatura, lecionando ainda as disciplinas Literatura Hispano-Americana e Literatura Portuguesa. Conhecido por ser menestrel e boêmio, foi um intelectual consagrado pelos seus pares

A imagem que se tem de Virgínius como intelectual parece cristalizada. Tal memória naturaliza a trajetória de Virgínius da Gama e Melo como um sujeito destinado a ser um homem de letras, o crítico consagrado, um intelectual. As biografias que se colocam como falas autorizadas, por partirem, principalmente, de pessoas que conviveram com o escritor, constroem, dentro de seus objetivos específicos, uma imagem de um sujeito múltiplo em seus talentos de homem de letras (Silva, 2019, p.19).

Virgínius morou na antiga Rua Nova, hoje General Osório, onde Carmen Coelho também fez morada, inclusive ela ao descrever os moradores na sua obra *As ruas que morei* faz referência aos Gama e Melo:

[...] na casa seguinte, residiu o Sr. Pedro da Gama e Melo, filho do ex-governador Antônio Alfredo da Gama e Melo, já falecido. Ele era casado com D. Nenzinha Figueiredo, irmã do Dr. Argemiro Figueiredo, de grande projeção política em Campina Grande. Tinha o casal um filhinho de três anos, chamado Virgílio, que mais tarde foi célebre pela grande cultura intelectual. [...] Depois da casa do Sr. Pedro Gama e Melo, era a residência de sua mãe, D. Maroca, viúva. Ela morava num sobrado do Dr. Gama e Melo (Freire, 1998, p.40).

Carmen Coelho morou nesta mesma rua por duas ocasiões, no ano de 1922 e depois de 1930, os seus registros nos indicam uma relação direta de sua família com a família Gama e Melo, desde a juventude de ambos. O que explica a forma como ele se reporta à obra de Carmen e a D. M^a Emerentina, enfatizando aspectos de percepção adquiridas nas relações estabelecidas em ambiente informal. A morte de Virgínius da Gama e Melo, aos 52 anos de idade, foi devido a um enfisema pulmonar, em 1º de agosto de 1975, causando bastante comoção no cenário social e cultural da Paraíba.

Outra evidência sobre as repercussões da publicação do livro na época, foi encontrada no jornal *A União*, de quinze de outubro de 1971, o pequeno artigo

intitulado: *O livro de Carmen Coêlho de Miranda Freire*, foi escrito por Antônio Tancredo de Carvalho⁸⁵, encontramos registro de que ele fez parte do IHGP como sócio efetivo, a partir de quatro de março de 1971. Ele inicia o texto falando sobre a noite magnífica, proporcionada pelo Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica, no dia sete de outubro também do ano de 1971, quando o IHGP abriu as portas do seu salão de eventos para receber a sessão deste instituto com a recepção de lançamento do livro *Notas Genealógicas*, de Carmen Coelho.

Sobre as pessoas que se fizeram presentes, ele destaca “lá estava, enchendo literalmente o salão do IHGP, o que a Paraíba tem de mais representativo na sociedade, nas letras, no jornalismo, nos meios intelectuais da cidade: Uma bela noite de autógrafos”. (A União 15 de outubro de 1971). Em relação à obra ressalta “Prendime a leitura do livro e só o larguei quando terminei a sua leitura. Achei-o excelente” e ainda salienta que:

A pesquisa genealógica de Carmen Coelho enriqueceu a nossa história com valiosos subsídios e serve de estímulo aos que desejam se aprofundar em conhecimento a respeito desses estudos. [...] Enfim, o livro de Carmen Coelho, precisa ser reeditado em milhares de exemplares, para que maior número de interessados tomem conhecimento dêle e enriqueçam os seus acontecimentos em assunto tão importante como êsse, qual seja o de estudos de genealogia (A União 15 de outubro de 1971).

É possível perceber mais uma pessoa inserida no meio intelectual paraibano e que também era sócio do IHGP, tendo uma ligação direta com a educadora, o que nos faz levantar as hipóteses de que suas relações com pessoas do meio intelectual cresciham favoravelmente para fundamentar sua entrada como sócia do IHGP.

Uma outra personalidade que emitiu suas impressões acerca da obra de Carmen Coelho, foi o historiador, antropólogo, advogado, jornalista e folclorista, Luís de Câmara Cascudo⁸⁶ (1898-1986), nascido na cidade de Natal - RN. Aos 19 anos, começou a trabalhar no jornal *A Imprensa*, de propriedade de seu pai, em que publicou sua primeira crônica, *O Tempo e Eu*. Antes mesmo de fazer faculdade, em 1920, escreveu a introdução e as notas na antologia poética da obra *Versos Reunidos*; no ano seguinte, publicou seu primeiro livro, *Alma Patrícia*, um estudo crítico e bibliográfico de escritores e poetas norte-rio-grandenses e outros radicados no Estado.

⁸⁵ Disponível em: <https://www.ihgp.net/livros/memorial-do-centenario/9.php> . Acesso em 25/05/202

⁸⁶ Maiores informações disponíveis em: <http://www.cascudo.org.br/biblioteca/vida/biografia/>. Acesso em: 22/05/2023.

Estudou Direito na Faculdade de Recife, formando-se no ano de 1928. As dificuldades financeiras da família foram inevitáveis e para garantir o sustento, adentrou na carreira docente, em várias escolas de Natal. Em 1950, o governador de RN, na época, o nomeou Diretor do Museu e Arquivo. No ano seguinte, foi convidado para ser Professor de Direito Internacional Público, na Faculdade de Direito de Natal, recém fundada. Ainda na UFRN dirigiu o Instituto de Antropologia, hoje Museu Câmara Cascudo. Aposentou-se em 1966. Em 1967 recebeu o Título de “Professor Emérito” e, em 1977, o de Doutor Honoris Causa. Um grande entusiasta da cultura e do folclore brasileiro, com contribuições efetivas nas áreas em que atuou. Em relação ao livro de genealogia, expressou-se da seguinte maneira:

Escritora Carmen Coêlho de Miranda Freire: - Muito agradeço lembrar-se de mim com as Notas Genealógicas que a sensibilidade e linda intuição cultural da autora transformaram em evocação vibrante, vivo e emocional documentário expressivo. Um ensaio que se lê com interesse e recorda com simpatia natural. As congratulações cordiais deste seu admirador - Luís de Câmara Cascudo.

Esse registro foi encontrado na pasta do IHGP, dedicada às informações de Carmen Coelho, numerada como folha 9, a fonte indica ser um pequeno bilhete, apresenta o nome da cidade de Natal e a data de dezesseis de setembro de 1971. Nessa mesma pasta, encontram-se outros documentos que nos auxiliaram a perceber as repercussões dessa obra, no contexto intelectual da época, como o Ofício de nº 908/71, do primeiro secretário da Câmara Municipal de João Pessoa com Congratulações requerida pelo vereador Mário Antônio da Gama e Melo.

Ilustre professora. Consoante requerimento do Vereador MÁRIO ANTONIO DA GAMA E MELO, devidamente aprovado em sessão desta Câmara, estamos transmitindo a V. S., as congratulações dêste Poder Legislativo, pelo lançamento a poucos dias no salão nobre do I.H.G.P. o seu livro “Notas Genealógicas das famílias Gouveia - Meira Henriques - Albuquerque Maranhão - Vieira e Coelho”. No ensejo reiteramos a V. S., os protestos de alta estima e distinta consideração (OFÍCIO nº 908/71).

Além dos espaços de intelectualidade, vimos as relações estabelecidas entre representantes políticos para consolidação da sua obra, sobre a família Gama e Melo, já pontuamos como essa vinculação se deu e, a partir tanto de Virgínius quanto de Mário Antônio, esta perdurou por anos. Esse segundo integrante da família Gama e Melo, fez parte da Câmara Municipal de João Pessoa a partir da redemocratização de

1947. Nessa primeira legislatura, alguns vereadores se destacaram na história da cidade, a exemplo de Napoleão Laureano⁸⁷, o patrono da Casa. O vereador Mário Antônio da Gama e Melo chegou a ser presidente da casa em 1955 e atuou por dez mandatos consecutivos até o ano de 1988.

Na pasta está disponível também um ofício sem número com a data de vinte e oito de dezembro de 1971, da Junta de Recursos da Previdência Social do Estado da Paraíba, para “Exma. Sr^a. Prof^a D^a Carmita Coêlho de Miranda Freire”, apresentando a transcrição da Ata do dia onze de outubro:

Senhor Presidente e demais nobres pares: Ocorreu no dia 7 do corrente mês no auditório do Instituto Histórico e Geográfico, na Paraíba, o lançamento do livro “Notas Genealógicas das famílias Gouveia, Meira, Henriques, Albuquerque Maranhão, Vieira Coelho”, de autoria da ilustrada ex-Professora do Tradicional Liceu Paraibano, onde, ministrou aulas de História do Brasil, há várias gerações - D. Carmen Coêlho de Miranda Freire, conhecida na comunidade pessoense, com o nome de “Carmita”. Tal evento, merece os aplausos dêste Colegiado, por mais uma obra genealógica, a qual vem contribuir para o incremento de outras obras dêste gênero, enriquecendo o Instituto Genealógico da Paraíba, e no dizer do Apresentador da novel obra o professor Umberto Nóbrega, Magnífico reitor da Universidade Federal da Paraíba, é um trabalho sério, onde predominou o espírito de pesquisa. Pelo exposto proponho a inserção em Ata de um voto de parabéns à homenageada, fazendo-se a comunicação de praxe”.

Comunicamos-lhe, outrossim, que a proposição com autoria do ilustre Representante do Governo - Bel Orlando de Azevedo Barbosa, foi endossada, com prazer, pelos senhores Membros dêste Colegiado.

Com a expressão do nosso apreço, firmamo-nos (OFÍCIO - JRPS, 1971).

O documento redigido e assinado pela secretaria, também contém a assinatura do Presidente da JRPS, vimos que a proposição foi feita por Orlando de Azevedo Barbosa, como representante do governo, portanto, até agora não encontramos indícios biográficos sobre ele e nem a relação mantida com Carmen Coelho para fazer tal solicitação no interior do JRPS.

Esses foram os registros encontrados durante a pesquisa, sobre as repercussões dessa obra na sociedade intelectual paraibana, percebemos ainda as

⁸⁷ Napoleão Rodrigues Laureano nasceu na vila de Natuba, que na altura era comarca de Umbuzeiro, no estado da Paraíba, no dia 22 de agosto de 1914. Era filho do fazendeiro Floriano Rodrigues Laureano, tenente da extinta Guarda Nacional, e de sua segunda esposa, Teófila Bezerra da Silva. Se formou médico no ano de 1943 pela UFPE. “Gozando de prestígio entre a classe média pessoense, mas também alcançando as camadas mais pobres da sociedade, o Dr. Napoleão Rodrigues Laureano é eleito vereador pela cidade de João Pessoa, alcançando o segundo maior número total de votos [...] Começava ali uma carreira política de um homem que sempre se preocupou com os desprotegidos, com as políticas públicas de saúde e, acima de tudo, com o bem-estar social de seu sofrido povo”. (p.40). SALES, Matheus Gleydson do Nascimento. *O Dr. Napoleão Laureano: O Médico do Povo*. Editora Antropus: Campina Grande, 2022.

sinuosidades, realizadas por Carmen Coelho, para fazer com que essas pessoas tivessem conhecimento dessa pesquisa, fizessem o consumo e escrevessem apreciações acerca do livro. Isso nos mostra as redes de conexões realizadas para que ela conduzisse suas práticas enquanto pesquisadora, intelectual com gabarito e competência necessários para se candidatar a sócia do IHGP.

Essa discussão sobre as Notas Genealógicas e o contexto de publicação nos fornece pistas da influência exercida por sua família na trajetória de Carmen Coelho, além de evidenciar como eles estavam situados na sociedade paraibana e as conexões que firmaram no campo educacional, religioso, político e social no nosso estado.

Nesse sentido, podemos perceber que o movimento realizado pela própria Carmen Coelho foi o de utilizar seus escritos, nesse caso específico, uma obra genealógica, para perpetuar na historiografia os nomes, as origens e os itinerários culturais, políticos, religiosos e sociais da sua linhagem. Vale ressaltar, que ela se inseriu em alguns ambientes intelectuais e de sociabilidade tendo em vista a posição na estrutura social em que sua família se encontrava naquele período, o que corrobora com nossa argumentação que aponta a influência e o contexto familiar como determinantes para suas escolhas de itinerários intelectuais.

Dessa forma, evidenciamos no próximo capítulo a atuação de Carmen Coelho como intelectual católica no interior do Núcleo Noelista da Paraíba, dando ênfase as atividades realizadas por ela, além de sua forma de pensar e reproduzir o ideário católico ao longo do funcionamento do núcleo no estado da Paraíba.

3. NÚCLEO NOELISTA DA PARAÍBA: ESPAÇO DE INTELECTUALIDADE E SOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES CATÓLICAS

Entre as religiões e as mulheres, as relações têm sido, sempre e em toda parte, ambivalentes e paradoxais. Isso porque as religiões são ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres (Perrot, 2007, p. 83).

A religião pode ser vista como um espaço de poder para as mulheres, a partir do momento em que utilizaram seu lugar de subordinação, os dogmas como as preces, os conventos e a santidade, para fomentar espaços de sociabilidades (Perrot, 2007). Nessa perspectiva, abordamos a trajetória intelectual de Carmen Coelho, no interior do Núcleo Noelista da Paraíba, local onde esteve, desde a sua implementação aqui no estado, sendo a primeira vice-presidente, contudo, destacamos que, durante toda história do núcleo paraibano, vimos que ela esteve várias vezes entre a presidência e vice-presidência da instituição, até o encerramento efetivo das atividades.

Para tal discussão, utilizamos as fontes dispostas no *Acervo das Noelistas*, localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba e no Jornal *A Imprensa*, que trazem textos e notícias produzidas acerca das atividades do núcleo. Cabe ressaltar que: “A documentação sobre o Movimento Noelista que se encontra no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, [...] foi organizada e doada pela noelista Carmem Coelho” (Costa, 2007, p.15). O fato de manter, organizar e guardar todos esses documentos por anos e optar pela doação para o arquivo eclesiástico, faz-nos perceber a intencionalidade de Carmen Coelho em preservar a história e a memória do noelismo na Paraíba, conforme a perspectiva apresentada por Le Goff que [...] “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram” (1984, p. 103).

No manuseio desses documentos, foi possível conhecer como as noelistas estabeleciam a rotina de estudos e formação católica, quais eram os temas discutidos, como organizavam e realizavam as atividades assistenciais, de cristianização e fortalecimento da fé católica, tanto para as integrantes do núcleo, quanto para as pessoas que eram atendidas e/ou beneficiadas com essas ações; segundo Bacellar (2010, p.63): “Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu”.

Neste acervo, estão disponíveis dois livros de atas, o primeiro dispõe de setenta e sete registros de sessões ordinárias e extraordinárias, realizadas entre agosto de 1931 a junho de 1945, e o segundo livro com noventa e sete registros, que compreendem o mês de outubro de 1954 a outubro de 1979. Percebemos uma lacuna existente entre o segundo semestre de 1945 até setembro de 1954, mas, não temos informações ou fontes sobre a falta dessa documentação, se durante esse período, o núcleo deixou de se reunir para as sessões ou se teve alguma pausa e quais seriam os motivos.

No início do segundo livro de atas, percebemos um discurso de continuidade das atividades, sem qualquer menção a interrupções do núcleo ou das suas ações. Isso nos remete à hipótese de que havia outro livro antes desse, mas que não se encontra disponível no arquivo Eclesiástico da Paraíba e nem temos indícios que nos revelam os motivos da falta de registro.

Também estão disponíveis, neste acervo, documentos da secretaria do núcleo, como o *Livro da Thesouraria*, no qual aparecem anotações referentes ao pagamento de mensalidades das integrantes, despesas, notas fiscais e prestações de contas dos anos de 1931 a 1937, depois desse período, o registro das despesas passou a ser descrito no livro de atas. Além de livretos, folhetos e manuais para informação, organização e condução do funcionamento dos núcleos de acordo com as diretrizes advindas do Movimento internacional e nacional do Noelismo. E ainda, exemplares da Revista Natal, cartões, correspondências, ofícios, fotos e recortes de matérias ou notas de jornais paraibanos e nacionais que noticiaram ou fizeram menção ao Noelismo.

Ressaltamos também, que estas publicações e materiais elaborados pelo Movimento Noelista se configuraram como forma de normatização do discurso institucional, da orientação dos princípios católicos, mas também, como produção intelectual, que buscava abordar diferentes temáticas religiosas, políticas e sociais, dependendo do contexto da época.

Estas fontes estão disponíveis em uma quantidade expressiva e bem diversa, o que é positivo para auxiliar na compreensão da história do núcleo; mas, também requer bastante tempo e um olhar crítico do/a pesquisador/a para ler e perceber através desses indícios documentais, o que pode ser utilizado para analisar e desenvolver as tessituras da trajetória de Carmen Coelho no interior do Núcleo Noelista da Paraíba.

Destacamos ainda como fonte, o jornal *A Imprensa* que, na Paraíba, foi o principal veículo de comunicação utilizado pelo núcleo, para disseminação de suas atividades e de textos diversos que objetivavam o ensino e a perpetuação das práticas católicas. Estes principais meios de circulação da informação, neste caso, um jornal católico, tornando-se um ambiente propício para propagação das ideias do noelismo. Sousa Jr. aponta que [...] muitos periódicos contribuíram para defesa de ideias e valores de um determinado grupo [...] para que fossem assimiladas as ideias pela sociedade." (2015, p.12). Portanto, os jornais:

[...] em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos (Cruz e Peixoto, 2007, p.258-259).

Diante disso, vamos utilizar as fontes oriundas da imprensa, na perspectiva de pensá-las não como um depósito de acontecimentos históricos, mas sim, como uma engrenagem ativa em relação aos fatos e às conjunturas sociais do período vigente. A diversidade de materiais produzidos pela imprensa só é considerada fonte histórica se de fato o pesquisador optar por sua utilização para esse fim. Portanto:

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constituída do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida com tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (Cruz e Peixoto, 2007, p.258).

No que se refere às publicações das Noelistas, no Jornal *A imprensa*, vimos que eram textos para a sociedade de forma geral, mas, com conteúdo fortemente direcionado para as famílias e, em sua maioria, com discursos voltados principalmente para as mulheres, pois nelas, estavam depositadas as expectativas em relação à manutenção da ordem em seu ambiente doméstico.

Está nas suas mãos afastar os homens da vida esgotante dos sentidos, da materialização total da existência [...] apontando-lhes com mais insistência o caminho da igreja [...] está nas suas mãos a solução dos nossos mais graves e urgentes casos de consciencia moral e da consciencia coletiva. Não se esqueça a mulher paraibana que muito pode fazer pelo futuro do brasil. Nada como compenetrar-se do papel que exerce na vida social (*A Imprensa* 02 de Março de 1933).

Neste veículo de comunicação, os escritos eram feitos nas sessões intituladas: *Vida feminina* e *Cultura Feminina*, mas, também havia espaço para seus debates em diferentes páginas, inclusive com matérias de capa, chamando a atenção dos leitores para os assuntos que eram de preocupação do núcleo, como verificado no texto de um domingo de julho de 1932. A matéria: “Noelistas”, aponta questões relacionadas aos males da juventude da época, dizendo que; “a futilidade é um mal contagioso. [...] Mas, o vírus da frivolidade que não conhece imunidade tem, no entanto, umas preferencias... a mocidade feminina gosa dos carinhos desse vício roedor”. E diante destes males, aponta o Núcleo Noelista como instituição que ajuda a solucionar tais problemas:

[...] Encher umas cabecinhas tão cheias de nada é um problema muito serio. Há uma associação que se propõe a isso. É o Nucleo Noelista. Ao por da vida intelectual que ele se desenvolve e estimula o Nucleo procura atacar de frente a moleza enlouquecente da ausência de um ideal. Põe diante de cada jovem uma Causa, pela qual cada um deve lutar, combater e a qual deve entregar-se totalmente. Nenhuma instituição tem tanto alcance modernamente como esses Comités Noelistas (A Imprensa, 10 de julho de 1932).

Esse ideário propagado pelo Noelismo é oriundo do processo de expansão da fé e da ideologia católica, faz parte das estratégias da Igreja para maior propagação do catolicismo, iniciado no século XIX. Com um viés tradicional e conservador, mobilizaram-se contra os movimentos liberais, laicos, comunistas, que estavam ganhando força naquele período, o que para a Igreja católica era visto como desfavorável para o ideal de cristão.

O intuito do noelismo é fazer que as noelistas sejam na sua paroquia as melhores cristãs, as mais edificantes. A paroquia é, o primeiro degrau da sociedade verdadeiramente hierarquizada de nosso catolicismo romano. No espírito da Igreja a paroquia é uma grande família bem unida e bem viva de uma vida própria (A Imprensa, 1933).

O Núcleo Noelista é uma instituição fundada a partir da ramificação do *Le Noel* (Natal), uma organização cultural e religiosa internacional, iniciada na França do século XIX, baseada em um ideal filantrópico. Sua criação teve como alicerce o período de reorganização da Igreja Católica, que visava combater pensamentos e condutas que iam contra seus valores e os princípios morais, tendo em vista as influências modernistas⁸⁸, pois:

⁸⁸ Sobre o Núcleo Noelista na Paraíba, encontramos duas dissertações defendidas no Programa de

Toda a família deve seguir o que o nosso santo Padre fala, pois é dele que provém o conhecimento e é com ele que toda a minha família recebe as bênçãos de Cristo, sem a Igreja não seríamos nada, pois ela que nos leva ao Pai (Ata de reunião. 19/08/1932. I livro).

O movimento noelista teve sua origem na França, no ano de 1895, e sua ideia original veio do Pe Vicent de Paul Bailly (1832-1912) com a fundação da revista infantil *Le Noel*. Ele também foi fundador da *Maison de la Bonne Presse* (Casa da Boa Imprensa) e do jornal *La Croix (A Cruz)*, “desejava dar ás crianças um jornal: “*La Croix des enfants*. Foi em Belém que houve a inspiração de trocar esse nome pelo de “*Le Noel*”. (Pequeno Catecismo Noelista, 1935). Esta publicação, que tinha por objetivo a formação cristã das crianças francesas, desenvolveu-se e tornou-se um projeto maior e de grande alcance, passando também a ser destinado para juventude feminina, “é uma revista catholica, litteraria e artistica, instructiva e educativa, para as moças”. (Memento Noel. Manual para uso das Noelistas, 1921, p.2). O movimento transpôs, então, o território francês e se estabeleceu em diferentes países que professavam a fé católica.

A evolução do Noel se deu pela direção do P. Claude Allez (1866-1927), conhecido no movimento pelo pseudônimo de *Nouvelet*. “Foi na verdade, a alma do Noel, depois de 32 anos de vida sacerdotal, inteiramente consagrada á juventude feminina, faleceu em seguida ao natal de 1927” (Pequeno Catecismo Noelista, 1935). Sugerido pela revista, *Nouvelet* fez uma peregrinação à gruta de Nossa Senhora de Lourdes e, com o intuito de identificar os peregrinos, desenhou uma cruz azul sobre o fundo branco, tendo ao centro uma estrela, distintivo que ficou sendo utilizado para identificar as noelistas.

Esta estratégia do uso de pseudônimo tornou-se uma marca do movimento e visava, com isso, impedir qualquer problemática que envolvesse as diferenças sociais de seus membros perante as pessoas atendidas e/ou beneficiadas por suas atividades. “O pseudonymo é um nome suposto, ou nome falso, que facilita a união dos membros da família Noelista, eliminando o retrahimento imposto pelas denominações sociaes” (Memento Noel. Manual para uso das Noelistas, 1921, p. 9). Ainda justificam que o uso de pseudônimo não é uma invenção aleatória e mostram

Pós Graduação em História - PPGH/UFPB. COSTA, Simone da Silva. Mulheres em defesa da ordem: um estudo do núcleo noelista na Paraíba entre 1910-1940. PPGH/UFPB. João Pessoa, 2007. GOMES, Jorilene Barros da Silva. A família cristã católica: o movimento Noelista na Paraíba (1931-1945). PPGH/UFPB. João Pessoa, 2015. Essas pesquisas apontam ainda o contexto de origem do Le Noel na França e outros países de alcance do movimento.

exemplos retirados de passagens bíblicas. O pseudo precisa ser exclusivo, tendo também algumas condições para a escolha:

Não pôde ser nem apelido nem diminutivo do nome, usado somente na família e entre pessoas íntimas. Não deve ser pretencioso, nem indicar um defeito: a pretenção em si já é defeito. Não pôde constar de mais de duas palavras. Não pôde ter caráter político, porque seria causa de desunião (Memento Noel. Manual para uso das Noelistas, 1921, p. 10).

Com o crescimento dos seus membros, a revista *Le Noel*, que inicialmente era apenas destinada às crianças, foi se expandindo até abranger às diferentes fases de desenvolvimento: a infância, a juventude e a fase adulta. Em 1905, é fundada a revista *Etoile Noeliste* (Estrela de Natal), para adaptar-se às exigências intelectuais de suas leitoras mais cresidas, as meninas de 15 anos e em 1920 foi lançada a revista *La Maison* (A casa) para as mulheres casadas. A União Noelista foi o nome dado para as assinantes das revistas, a aquisição da assinatura destas publicações é um pré requisito para fazer parte do movimento: “As moças desejosas de pertencer á obra noelista devem preencher as três seguintes condições: 1º uma vida cristã exemplar; 2º educação ao alcance de entender as revistas noelistas; 3º assinar uma das três revistas” (Pequeno Catecismo Noelista, 1935).

Buscando aprofundar e desenvolver seus princípios, o movimento buscava a tomada de consciência de seus membros para que colocassem seus recursos espirituais, intelectuais e materiais a serviço da Igreja. Sob essa forma, conseguiu se expandir e adentrar em diferentes países: Bélgica, Suíça, Holanda, Inglaterra, Itália, Argentina, Canadá, Portugal e Brasil.

No Brasil, o movimento noelista foi fundado por D. Felipa Uchôa Cavalcanti, ela ingressou no Noel francês, sob o pseudônimo de *Brasil*, esteve em estreito contato com Nouvelet, de quem recebeu a sua profunda formação noelista. De volta à pátria, ela logo pôs em prática o conhecimento que trouxe da França, em 28 de maio de 1914, fundou, em Recife, o primeiro Núcleo Noelista Brasileiro, sob a proteção do arcebispo da arquidiocese, D. Luiz de Brito. Ela era vista como uma “Figura admirável de mulher cristã, alma de escol, verdadeira apóstola, que reunia tôdas as qualidades de liderança, além de um devotamento sem limite” (Vida Noelista, 1964, p. 5). Estas foram algumas palavras proferidas por *Mardulce* a Presidente Nacional da União Noelista Brasileira quando escreveu sobre o cinquentenário do movimento no Brasil, no ano de 1964, reforçando ainda que D. Felipa, “sabia conquistar jovens e adultos

com um sorriso nos lábios [...] Compreensiva e bondosa, não impedia a franqueza com que sempre apontava os erros" (*Ibid*).

O Noel brasileiro foi se propagando e, aos poucos, surgiram novos núcleos em diferentes estados: no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Pará, Maranhão e Goiás.

Em 1922, foi fundada a revista *Noel*, na versão brasileira, como um suplemento da *Le Noel* original, devido à dificuldade de leitura e compreensão das edições francesas. Em 1929, o título foi modificado e passou a se chamar *Natal*. Não encontramos indícios do período de encerramento da revista aqui no Brasil, mas, no Acervo das Noelistas, vimos vários exemplares de diferentes décadas até os anos 1970. A figura 4, mostra a capa da edição de agosto – novembro de 1969.

O Noel marcou o início do grande movimento de mocidade feminina. Marcou uma fase diferente no cenário católico brasileiro. Até então, existiam entre nós associações inúmeras de caráter piedoso. Organizações valiosas mas que limitavam o programa de vida ao fervor da prece, ao calor da oração. O Noel chega ao Brasil trazendo a bandeira de um vasto e complexo movimento. Exigia fé e piedade, como base do grande edifício. Estimulava a cultura, numa justa compreensão à lógica evolução dos tempos. Ensinava a caridade, baseada não na simples filantropia, mais apoiada nos princípios de justiça, nas múltiplas exigências das necessidades sociais. Pela primeira vez no País, uma organização piedosa desdobrava um programa ativo: descia a penitenciária, corria hospitais, aparecia na imprensa. Escrevia e rezava. Com a mesma simplicidade e modéstia estava na sala de teatro ou na choupana do pobre. Cumprindo a síntese do seu programa – servir. Ensinando às suas associadas aquela magnífica triologia que tão bem se reúnem(sic) em uma vida de mulher – amar, servir, proteger (Revista *Natal*, 1939, p. 28).

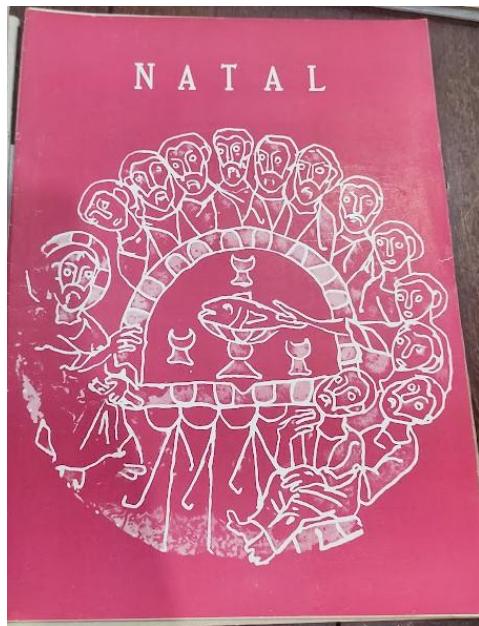
Algumas das funções do Noelismo estavam voltadas para o exercício da catequese, do assistencialismo, da caridade, da formação e da propagação do catolicismo com base na fé individual e coletiva, ou seja, um ambiente que relacionava perspectivas sociais e religiosas. Era como uma escola “de edificação mutua, na qual, não por meio de lições, mas por meio de exemplos, as noelistas exercem-se uma piedade mais sólida, ha mais união, mais caridade, mais esforço intelectual” (Memento Noel. Manual para uso das Noelistas, 1921, p. 10).

Além disso, possuía objetivos muito precisos, moldava cada sujeito a partir do lugar social que ocupava, principalmente as mulheres, filhas, mães e esposas, que deveriam se portar conforme os preceitos morais e patriarcrais da sociedade da época.

Entre os motivos do noelismo ser bem aceito na sociedade e também alcançar postos e doações dos governos no período, estava no fato das mulheres noelistas pertencerem à elite e algumas delas terem maridos e/ou

pessoas em seus arranjos familiares que estavam vinculados a política, possibilitando, portanto um maior contato e interação entre o poder religioso e o poder político estatal (Gomes, 2015).

Figura 4 – Capa da Revista Natal



Revista Natal – Ano 38, nº 357 – agosto/novembro – 1969. Acervo das Noelistas.

Na Paraíba, assim como no cenário nacional de implementação dos núcleos, estes eram compostos por mulheres que faziam parte da alta camada da sociedade, com formação em instituições renomadas e que já estavam ligadas à Igreja Católica. Buscava difundir discursos e ideais da família cristã, tendo em vista o contexto de urbanização e modernização da sociedade da época, que estava sendo nocivo para o desenvolvimento da doutrina católica.

O movimento noelista foi designado ao público feminino desde a sua fundação e tinha como característica principal problematizar e resguardar a mocidade e as famílias dos elementos da modernidade que segundo os ideários difundidos pelo fundador corrompiam os ensinamentos de Cristo e sua moralidade (Gomes, 2015).

Diante deste contexto, ocorre a entrada e a atuação de Carmen Coelho no Núcleo Noelista da Paraíba e como estabeleceu suas atividades como intelectual católica dentro dele. Discutimos ainda sobre o contexto católico, nessa época, tanto a nível micro, quanto macro, além de apontar como era designado o papel das mulheres

dentro desse movimento que possibilitou para elas visibilidade social e importantes papéis de participação na vida pública.

3.1 O CONTEXTO DA IGREJA CATÓLICA NA SOCIEDADE PARAIBANA DA DÉCADA DE 1930

A religião desempenha um papel institucionalizante, com o intuito de manter a heteronomia social, neste contexto, a Igreja tem uma importante função no processo de disciplinarização da sociedade. No Brasil da década de 1930, estrutura-se uma ideia de projeto nacional, baseada em *renovação*, isto é, a modernidade era vista como perspectiva de um futuro promissor. Diante disso, os sujeitos e as instituições sociais que se constituíam como tradicionais e conservadores, entre eles, a Igreja Católica, posicionaram-se contra qualquer tipo de mudança ou proposta *revolucionária* de nação.

Para desenvolver esta discussão, sobre o contexto da Igreja Católica, na Paraíba, faz-se necessário olhar para este mesmo movimento, de forma mais ampliada, ou seja, levar em consideração a conjuntura anterior à romanização e ao cenário nacional e internacional, que se refletiram na configuração do catolicismo paraibano. Tendo em vista que [...] “a história procura estabelecer, de acordo com o ponto de vista que lhe é particular, os princípios gerais do funcionamento social” (Lepetit, 1998, p. 80).

Com base no ponto de vista político, inicialmente, a Igreja no Brasil estava subordinada ao governo colonial, portanto, o catolicismo foi declarado como religião oficial no período do Império. “No decorrer do Império, as relações entre poder civil e poder eclesiástico eram oficiais, pois o sistema do padroado expressava a relação indissociável entre Igreja e Império” (Campos, 2014, p.286). A Igreja estava em uma posição privilegiada nessa estrutura de poder e ainda: [...] usufruiu dos benefícios de ser a religião oficial do Estado ao acumular significativo capital econômico, capital político e capital simbólico” (Campos, 2014, p.286). Neste sentido, a Igreja também estava inserida na educação brasileira devido à concessão que recebeu da Corte Portuguesa para coordenar seu projeto educativo.

Segundo Oliveira (1976, p.132), a Igreja Católica no Brasil do século XIX estava fundamentada por três aspectos: o primeiro, Regime de Padroado que “[...] fazia dos

bispos funcionários públicos encarregados do culto religioso dependentes do Governo Imperial de direito e de fato". O segundo, eram as ordens religiosas tradicionais "(jesuítas, franciscanos, beneditinos, carmelitas) que constituíam a espinha dorsal da Igreja Católica durante o período colonial". E o terceiro, o clero secular, que, naquele período, estava funcionando de forma lastimável, tendo em vista a postura de muitos sacerdotes; viviam em concubinato, praticavam atividades com fins lucrativos, inclusive a venda de bens espirituais e "eram relapsos nos serviços religiosos não-lucrativos".

Ainda segundo o mesmo autor, antes da romanização, havia atividades religiosas sendo propagadas pelas irmandades e confrarias e pelas lideranças leigas. As primeiras eram instituições que se faziam presentes no Brasil, desde o início da colonização e se dividiam em duas:

Irmandades de Misericórdia, destinadas à construção e manutenção de hospitais e abrigos para indigentes, e as irmandades de fins devocionais e cultuais. As primeiras, que perduram até hoje, foram as únicas entidades de caráter propriamente filantrópico até o Século XIX (Oliveira, 1976, p. 133).

Já as lideranças leigas, que não eram autorizadas pela autoridade eclesiástica, ou seja, aqueles popularmente conhecidos por "beatos", viviam isolados ou em grupos pequenos, dependendo de esmolas ou da generosidade alheia, eram ascéticos [...] "faziam penitências e rezavam pelos próprios pecados e pelos pecados alheios" (Oliveira, 1976, p. 136). Como naquele período, em alguns territórios longínquos, não havia a estrutura física e humana de representantes eclesiásticos suficientes para atender a toda população, eles eram vistos pelo povo como um representante do divino. "Perambulando pelo interior, rezavam, benziam, batizavam, casavam e curavam, sendo tidos como homens santos pelo povo, para quem sua reza equivalia a uma missa, mas frequentemente sofrendo oposição por parte do clero" (Oliveira, 1976, p. 136).

Em Roma, diferente da configuração brasileira, o catolicismo se estruturava pela centralidade e "autoridade do Papa, e, por extensão, dos bispos e padres" (Oliveira, 1976, p. 137). Neste sentido, a romanização do catolicismo brasileiro só poderia ser efetivada na medida em que o poder religioso fosse transferido dos leigos para os clérigos" (*Ibid*). Contudo, a retirada dos leigos, ou do domínio popular que eles exerciam não foi algo fácil, houve resistência, com isso, o episcopado traçava

estratégias para retomar o poder de liderança, desvalorizando o catolicismo praticado pelos leigos, desarticulando-os e fazendo a implementação do catolicismo romano. Neste sentido, Ferreira (2016, p. 203) aponta: “Quer pela intervenção clerical, quer pela descaracterização das devoções, a romanização, no fundo, significava a busca da modernização da Igreja através do disciplinamento do catolicismo popular”.

No sentido de fazer esta ruptura e ainda mostrar sua hegemonia na organização de suas estruturas Seidl (2017) ressalta:

O empenho da Santa Sé no controle disciplinar e doutrinário do corpo eclesiástico nacional, parte do influxo romanizador imposto desde o fim do regime de padroado, foi definitivo no processo de normativização das carreiras na Igreja. A formação de um clero profissional treinado em padrões mais homogêneos em seminários chancelados pela alta hierarquia esteve na base da recomposição da autoridade religiosa (Seidl, 2017, p. 41).

Com isso, Oliveira (1976, p. 140) indica que “o resultado da romanização do catolicismo brasileiro pode ser sintetizado em poucas palavras pelo enquadramento dos leigos, na estrutura clerical da Igreja Católica, segundo o modelo romano”. Já Dutra Neto (2006) destaca que esse período de reforma do catolicismo brasileiro teve vários pontos que o constituíram, entre eles:

O Concílio Vaticano I, a proclamação do dogma da infalibilidade papal, a publicação do Syllabus, a fundação em 1854 do Colégio Pio Latino - Americano em Roma, a formação de clérigos embalados em tais marcos, dentre os quais serão indicados os novos bispos do Brasil e, entre a igreja e o Estado com a proclamação da República proporcionaram um movimento de reforma do catolicismo no Brasil (Dutra Neto, 2006, p.28).

Na Paraíba, Ferreira (1996) afirma que as irmandades se submeteram às novas estruturas clericais, além disso:

Sob o ponto de vista estritamente religioso, o clero diocesano, seguindo o projeto de romanização do catolicismo, atuou direcionando os fiéis para as novas devoções e instituindo congregações sob o controle clerical, em contraposição às anteriores, sob o controle dos leigos (Ferreira, 1996, p. 210).

Mesmo com toda essa preocupação da Igreja em realizar a reforma e a renovação do catolicismo, com base nos princípios da Santa Fé, as práticas populares não foram extintas de forma abrupta, “ao contrário, por muito tempo, ambas coexistiram e foram praticadas concomitantemente” (Haydn, 2017, p.59).

Com o advento da República, acontece a ruptura entre Igreja e Estado,

oficializada na Constituição de 1891, o distanciamento entre o poder civil e o poder religioso, a [...] “superação de um Estado legitimado pelo discurso e pelas práticas religiosas em função de um Estado regido pelo direito racionalmente legislado” (Sousa Júnior, 2015, p.14). Ferreira (1996) ressalta que “a ausência da invocação de Deus no preâmbulo da nova constituição era considerada uma agressão aos fundamentos de uma nação considerada católica” (1996, p. 52). Nessa conjuntura:

O que houve na verdade foi a modernização das bases jurídicas do Estado brasileiro, ou seja, o Estado brasileiro pretendia se tornar, do ponto de vista jurídico - constitucional, um Estado moderno que até então, tinha sido estruturado em bases exclusivamente católicas e conservadoras (Sousa Jr., 2015, p.14).

No Estado laico, o catolicismo e as outras religiões estavam equiparadas, ou seja, a Igreja perdeu seu status de religião oficial do Estado. Foi um período de tensões e “durante as três primeiras décadas do período republicano, o discurso eclesiástico colocou ênfase nos chamados malefícios e benefícios da jovem República” (Sousa Jr., 2015, p.136). Segundo Mueller (2015, p.267,) duas perdas tiveram grande impacto para Igreja:

o casamento religioso que perdera seu status para o civil, e a educação laica afetando o que até então fora monopólio da Igreja, para não falar do surgimento de diversas escolas protestantes. A perda do monopólio da educação foi uma das questões centrais nas disputas que ocorreram entre os que lutavam pela manutenção das escolas católicas, que formavam seus alunos segundo os preceitos da tradição e da religiosidade cristã – leia-se católica –, e aqueles que lutavam por uma educação laica e democrática.

Essa perda de domínio da Igreja ou a diminuição do controle que exercia, dentro de alguns setores do Estado, fez com que ela buscasse fortalecer suas bases, estimulando os católicos a participar ativamente das discussões que envolviam aspectos sociais e políticos em nosso país (Mueller, 2015).

Com esse novo preâmbulo, a Igreja se preocupava com o distanciamento entre o poder eclesiástico e seus fiéis. Em contrapartida, para retomar a confiança deles e demonstrar sua importância, a Igreja ampliou a institucionalização da religião católica, através da criação de dioceses, seminários, núcleos, congregações, “armou-se de um projeto religioso e ideológico, cuja finalidade era reafirmar seu poder e realinhar-se a sociedade, fazendo brotar o espírito cristão em cada cidadão brasileiro através de

diversas ações católicas (Sousa Jr., 2015, p.136).

Com o regime republicano, a Igreja precisava definir “uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, institucional, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política”. (Miceli, 2009, p.24). Houve, então, a expansão de dioceses e arquidioceses, vindas de ordens religiosas europeias que assumiram projetos sociais e educacionais (Campos, 2014).

A separação entre Igreja e Estado não significou uma total ruptura entre eles, tendo em vista que “o regime republicano e a Igreja Católica tinham objetivos semelhantes de estabelecer influência por todo o país” (Miceli, 2009, p. 30). Houve, em alguns territórios, uma aliança entre os eclesiásticos e as lideranças oligárquicas, tendo em vista que alguns desses prelados tinham relações diretas ou indiretas com os clãs oligárquicos vigentes.

Essa aliança regressiva entre “fazendeiros do ar”, o setor público e as grandes corporações nacionais, como a Igreja, não pode ter deixado de imprimir a marca dos interesses assim contemplados sobre as possibilidades de arranjo político envolvendo o conjunto da sociedade (Miceli, 2009, p. 166).

O processo de estadualização da Igreja, na Paraíba, seguiu as expectativas de ampliação que ocorria, em todo território nacional, e teve ainda, aproximações entre a elite eclesiástica e a elite política. “Todas as capitais estaduais foram promovidas a sedes diocesanas para cuja gestão foram muitas vezes convocados elementos do clero originários de importantes grupos oligárquicos” (Miceli, 2009, p. 26). Este mesmo autor ressalta que, entre os anos de 1890 – 1930, houve a criação de cinquenta e seis dioceses, dezoito prelazias e três prefeituras apostólicas com a nomeação aproximada de cem bispos. E ainda retrata que na “literatura disponível sobre a história da igreja Católica no Brasil trata esses números como indicadores de uma expansão bem-sucedida da organização eclesiástica” [...] (*Ibid*, p. 58).

Neste mesmo sentido, Sousa Júnior (2015) afirma que entre 1890 - 1930 eleva-se o número de congregações religiosas, vindas do exterior, e que chegaram ao Brasil nestes quarenta anos, sendo trinta e uma delas congregações direcionadas ao público masculino e setenta e uma, ao público feminino.

Com relação à realidade paraibana, no ano de 1893, foi escolhido para dirigir a Diocese da Paraíba o baiano Monsenhor D. José Basílio Pereira, que não aceitou o

cargo devido a problemas de saúde. Portanto, em 02 de janeiro de 1894, quem assumiu foi o Cônego D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, entre as funções de bispo e arcebispo, exerceu seu episcopado, por quarenta e um anos. Além do contexto de precarização financeira, D. Adauto ainda precisava lidar com a ampliação do protestantismo, a presença da maçonaria e ainda a chegada do espiritismo na sociedade paraibana (Ferreira, 2016).

Foram muitas as ações de D. Adauto para estruturação e ampliação do catolicismo na Paraíba, entre elas, a criação do Seminário Episcopal e o Colégio Diocesano, a Residência do Bispo, o Convento de Santo Antônio e o jornal *A Imprensa*. Este último foi um grande aliado do catolicismo paraibano, considerando que “o clero diocesano se dedicava à atividade jornalística, incentivada pela hierarquia eclesiástica como uma das pontas de lança na luta contra a chamada deschristianização do Brasil”. (Ferreira, 2016, p. 142). Portanto:

[...] o jornal foi amplamente utilizado para divulgação das crenças católicas, reafirmar o poder e a importância da igreja na vida dos cidadãos paraibanos, como também na exposição e divulgação das cartas pastorais como instrumento de expansão da fé católica do litoral ao sertão paraibano (Sousa Jr. 2023, p.2).

Vale ressaltar que, no período de implantação da Diocese da Paraíba, foram utilizados não só os jornais, mas também revistas e livros, porém, o jornal era visto pela Igreja como meio de comunicação mais eficiente, já que era acessível aos pobres e aos ricos, além de ter maior alcance em territórios mais distantes (Costa, 2011). Desse modo, “quando a <<Imprensa>> se apresentou no campo do jornalismo nesta capital, traçou o seu programma o prometeu defender os principios que concorrem para o bem da sociedade em geral e da familia em particular”. (*A Imprensa*, 16 de setembro de 1900).

O Arcebispo da Paraíba, D. Adauto, também foi idealizador e fundador de colégios católicos não só na capital, mas também em outras cidades da Paraíba e do Rio Grande do Norte; como o Colégio Pio X (1894) e Nossa Senhora das Neves (1895) em João Pessoa, Padre Rolim (1903) em Cajazeiras, Santa Luzia (1901) em Mossoró, Imaculada Conceição (1902) e Santo Antônio (1903), em Natal. Tendo em vista que conforme orientações vindas de Roma, “o episcopado brasileiro foi incentivado a fundar colégios católicos e expandir as visitas pastorais, sobretudo nas cidades onde as escolas públicas ou protestantes estavam sendo implantadas” (Sousa Jr., 2015, p.

195).

Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques teve uma gestão considerada bem sucedida, pois se “valeu das relações com os círculos oligárquicos para carrear recursos, subsídios e favores em prol da organização eclesiástica” o que proporcionou um contexto favorável para suas atividades (Miceli, 2009, p. 73). Levando em consideração este mesmo contexto, Ferreira (2016, p. 91) indica que “sem dúvida, o quadro político essencialmente oligárquico, ao lado da riqueza de relações familiares do clero paraibano facilitaram o bom relacionamento entre a Igreja e o Governo do Estado”.

Com a ascensão do Papa Pio XI ao pontificado romano (1922-1939), houve a necessidade de uma reorganização e recristianização do clero:

É durante o decênio 1920-1930 que se inicia essa nova etapa da Igreja no Brasil, que pode ser designada como período de Restauração Católica. Duas são as ideias que dominam os líderes do catolicismo: maior presença da Igreja, e colaboração efetiva com o governo...a necessidade de uma maior presença atuante da Igreja na sociedade: o episcopado deseja efetivamente ter um papel de liderança entre o povo brasileiro (AZZI, 1977, p.63).

Atrelado a essa restauração está a reaproximação entre Igreja e Estado com o intuito de dar direcionamento à vida social, política e religiosa da população, ou seja, “passou a traçar o ideal da neocristandade, como sendo o modelo ideal de aliança entre Igreja e Estado, porém não mais assentado na submissão, mas na colaboração entre ambas as instituições” (Sousa Jr.,2015, p. 143). E ainda, esta “nova cristandade” apoiava-se preferencialmente nas classes médias, que a partir da década de 1920, começaram a manifestar sua importância social e política, começando a requerer mais participação na vida pública do país” (*Ibid*, p. 143). O que segundo (Dias, 1993, p. 2) foi “a formação de uma elite intelectual a serviço do projeto político-pastoral do episcopado”.

A Igreja se moldava como instituição fundamental para o processo de moralização social, garantindo, através de suas práticas a manutenção dos valores tradicionais e conservadores, “sendo ela considerada uma coadjuvante expressiva para impedir o avanço das ideias socialistas; além disso, a instituição eclesiástica adquiriu mais força na própria esfera social, mediante diversas obras no setor educativo e assistencial” (Azzi, 2006, p.352).

É então neste contexto que o movimento Noelista se inicia na Paraíba, através

da fundação de seu Núcleo, contribuindo, de forma expressiva, para a disseminação dos valores religiosos, apregoados pela Igreja Católica, tendo em vista que ela passou a considerar os leigos como “braço direito da hierarquia eclesiástica” (Azzi, 2006, p. 354).

3.2 A MULHER DO MOVIMENTO NOELISTA: GUARDIÃ DA FAMÍLIA, DA MORAL E DOS BONS COSTUMES

“A mulher noelista ella vive para Deus, ela escolhe o caminho da trindade como forma de salvação, pois ela sabe que apenas através de Deus tem sua vida, sua família e alma salvas” (A Imprensa, 02 de dezembro de 1936).

O movimento noelista chegou ao Brasil, no ano de 1914, por intermédio de D. Felipa Uchôa Cavalcanti⁸⁹, conhecida pelo pseudônimo *Brasil*. A primeira sede do noelismo brasileiro foi na cidade de Recife, ficando o estado de Pernambuco como núcleo central e o Rio de Janeiro como vice núcleo. Então, houve a ampliação de suas ramificações para outros estados e cidades brasileiras.

A ordem de criação dos núcleos, após Pernambuco, no ano de 1914 e Rio de Janeiro em 1920, foram as seguintes: Bahia e São Paulo em 1923, Rio Grande do Norte em 1924, Rio Grande do Sul em 1927, Paraíba em 1931, Pará em 1932, Minas Gerais em 1933 e Maranhão em 1934. “E não é de hontem este movimento. Com mais de um quarto de século na França, entre nós já possue quase vinte anos” (A imprensa, 10/07/1932). Neste sentido, o movimento noelista brasileiro “deveria assumir o compromisso de auxiliar o clero no processo de recristianização” (Costa, 2015, p.27).

A conceituação do termo Noel está relacionada com o advento do nascimento de Jesus, o filho de Deus, que trouxe para humanidade a perspectiva de salvação dos pecados. “O Noel nasceu do Menino Jesus e da Sagrada Família” (Ata de reunião, 13 de maio de 1932). A família estará sempre como ponto central nos discursos, [...] é na

⁸⁹ “Em 1903, Felipa Brandão Uchoa Cavalcanti, mais conhecida como Dona Felipinha, em viagem à Paris, teve o primeiro contato com a revista *Noël* e fez algumas assinaturas para seus sobrinhos. Em 1908, durante sua estada na Inglaterra, Felipinha tenta fundar um núcleo noelista em Newcastle. Nesse mesmo período iniciou sua correspondência com “Nouvelet”, pseudônimo do Pe. Claude Allez, diretor do Noel, apresentando-se com o pseudônimo de “Brasil”. Ao perceber o interesse de Felipinha pelo movimento, Allez a convida para um encontro em Paris, onde ficou por algum tempo. Acredita-se que o encontro com “Nouvelet” corroborou para que Felipa fundasse o Noel no Brasil”. (LEITE JÚNIOR, Aramis Macêdo. *Mulheres em movimento: as noelistas e o dia nacional de ação de graças*. V Colóquio de História. Unicap: Pernambuco, 2011)

Santa família que encontramos nosso exemplo, nosso caminho. Deus doou seu único filho e nos deu no ventre de santa maria, a família é representação do que Deus quer na Terra (A Imprensa, 03 de maio de 1934).

A família, conforme mencionada, é relativa ao próprio movimento, como tratado na publicação *Vida Noelista* na parte intitulada “Espírito de família”:

Deus quis para Seu Filho uma Família na terra e a Noelista procura cultivar com o máximo cuidado o espírito de família para nêle moldar, dinamizar e enriquecer tôdas as atividades da sua vida Associativa. [...] O Noelismo sempre promoveu, em **espírito de família** o gôsto pelo trabalho pensado e feito em comum e a noelista está habituada ao convívio fraterno nos núcleos, nos círculos de estudo, nos退iros, nos encontros e sente alegria por estar de <<mãos dadas>> com tôdas as suas irmãs de Norte a Sul (Vida Noelista, 1963, p.6).

No *Pequeno Catecismo Noelista* (1935), encontramos informações detalhadas de como se configura a estrutura do noelismo e o significado de cada uma dessas partes que o compõem. O movimento noelista, “é uma manifestação coletiva de atividade cristã, em redor do Noel. (*Nouvelet*)”. Formou-se, de maneira espontânea, pela leitura da revista *Le Noel* e das relações cordiais estabelecidas entre as primeiras leitoras, ou seja, o estudo desta publicação se tornou a base da formação noelista. Além disso, nesta publicação, fizeram questão de registrar o apoio de três Papas a este movimento e a revista:

Pio X, Bento XV, Pio XI, manifestaram uma benevolencia especial pelo Noel concedendo-lhe indulgencias e preciosos encorajamentos. Ao todo, 24 documentos pontifícios, entre os quais o Breve *Coelestum Agnum* de Bento XV (28 de janeiro de 1920). Além disso, Le Noel já registrou 600 bençãos apiscopais de aprovação e encorajamento ao seu humilde papel junto á mocidade feminina. (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, s/p).

No jornal *A Imprensa* de 10 de julho de 1932, encontramos uma nota intitulada *Noelistas*, autoria de J.D.⁹⁰ que faz referência ao Papa Pio XI e como ele olhava para o movimento, dizendo-lhes que elas “são como a presença de Deus, em todo canto admirável, por toda parte benéfica”.

Já a União Noelista “é o agrupamento central da obra noelista, constituído por moças assinantes do “Noel” (*Pequeno Catecismo Noelista*, 1935, s/p). O conjunto dessas associadas “é formado por Noelistas que tendo terminado sua educação, se

⁹⁰ Nesta nota intitulada *Noelistas*, havia apenas as iniciais do/a autor/a, não conseguimos encontrar informações sobre o significado delas.

preparam ou ao casamento, ou se dedicam ás obras religiosas, ou á vida religiosa". (Memento Noel. Manual para uso das Noelistas, 1921, p.18). Para integrar a União, as moças devem preencher três requisitos: primeiro, ter uma vida cristã exemplar; e o segundo ter educação ao alcance de entender as revistas noelistas e terceiro, assinar uma das três revistas. Para efetivação da admissão na União Noelista, é necessário além desses requisitos:

1º ser assinante do Noel há mais de um ano (salvo quando a assinatura do Noel fôr seguimento da Etoile); 2º ter um pseudônimo aprovado; 3º ter mais de 15 anos; 4º dedicar-se a algum apostolado; 5º tanto quanto possível, trazer exteriormente um distintivo religioso; 6º recitar todos os dias um "lembrai-vos" e a invocação: "Santa joana d'Arc, rogai por nós" pelos outros membros da U. N.; 7º juntar 5 francos ao pedido de admissão: em resposta receberá o "Memento-Noel" e um pergaminho de inscrição. (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, s/p).

Estes requisitos nos mostram a seletividade em torno das mulheres que poderiam fazer parte do noelismo, pois, nem todas naquela época tinham acesso à educação. Naquele período, a inserção na escola ainda era privilégio para poucas, não existia acesso à escolarização para todos e ainda a educação para as mulheres era "mantida dentro de certos limites, a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem". (Almeida, 1998, p. 33).

Além disso, era preciso ter uma situação econômica favorável para manter a assinatura da revista, o que nos remete a perceber certa divisão de classes para constituição das participantes do noelismo. A confirmação desta hipótese em relação às posses das moças aparece no próprio Manual das Noelistas: "as associadas da União Noelista, pertencendo em geral a famílias abastadas, são estimuladas a serem generosas" (Memento Noel. Manual para uso das Noelistas, 1921, p.20).

Nesse sentido, encontramos ainda no Jornal *A Cruz*, uma nota intitulada "As Noelistas", que reforça esta compreensão:

O MEIO NOELISTA É' SOBRETUDO A BURGUEZIA, colocando- se entre a alta sociedade e a classe média, atingindo-as também. Mas sua característica é a semelhança na educação e na cultura. Essa homogeneidade intelectual e moral sempre especificou o público Noelista que se estende hoje de mães a filhas, formam um todo completo, uma família espiritual. Esse todo completo e homogêneo é o movimento Noelista (*A Cruz*, 20 de agosto de 1939, p.3).

Por fim, o Núcleo Noelista é uma parte do movimento e da união noelista, como se fossem “filiais” espalhadas por várias cidades, em diferentes países, ou seja, “é um centro de atividade noelista fundado por iniciativa das Noelistas, segundo as tradições do Noel e com a permissão da autoridade religiosa local”. (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, s/p) e que também precisam adotar um lema e um estandarte para a devida identificação. Vale ressaltar, que cada núcleo precisa ter a assistência de um sacerdote denominado como “protetor”, para cumprir o papel de “conselheiro doutrinal, o guia seguro no apostolado, o interprete autorizado das diretivas da hierarquia, o responsável pelo grupo junto à autoridade religiosa”. (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, s/p). Ou seja, percebemos que a autonomia desse grupo de mulheres é de certa forma ceceada, tendo em vista que suas práticas deveriam seguir determinações e regras preestabelecidas, além de serem “supervisionadas” por uma figura hierárquica masculina sacerdotal.

O Núcleo Noelista Paraibano foi implantado, em 05 de agosto de 1931, na capital, dezessete anos depois da fundação do primeiro núcleo brasileiro, na cidade de Recife. O responsável pela formação do núcleo da Paraíba foi o Bispo Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques e tinha como lema *Iter para Tutum* - prepara o caminho seguro.

Aos 5 de agosto de 1931, nesta cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba do Norte no salão de honra do palácio archiepiscopal, estando presente sua Excellêncie D. Adaulto A. de Miranda Henrique, O Rerd. Mons. Anísio B. Dantão nosso assistente eclesiástico, as noelistas de Pernambuco Brasil, Amaragy, Sewverina Wanderley e Roceira, tabajara-Noel, Forte-Velho, Estrella Dalva, Parnahuba, cascatinha, carmita Massa, cryseeide caldas, Hilda Netto, Liliosa Silva Anezia Lombardi, Severina Lombardi, Analice Caldas, Laura Campello, Leolinda Campello do novo nucleo desta capital, Aqui lugar a reunião de inauguração do primeiro comité em Joao Pessôa.[...] (Ata de reunião, 05 de agosto de 1931, s/p).

Nesta mesma sessão, houve a eleição para constituir a primeira diretoria do núcleo paraibano e na sua composição teve como presidente Rita Miranda

Henriques⁹¹ - Roceira, vice-presidente Carmen Coelho - *Tabajara Noel*, tesoureira Geny Barreto - *Forte Velho* e secretária Marissa Cunha⁹².

O nucleo noelista sendo um grupo homogeneo e amigavel não possue "dignitárias". Titulares "primeiras entre as iguais" são eleitas, por dois anos, para os cargos de presidente, vice-presidente, secretaria, tesoureira, conselheiras, e tomam o compromisso de honra de exercer estas responsabilidades (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, s/p).

Após a eleição, *Tabajara Noel* leu um discurso que continha um resumo histórico dos trabalhos do novo núcleo. E D. Felipa - *Brasil*, leu alguns trabalhos literários das noelistas do núcleo de Recife. Aqui já percebemos a participação de Carmen Coelho como membro da diretoria e porta-voz do núcleo paraibano ao compartilhar com os presentes, o que já estava sendo desenvolvido pelo noelismo recém fundado.

Conforme evidenciado anteriormente, o movimento noelista era composto por mulheres, não de toda origem, pois havia critérios para fazer parte da União Noelista através dos núcleos locais. "As Noelistas comprehendem que "servir" é uma função da Burguesia e que elas se devem dar tanto mais quantos maiores forem suas possibilidades, (formação, situação, etc), como auxiliares do Sacerdócio nas boas obras" (A Cruz, 20 de agosto de 1939, p.4). Elas, eram oriundas da elite social, deveriam viver a espiritualidade, unificando sua vida à presença de Deus, aos homens e ao mundo, renunciando suas vontades individuais.

Se dedicar à caridade, à humanidade e à cristandade, vislumbrando o crescimento coletivo, a cooperação e a espiritualização, buscando fazer "quotidianamente a esmola cristã com os seus milheiros dos pobres, em que depositam principalmente o fruto das economias que tiverem feito na aquisição dos objetos de moda e vaidade" (A Imprensa, 10 de julho de 1932). Ou seja, "o Comitê Noelista é uma admirável escola de conservação e aperfeiçoamento da moça nos dias que correm" (*Ibid*).

⁹¹ Nasceu em 05/11/1882 no Engenho Buraco, município de Alagoa Grande/PB. Foi educada no colégio Nossa Senhora das Neves, diplomou-se pela Escola Normal do Estado e seguiu para Alagoa Grande, onde abriu o externato Santa Inês. Em 1930 voltou para a capital como professora de Didática e Pedagogia no Colégio Nossa Senhora das Neves, em 1933 foi nomeada professora de francês no Liceu Paraibano, onde lecionou até 1955. Faleceu no ano de 1965. (Freire, 1985, p.204)

⁹² No decorrer da pesquisa não foi possível obter mais informações biográficas sobre Geny Barreto e Marissa Cunha.

Nos discursos, percebemos a preocupação com a condução do pensamento, das ideias e do comportamento dessas moças no interior do movimento, a intencionalidade em moldá-las, pois, elas seriam representantes da Igreja, nas atividades de catequese, de obras de caridade e assistência aos pobres, deveriam ser vistas por toda a sociedade como mulheres exemplares, neste sentido, vejamos mais um trecho da nota *Noelistas*:

Estas mocinhas, tão frivolas na primeira idade, no Comite Noelista vão perdendo o medo ao esforço intelectual. Vão se adestrando a resolver as questões morais e religiosas de que toda vida está cheia. A frente das obras sociaes, muito ao alcance do talento feminino, irão igualmente aprimorando o sentido publico das serias responsabilidades da nossa existencia no mundo (A Imprensa, 10 de julho de 1932).

No período que compreende a década de 1930, a Igreja Católica percebe as mulheres como aliadas para manutenção e reprodução do catolicismo e começa a estimular a entrada delas no espaço público, a Igreja “realizou um investimento considerável na atuação das mulheres como estratégia para ampliar a intervenção católica no mundo social”. (Leon e Faria Filho, 2015, p. 4).

Isto pode ser percebido nos impressos do movimento noelista, nos quais as mulheres atuavam como principais sujeitos no processo de evangelização, “eram um número considerável do laicato católico e foram estrategicamente convidadas à cena pública, como estratégias de ampliação social do poder católico”. (*Ibid*, p. 6). Segundo estes mesmos autores, a ampliação gradativa da participação da mulher, em diferentes espaços, atrai diferentes discursos na área científica, religiosa e moral, então, a Igreja buscou, de acordo com seus preceitos constituir, o lugar e os papéis desempenhados por elas. Diante disso, “as mulheres, relegadas até então ao espaço doméstico, foram promovidas a salvadoras da nação [...]” (*Ibid*, p.17).

Nesta perspectiva, apresentamos mais um trecho desses discursos propagados para as mulheres católicas na imprensa paraibana:

Não deixei que o mal penetre no teu caminho, no teu lar e em nossa Igreja. Não deixe que esses ventos que se aproximam assolem o nosso destino às trevas. Vivamos unidas e ungidas do amor de Deus para dissipar qualquer mal que se aproxima. Resguardamos nossas famílias e nossos corações no amor puro de Deus e da Virgem santíssima (A Imprensa, 29 de dezembro de 1932).

De acordo com os preceitos da Igreja, a mulher precisa ser recatada, pura e subserviente, atendendo à expectativa de ser uma esposa e mãe ideal para seu esposo e filhos, conduzindo-os aos caminhos de Deus:

[...] o teu lugar é virginal, o branco te reveste, pois estarás pronta para teu esposo quando assim Deus permitir e neste momento você vai ser a mãe ideal, a mãe e mulher que conduzirá teus filhos a casa do Pai. Quando tu deixar de ser senhorita e passar- te a te chamar de senhora, tua obrigação é ordenar e organizar teu lar para o amor do teu marido (A Imprensa, 02 de abril de 1934).

O *Pequeno Catecismo Noelista* (1935, s/p) apresenta também mais instruções para a formação da personalidade e do caráter das mulheres que fazem parte do movimento:

A Noelista deve precaver-se da banalidade, da vulgaridade, da moda, do snobismo, das apreciações, reduzidas a estereótipo e divulgadas em série, de todas as forças de nivelamento. Trazemos do Creador uma individualidade, uma personalidade. É um bem a fazer valer no domínio do pensamento, do coração e da sensibilidade. É uma flôr que deve exalar seu perfume nas relações sociais. O segredo desta valorização? A cultura de todas as faculdades, tendo-se o cuidado de reservar a primazia ao sobrenatural, ao espiritual.

No artigo escrito por Carmen Coelho, intitulado *Irradiação Do Noel*, é possível verificar como ela percebe e dissemina o papel das mulheres, de acordo com o que é instruído pelo movimento noelista:

– entre as moças da sociedade. O entusiasmo confiante sempre generoso e nunca desfalecente, isso que comumente estamos chamando a – A “influencia” isto é, o contagio da caridade, do ardor, da vitalidade – é uma virtude essencial de quem quer ser apostolo! A noelista é apostolo! Atrai todas as jovens para o noelismo. Aí encontra-se tudo que pode ser necessário para alcançar Deus. [...] Se nós moças que compreendemos bem o fraco de nosso sexo não nos auxiliar propagando, o bem, o ideal do Noel – o que será de nós? É longo e triste o capítulo da degeneração humana! Dia a dia há mais corrupção. A sociedade necessita de uma reação cristã. A nós noelistas compete este importante papel (A Imprensa, nov-dez 1933).

A partir dos males existentes na sociedade, da “fragilidade” atribuída às mulheres perante eles, Carmen Coelho afirma que é preciso se voltar para Deus e acrescenta que o movimento noelista pode auxiliar nesta missão, “a nossa obra não se destina às brilhantes conquistas – mas o nosso aperfeiçoamento espiritual para atrair almas”. (Ibid). Além de nos deparar com o arquétipo da mulher ideal, vimos também a matéria intitulada: *A mulher que você não deve ser*, que deixa bem claro os tipos de comportamentos reprováveis pela Igreja:

Mulher se tu não valoriza seu lugar nem merecias ser chamada de mulher, mas sim de serpente do mal. Uma mulher leviana não se cuida, não protege sua flor dos defloradores, sai pelas ruas sem hora correta, desacompanhada. Essas mulheres não seguem os ensinamentos dos mais velhos, não seguem o catecismo, não aprende o que é ser uma boa mãe e boa esposa. Essa mulher não se casa, se amanceba, vive sem a palavra de Deus. Teu marido não é marido. Marido e mulher é aquilo que Deus une, estes vivem sob o pecado, vivem em luxúria, os filhos deste pecado disseminam os maus costumes e as más formas de viver. Esse tipo de mulher cai na vida fácil, leva uma vida de cama em cama, jogando o nome de todas as mulheres na lama. Protegei para não virar uma mulher dessas, uma mulher que não merece receber o nome MULHER (A Imprensa, 02 de abril de 1934).

Em nosso entendimento, essas narrativas moralistas evidenciam que as mulheres são responsabilizadas, quando seguem um caminho conservador ou uma vida mundana, sendo a segunda considerada indigna para os padrões da Igreja e desta sociedade fundamentalmente patriarcal.

Envolvidas pela união, “o Noel foi uma espécie de escola de formação de ideais que perpassa o período, que clamou pela mocidade a lutar e viver a fé em Cristo” [...]. (Gomes, 2015, p. 41). Baseadas no espírito da piedade e da caridade, elas se reuniam periodicamente para se entreter fraternalmente, mas também eram guiadas por um programa de instrução que visava à ampliação do conhecimento e ao fortalecimento intelectual das suas associadas. “Muitas Noelistas reconheceram e desenvolveram as suas aptidões litterarias e artisticas ao serem estimuladas e dirigidas pelo “Noel”. (Memento Noel. Manual para uso das Noelistas, 1921, p.2).

A partir da leitura das revistas, elas apreciavam temas instrutivos em relação ao noelismo e ao catolicismo, mas essas publicações também eram compostas por:

(novelas, romances, poesias, variedades, chronica, etc) encontram ainda as assinantes uma série de cursos complementares de instrução e educação, a saber: cursos de história, de latim, educação musical, trabalhos artísticos, economia domestica, etc. (Memento Noel Manual para uso das Noelistas, 1921, p.4).

Em relação às atividades realizadas pelos núcleos, era indicado que houvesse de uma a duas reuniões mensais e divididas por faixa etária, na ocasião, as meninas, as moças e as mulheres realizavam as tarefas de acordo com seu grupo:

[...] reuniões de trabalho para as moças, reuniões-jogos para as Caçulas e as Medias, e reuniões-salão para as Amigas do Lar. E nestas reuniões, divididas

entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, que se afirma e se conserva, essencialmente, a vida noelista (*Pequeno Catecismo Noelista*, 1935, s/p).

Conforme nos indicam os registros dos livros de ata das reuniões do núcleo paraibano, as noelistas locais faziam pelo menos uma reunião por mês, com exceção dos meses de dezembro, por se dedicarem aos festejos natalinos da população carente que atendiam durante o ano. Já o mês de janeiro, era dedicado às férias coletivas “se as “férias” são um dom do Senhor, grande é a nossa responsabilidade em saber aproveitar com equilíbrio cuidadoso e atento entre o corporal e o espiritual” (*Vida Noelista*, 1964, p.2).

Verificamos ainda que, durante o período de dez anos, entre 1963 a 1973, as noelistas paraibanas só fizeram o registro de uma reunião por ano, no livro de atas, portanto, não obtivemos informações acerca do ocorrido, se realmente houve apenas uma reunião em cada ano e o motivo disso, ou se houveram as reuniões mensais e optaram por não realizar o registro em ata.

Pelo que notamos, na maioria dos documentos encontrados, as noelistas paraibanas procuravam seguir as instruções da União Noelista, seus encontros se davam, nos primeiros sábados de cada mês, quando participavam da missa que era organizada pelo e para o núcleo e era celebrada antes da reunião, todavia, depois do mês de maio de 1932, as missas passaram a ser celebradas nas primeiras quintas feiras de cada mês e as reuniões do núcleo permaneceram aos sábados. Então, elas se encontravam, pelo menos duas vezes por semana, nos primeiros anos da fundação do núcleo paraibano.

Nas reuniões, era realizada a leitura da revista *Le Noel/Natal* que sempre apresentava um tema geral com uma pergunta central para ser discutida, a partir da década de 1960, além da revista, passaram a compartilhar a leitura da publicação *Vida Noelista*, que trazia informações tanto dos núcleos brasileiros quanto internacionais, além de apresentar uma estrutura de formação com temas religiosos e sociais para estudo, com questionamentos que deveriam ser debatidos nas reuniões, ou seja, a União Noelista se preocupava com a formação continuada das integrantes do movimento.

Em alguns encontros, recebiam visitas do seu protetor ou de párocos convidados, que proferiram palestras e formações, objetivando desenvolver a intelectualidade das noelistas. Também recebiam visitas de uma ou de um grupo de

noelistas de outras cidades, visando estabelecer interconexões entre os núcleos, muitas vezes se correspondiam por cartas e faziam a divulgação dessas correspondências nas reuniões para conhecimentos de todas.

Para além das reuniões locais, as noelistas possuíam atividades programadas como Retiros espirituais (no período de carnaval e São João); congressos diocesanos, sob a presidência dos Srs. Bispos; participação nas grandes peregrinações católicas, principalmente Roma e Lourdes; participação das Noelistas nos grandes movimentos católicos. Estes encontros eram realizados, de forma interestadual, regional ou nacional e se faziam necessários para incentivar o crescimento intelectual, espiritual e principalmente para fortalecimento da doutrina católica e de sua influência perante a sociedade brasileira.

Em âmbito nacional, encontramos registros sobre congressos e convenções noelistas. O primeiro Congresso Noelista Nacional foi realizado na Bahia, nos dias de onze a quatorze de setembro de 1933, com o seguinte tema central: *As noelistas são como a presença de Deus, espalhada em todo lugar e em toda parte benéfica*. O segundo, seis anos depois, foi realizado, no Rio de Janeiro, entre os dias 8 a 9 de setembro de 1939, com o tema: *As noelistas, servas da presença de Deus*. Já o terceiro congresso, cujo tema foi: *O Noel e a Eucaristia*, também foi realizado, no Rio de Janeiro, nos dias dezesseis a dezenove de setembro do ano de 1942. E *O Noel e a Maria Santíssima. A mulher: na família, na sociedade, na vida noelista*, foi o tema abordado no quarto congresso, realizado no Rio Grande do Sul, nos dias vinte e seis e vinte e sete de outubro de 1948.

Já a primeira Convenção Noelista Nacional, teve base comemorativa, pelo quadragésimo aniversário do Noel no Brasil e foi realizada, entre os dias vinte e oito a trinta de maio de 1954, abordando os seguintes temas: I- A mística do Noel, II- O método educativo e III- O apostolado Noelista. A segunda convenção foi no ano de 1958, entre os dias vinte e dois a vinte e cinco de março, com os temas: I- Estrutura apostólica do Noel, II- Situação apostólica do Noel e III- Atuação apostólica do Noel. E a terceira, entre os dias vinte e dois a vinte e cinco de março de 1962, trouxe a Mística da Encarnação para o debate: I- Mística de valorização, II- Mística Missionária e III- Mística de Unidade. As três convenções citadas foram realizadas, na cidade de Recife/PE, berço do noel brasileiro. Tanto nos congressos quanto nas convenções houve a presença de representantes do núcleo paraibano.

Em relação às reuniões locais, realizadas pelos núcleos, o que nos chama atenção é que, além da preocupação com o trabalho intelectual, as mulheres noelistas, nestes encontros, dedicavam-se a confeccionar, de próprio punho, itens para serem doados aos necessitados que atendiam. “Enquanto se procedia a sessão iam as noelistas realizando trabalhos manuais de costura para os pobres”. (Ata do Núcleo Noelista, outubro de 1931). Esta prática era incentivada e vinha descrita em algumas publicações do movimento, como podemos verificar na nota escrita pela Presidente Nacional do Noel Português intitulada: *Noelismo - Movimento de exigência*: [...] “o Noelismo tenta (ou deve tentar), por todos os meios formar uma escola, ou seja, formar cristãs que queiram dar tudo e pôr a render totalmente os “talentos” que de Deus receberam”. (Vida Noelista, 1963, p. 3)

As noelistas paraibanas, além da realização dos trabalhos, saiam em busca da matéria prima para a costura: “A presidente fez um apelo a todas as noelistas para que não se descuidassem de angariar no comercio local, retalhos e ofertas para o natal dos pobres” [...] (Ata do Núcleo Noelista, setembro de 1931). E estes registros relacionados aos trabalhos manuais executados, durante os encontros, sempre apareciam nas atas de reunião, [...] “enquanto se procedia a sessão iam as noelistas, confeccionando o enxovalzinho para ser oferecido à maternidade” (Ata do Núcleo Noelista, maio de 1932).

No *Pequeno Catecismo Noelista* (1935), estas atividades estão descritas como as obras preferidas delas:

Obras de ensino: catecismo, professorado, propaganda da bôa imprensa.
 Obras de assistencia á Infancia: enxovals, crèches, jardins de infancia, arvores de natal, patronatos, etc. Subscrições de interesse religioso e social; obulo de São pedro, basilica de Montmartre e santuarios nacionais, doentes de Lourdes, socorros aos sem trabalho, etc.

Estas obras, algumas vezes, repercutiram na imprensa, algumas delas foram reportadas pelo jornal *A União* como esta intitulada “Para os flagellados”:

O “Centro Noelista” offereceu os seus serviços á Comissão de Abastecimento aos Flagellados, tendo comparecido, hontem, ao Gabinete do sr. prefeito Borja Peregrino, as senhoritas: Marietta Cunha, secretaria; Carmen Coêlho e Gerry Barreto. Para a devida confecção foram remettidos ao Centro: 34 retalhos de brim, 10 peças de algodão e 34 retalhos para vestidos de senhoras e crianças (A União 24 de maio de 1932).

Outra ação das noelistas, neste mesmo ano, também foi noticiada pelo jornal: “O Nucleo Noelista desta capital promoverá amanhã a “Festa dos pobres” que constará da distribuição de generos alimenticios e roupas aos necessitados”. (A União 27 de novembro de 1932). Este espírito de caridade faz parte da base noelista, conforme indicado pela União Noelista Francesa:

A verdadeira noelista deve ser como o bom samaritano do Evangelho: atento ao irmão que cruza o seu caminho, não fica indiferente à sua miséria, ao seu abandono (espiritual, moral e físico), sai do seu comodismo e mesmo do seu caminho já traçado, e vai em seu socorro (Vida Noelista, 1963, p.6).

Mas o que essas atividades nos mostram é que as mulheres, mesmo participando de instituições religiosas/sociais, ainda eram direcionadas a realizar tarefas como se fossem uma extensão da casa, do ambiente doméstico. Segundo Perrot (2007, p. 109) “As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado”. E ainda reforça que “as sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível” (*Ibid*).

Reconhecemos que, neste período, ainda havia alguns limites em relação aos ambientes onde as mulheres poderiam frequentar, “agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto” (Perrot, 2007, p. 146). Isto também em relação ao trabalho, poucas eram as funções que elas estavam “autorizadas” a exercer fora de casa, tendo em vista que “as características construídas pela moral cristã e atribuídas ao feminino são aquelas necessárias ao cuidado do lar, da família e do bom desempenho da maternidade” (Tedeschi, 2012, p. 74).

Vale ressaltar, que esta realidade era diferente para as mulheres a depender da sua classe social, pois as burguesas tinham o aparato de uma criadagem ao seu dispor, diferente das mulheres pobres, pois, muitas delas exerciam atividades fora do ambiente doméstico, devido às necessidades econômicas.

Nas atividades realizadas pelas noelistas, o recurso financeiro para custear as obras segundo o *Pequeno Catecismo Noelista* (1935, s/p) deveria ser: “1º Com o trabalho de suas mãos: é uma tradição. 2º Estendendo a mão: coletas, venda de flôres azuis, vendas de caridade, festivais, etc. 3º Impondo-se sacrifícios para prover o Cofre Noel particular ou a Caixa do Nucleo”.

No livro de tesouraria e nas atas do núcleo paraibano, verificamos que as noelistas faziam arrecadação de mensalidade, e buscavam vários meios de conseguir os recursos necessários para manter as obras de assistência e caridade. Pelos registros, nota-se que, na maioria das vezes, quem liderava a organização das ações de arrecadação era Carmen Coelho:

A Vice-presidente determinou que a Secretaria enviasse uma circular as casas commerciaes: Silva Cunha e A Imperial com o fim de lembra-las da promessa que fizeram de remeter retalhos, mensalmente, á Sociedade Noelista, destinados á confecção de roupas para os necessitados (Ata do Núcleo Noelista, fevereiro de 1932).

E as arrecadações não ficavam apenas no pedido de uma circular, elas organizavam grupos para buscar as doações, conforme indicado em ata: “Foi designada a primeira commissão para ir ao commercio angariar retalhos para o Natal dos Pobres” (Ata do Núcleo Noelista, setembro de 1932). A noelistas paraibanas atendiam uma diversidade de pessoas necessitadas e suas atividades assistenciais não se limitavam ao período de fim de ano. Vimos que elas tinham programações para o ano todo, mas davam muita ênfase às comemorações pascais e natalinas, nas quais beneficiam crianças, operários, homens e mulheres carentes, inclusive doentes em leitos de hospital e encarcerados.

Na ata de dezembro de 1933, encontramos a descrição de ações efetivadas naquele final de ano: “Distribuimos 500 objectos, entre roupas, sapatos, generos, chocolate, etc. Entregamos também 50.000 a uma pobre viúva desamparada, afim de auxiliar-a na compra de uma casa”. E a cada ano, elas realizavam diferentes estratégias a fim de arrecadar recursos ou donativos para as pessoas assistidas conforme registro: “discutiu-se as possibilidades dos meios para um “jogo de futebol” - o que mais interessa nossa gente no mundo de diversões” (Ata do Núcleo Noelista, agosto de 1938).

Na publicação *Vida Noelista*, em seu exemplar de número quinze, vimos uma discussão intitulada *Os cristãos e a pobreza*, que retrata o dever social das participantes do movimento perante a miséria:

Espera-se e deseja-se, sinceramente, anular a distância que insensivelmente foi-se alargando entre ricos e pobres. Aos leigos do meio independente cabe a grave responsabilidade de refletir seriamente sobre o problema da pobreza. Consideramos os pobres nossos irmãos? Deus não excluiu os ricos do seu amor. Mostrou-lhes, porém, no Evangelho, de maneira bastante explícita, os

seus deveres com os pobres. Sistematizamos êsses deveres. Em primeiro lugar o respeito à pobreza, a preocupação com o pobre. Depois, a participação na caridade organizada, já que as iniciativas individuais não poderão suprir as necessidades dos que precisam de auxílio (Vida Noelista, 1964, p.5).

Estas discussões sobre a pobreza e o exercício da caridade sempre eram retomadas nas publicações, afinal, a caridade fazia parte da base da obra noelista. Portanto, conforme o discurso da Igreja, as mulheres do movimento noelista deveriam prezar pela família e por uma vida devotada a Deus, “o apostolado essencial da noelista é o do meio, isto é, sua família, meio social, profissional, etc” (Vida Noelista, 1963, p. 2).

Fora do ambiente doméstico, através das atividades do núcleo, deveriam exercer atividades de catequese e trabalhos assistenciais: “o trabalho! A lei do trabalho não é um sofrimento, mas uma honra sobretudo. Empregai vossas fôrças vivas e novas na vossa formação humana e religiosa” (*Idem*, 1962, p. 1). Neste sentido, as noelistas também foram fundamentais no processo de reprodução dos valores e preceitos cristãos, já que segundo as palavras de Nouvelet:

Não entrastes para êste movimento para seguir, mas para arrastar; não para serdes parasitas, mas para dar: não sois noelistas por amadorismo, mas por convicção e zêlo. Não sois intelectuais imobilizadas nas idéias e na cultura. Sois voluntárias da ação sob o pensamento de um coração comovido ante a miséria “Do Mundo sem alma” (Vida Noelista, 1962, p.1).

Portanto, as mulheres noelistas deveriam ter uma vida pessoal e social, de acordo com o que estava estabelecido na doutrina católica, estar consciente das suas responsabilidades e do exercício do seu apostolado dentro núcleo, em vista disso, a atuação delas foi também importante para o processo de expansão e perpetuação da doutrina da Igreja Católica perante a sociedade da época. “A noelista é uma cristã com uma responsabilidade maior perante Deus e a Igreja, porque escolheu um movimento que quer ser escol e nos dá meios de o sermos - se queremos” (Vida Noelista, 1965, p.5).

3.3 INTELECTUAL CATÓLICA: A ATUAÇÃO DE CARMEN COELHO NO NÚCLEO NOELISTA DA PARAÍBA

O contexto de criação do núcleo paraibano, está ligado a um período de diferentes transformações e embates sociais e culturais, principalmente no âmbito da política local. Trazendo como foco o início da década de 1930, o contexto paraibano encontrava-se instável e cheio de tensões, advindas das medidas implementadas pelo governo de João Pessoa Cavalcante de Albuquerque. Ocorreram algumas crises instauradas no seu mandato, além da grande problemática e movimentação político-social ocasionada pelo seu assassinato.

Em relação a este período, percebemos que Carmen Coelho denota apoio ao governo de João Pessoa, pois, seus escritos deixam margem para esta interpretação. No livro didático, quando se reporta ao governo paraibano, entre os anos de 1928 - 1930, lista os feitos do político, desde sua posse e aponta que o estado da Paraíba foi considerado como “A Bélgica Brasileira”. Enfatiza ainda que “estas realizações foram feitas em um ano e nove meses. Nenhum Governador fez tanto pela Paraíba como João Pessoa, por isto, o seu povo o idolatrava” (Freire, 1985, p.159). A autora retrata que o assassinato do político foi uma clara manifestação de rivalidade:

O Presidente João Pessoa cumpria seu dever governando com honestidade e administrando os bens públicos, por isso desgostou a muitos que lhe não mediam hostilidades. A sua morte - por assassinato, a 26 de julho, na Confeitaria Glória, em Recife - foi um testemunho desta hostilidade. O seu assassino, João Dantas, advogado na Paraíba, vingou-se do Presidente João Pessoa, responsabilizando-o pela devassa nos seus documentos particulares em seu apartamento. [...] A morte do Presidente João Pessoa ecoou dolorosamente na Paraíba. [...] A massa do povo também velou o seu presidente. Espetáculo desta natureza nunca a Paraíba assistiu (Freire, 1985, p. 160).

A Revolução de 1930 movimentou todo o país, pois tivemos o fim da República Velha (1889-1930) e o início da Era Vargas, através de uma revolta armada e organizada pelas oligarquias dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Este golpe culminou na derrubada do então presidente Washington Luís, nesse sentido:

A Revolução de 1930 não foi um embate entre interesses agrários e industriais e nem mesmo fruto de uma discordia incontornável sobre a orientação da política econômica governamental, mas um conflito entre

frações da classe dominante pelo controle político do Estado (Bueno, 2007, p. 444).

O contexto dos pós 1930 marca uma era de urbanização e industrialização no país, período em que temos “o fim da hegemonia da burguesia cafeeira e o início de um período de grandes mudanças na ação do Estado, que se torna mais centralizado, intervencionista e orientado para a industrialização”. (Bueno, 2007, p. 445). A fundação do núcleo paraibano em 1931 se ambienta neste período de significativas transformações políticas e sociais conforme indica Gomes (2015, p.17):

[...] é um tempo de transformações e tensões políticas, sociais e culturais tanto no que se refere ao contexto estadual como o nacional, revelando um período de “ebolição” e “choque” entre gerações e mentalidades. Não é por acaso que o *Núcleo Noelista* investiu seus trabalhos no processo de evangelização e ‘resgate’ do mundo do pecado. [...] a igreja não aceitava os novos encaminhamentos modernos adotados pela sociedade.

Conforme discutimos anteriormente, neste mesmo período, a Igreja Católica estava mais próxima do Estado, mantendo uma relação de apoio mútuo, segundo Azzi (2006, p. 352):

Em termos institucionais, o período de três décadas compreendido entre 1920 e 1950 pode ser considerado como o mais expressivo para a Igreja, com um aumento de influência na sociedade, e realização de acordos e alianças com diversas nações.

No ano de fundação do Núcleo Noelista da Paraíba, Carmen Coelho estava com dezenove anos e prestes a concluir o curso de magistério no Colégio Nossa Senhora das Neves. Escola de rígida disciplina e moralização elementar para a perpetuação do conservadorismo elitista, “educação esta, disposta para o ensino feminino, dentro dos ditames de uma “preparação feminina” para as demandas instrucionais marcadamente modernas, especialmente face à feminização do magistério[.] (Silva e Santos, 2012, p.84).

Conforme discutido, no segundo capítulo, dona Carmita vem de um contexto de educação doméstica e escolarização católicas, portanto, são experiências formativas que, de algum modo, exercem influência na sua trajetória. No *Resumo Histórico das Atividades do Noel, na Paraíba*⁹³ (1956), o núcleo noelista paraibano é

⁹³ Resumo Histórico das Atividades do Noel, na Paraíba (1956), é um documento que se encontra disponível no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, e foi escrito por Maria Zélia Cavalcanti, a Mercês-Noel,

apresentado como o precursor do trabalho feminino no apostolado leigo da Ação Católica. E que: “as primeiras noelistas foram moças que se lançaram na sociedade com uma forma nova de cristianização, através do apostolado do meio” (Resumo Histórico das Atividades do Noel, na Paraíba, 1956). Segundo este mesmo resumo, o núcleo na Paraíba se originou, a partir das leituras do livro, *O Memento do Noel* e da apreciação do movimento que começava a se espalhar pelo Brasil, por iniciativa do então vigário de Campina Grande, José de Medeiros Delgado. As leituras eram realizadas na casa de D. Emerentina Coelho, “mãe de um sacerdote que se tornaria um dos principais protetores do Núcleo, o Exmo. Dom Carlos Coelho e da primeira noelista paraibana, Carmen Coelho. Seu lar foi, pois, o berço do Noel da Paraíba” (Resumo Histórico das Atividades do Noel, na Paraíba, 1956).

Vimos o registro da relação direta tanto de Carmen Coelho quanto de seus familiares com a fundação do Núcleo Noelista Paraibano, além do seu protagonismo no interior do movimento:

Carmita ainda jovem estudante entusiasmou-se pelo aspecto filantrópico que o Noel trazia, baseado, porém, no verdadeiro espírito de justiça e caridade cristã. Com sua natural sociabilidade falara às amigas sobre a novidade dessa associação (Resumo Histórico das Atividades do Noel, na Paraíba, 1956).

Carmen Coelho estava como membro, desde a fundação até o encerramento das atividades do núcleo na Paraíba, o que contempla quarenta e oito anos da sua vida dedicados ao movimento noelista. Neste sentido, o desenrolar de sua trajetória pessoal, profissional e intelectual se relaciona também com sua trajetória religiosa, pois atuou várias vezes, em grande parte desse tempo, em funções de liderança. Sendo de uma linhagem de clérigos da Igreja, e sabendo que a atuação das mulheres nesse preâmbulo é o recolhimento da vida comum para designar-se freira, percebemos que Carmen Coelho desenvolveu sua trajetória cristã como integrante e dirigente de um importante movimento feminino católico. Portanto, “pertencer à Igreja era o mesmo que passar a se movimentar num cenário privilegiado, infenso às prosaicas determinações econômicas e às injunções política mais reles” (Miceli, 2009, p.130).

no ano de 1956 e apresentado para o Bispo da Arquidiocese da Paraíba, para União Noelista Brasileira, para as noelistas paraibanas e público em geral.

Pelos registros encontrados nas atas, ela transitou pela presidência e vice-presidência do núcleo, durante mais de vinte anos, a última eleição registrada em ata foi no ano de 1973, quando Carmen Coelho foi nomeada como Presidente diocesana. Isso nos leva a perceber que boa parte de sua trajetória esteve intrinsecamente ligada à atuação no interior do Núcleo Noelista da Paraíba.

Na fundação do núcleo paraibano, a primeira presidente foi Zulmira Gouveia, que adotou o pseudônimo de *Arco-íris* e Carmen Coelho, a *Tabajara Noel* ficou como vice-presidente. A nossa protagonista se mostrava diligente em relação às atividades da instituição e, ao longo das atas de reuniões, verificamos diversos registros de seus posicionamentos e ideias para funcionamento e manutenção do núcleo:

A vice-presidente prelecionou sobre os fins do Noel, mostrando os deveres das noelistas na família, na sociedade e para a união noelista [...] Tabajara Noel nos mostrou o quanto é importante olhar para a sociedade e para nós e fazer o bem, a salvação e a oração juntamente com a caridade (Ata do Núcleo Noelista, outubro de 1931).

Carmen Coelho participava ativamente como vice-presidente, além de conduzir as reuniões e as atividades sempre que a presidente se encontrava ausente. Além das preocupações com a fraternidade, a caridade e demais debates que faziam parte da filosofia noelista, percebemos o interesse pelas questões educativas e disseminação dos dogmas católicos, a partir desse viés. Carmen Coelho recém formada no curso de magistério, mostrava interesse pelo ensino noturno, no qual, teria espaço para inserção do ensino religioso:

A Vice-Presidente dissertou longamente sobre a fundação de uma escola noturna tendo como principal objetivo o ensino religioso, e fez vários inúmeros e benefícios resultados que adveriam desta obra de grande significação moral e cristã. Tabajara-Noel declarou que a solução deste importante assunto, ficava transferida para a próxima sessão, por não estarem presentes todas as noelistas, pois, era mister, que cada noelista se compromettesse a lecionar um tempo determinado durante o ano a fim de que a escola tivesse o concurso de todos os membros desta sociedade de beneficência (Ata do Núcleo Noelista, fevereiro de 1932).

Outra demanda discutida e organizada pelas noelistas era ministrar as aulas de catecismo nas comunidades carentes, o esforço pela cristianização dos povos era uma preocupação da Igreja e, por consequência, das mulheres do Noel também, como nos mostra o registro da ata de março de 1932:

A Presidente palestrou longamente sobre os benefícios que emanariam da organização de aulas ambulantes de catecismo, ministradas nos bairros mais pobres e por conseguinte, nos mais afastados, onde as crianças são as mais esquecidas, quer dos socorros moraes e christãos, e que seria tambem de grande efficacia, a reunião de crianças nas residencias das noelsitas com o fim de inicia-las no conhecimento dos Principais Dogmas da nossa santa Religião e preparal-as para a recepção do Pão Divino (Ata do Núcleo Noelista, março de 1932).

Ao pesquisar o jornal *A União*, no ano de 1932, vimos que o contexto da educação paraibana passava por mudanças, enquanto a nível nacional acontecia a 4^a Conferência Nacional de Educação para discussão de um plano nacional, aqui estava havendo a extinção do ensino municipal e a instrução pública, ficando a cargo da administração do Estado. Segundo o comunicado da seção de estatística sobre o ensino primário na Paraíba, estavam “abolindo o ensino municipal, cujo nível estava depreciado por factores diversos, inclusive a incompetencia da maioria dos preceptores” (*A União*, 29 de janeiro de 1932).

Sob o comando do Interventor Antenor Navarro, a instrução pública passou por uma significativa reforma, “estabeleceu a Diretoria do Ensino Primário. Extinguiu as taxas de ensino, criou as Caixas Escolares [...] Unificou o ensino primário extinguindo as escolas municipais” (Freire, 1985, p. 169). O jornal *A União* também noticiou a reforma e que estava sendo criado

[...] centenas de escolas rudimentares e submetendo a concursos candidatos ao se preenchimento. Urgia também a construção de predios modernos, dotados de conforto e que satisfizesse os modernos preceitos pedagogicos. Para que a Parahyba tenha sciencia do que o chefe do governo vem fazendo em beneficio do ensino primario, basta saber que estão em andamento, no interior, os trabalhos de edificação de vinte grupos escolares (*A União*, 06 de fevereiro de 1932).

Mesmo não sendo mais a responsável pela educação formal, desde a ruptura com o Estado, a Igreja buscava formas de se manter nesta área, portanto, no viés da formalidade, ela se desenvolveu através dos colégios católicos e “de maneira informal, através da instrução moralizadora dos costumes, realizada pelo clero cotidianamente e nos momentos especiais de congraçamento dos fiéis” (Ferreira, 2016, p.132). Riolando Azzi afirma que:

Os religiosos educadores foram os que sentiram a necessidade de uma presença mais expressiva na sociedade burguesa. Seus estabelecimentos educacionais constituíram o espaço onde se realizou um pacto concreto entre Igreja, Estado e Sociedade. Na América Latina, a maioria dos Estados passou

a admitir o ensino confessional, por meio do qual a instituição eclesiástica conseguiu promover seus valores religiosos e morais. Em contrapartida, ao reconhecer oficialmente as escolas católicas, o governo exigiu que nelas fossem também apregoados os deveres de civismo (Azzi, 2006, p. 355-356).

Em 1931, a Igreja brasileira, através de representantes do Centro Dom Vital, entrega ao Ministro da Educação um projeto de decreto que solicitava a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas. O decreto passou por algumas modificações, mas foi promulgado e o ensino religioso foi reintroduzido no ensino primário, secundário e normal de todo o país e só seria dispensado das aulas aqueles alunos, cujos pais fizessem a requisição no momento da matrícula. (Horta, 1993). E ainda:

A elaboração dos programas de ensino religioso e a escolha dos manuais seriam de responsabilidade das autoridades religiosas. A elas caberia também designar os professores e vigiá-los, no que se referisse a doutrina e a moral. Para que o ensino religioso fosse ministrado em um estabelecimento oficial era necessário que pelo menos 20 alunos se dispusessem a recebê-lo. [...] Assim, na prática, o ensino religioso equivalia a ensino da religião católica (Horta, 1993, p. 70)

Neste sentido, fazia parte das atividades do Núcleo Noelista paraibano o ensino do catecismo para crianças, jovens e até adultos encarcerados, ou seja, a disseminação do catolicismo em espaços educativos formais e informais. “Ficou definitivamente acertado que as noelistas professoras, ensinarão o Catecismo nas suas classes e as que não o são, no Grupo Escolar Feliciano Dourado”. (Ata do Núcleo Noelista abril de 1940). Na ata de junho de 1936, aparece o registro sobre aulas de catecismo, no grupo Isabel Maria das Neves, vale salientar que esta escola foi uma das primeiras instituições onde Carmen Coelho exerceu o magistério.

Na década de 1940, a formação religiosa das noelistas para continuar a obra de catequização foi intensificada, “temos tido aulas de catecismo, dadas pelo Pe. Evaldo, todos os sábados, com exceção do 1º sábado, que é o dia da reunião ordinária as 4 horas da tarde [...] Tem havido com regularidade o retiro mensal, pregado pelo Pe. Carlos Coelho” (Ata do Núcleo Noelista, abril de 1941).

O catecismo liderado pelas noelistas paraibanas alcançou vários públicos, em diferentes espaços: “Foram reiniciadas na Cadeia Pública, as aulas de catecismo ministradas pelo Pe. Manoel Pereira, auxiliado por “Tabajara, a cujo esforço se deve a iniciativa deste e de muitos outros empreendimentos”. (Ata do Núcleo Noelista, Maio de 1941). Neste registro, fica evidente que Carmen Coelho geralmente conduzia as atividades, realizadas pelo núcleo paraibano, dito isso, pelas informações adquiridas

nos documentos, só em junho do ano de 1956, encerraram-se as atividades de catequese, realizadas pelas noelistas, totalizando vinte e cinco anos de dedicação a esta obra.

Conforme mencionado, no ano de 1933, aconteceu o primeiro Congresso Noelista Nacional e Carmen Coelho já como presidente do núcleo paraibano, esteve presente no evento, conforme noticiado no jornal *A Imprensa* de vinte e seis de setembro de 1933. A nota intitulada “Senhorinha Carmita Coêlho”, apresenta:

De regresso da capital baiana, onde fora representar as noelistas da Paraíba, volveu ante ontem, a prendada senhorita, professora Carmita Coêlho, presidente do Noelismo nesta capital e elemento destacado da sociedade pessoense. <<A Imprensa>>, apresenta a leader do noelismo em nossa terra, os cumprimentos de boas-vindas (A Imprensa, 26 de setembro de 1933).

Nesta mesma publicação, encontramos uma nota nomeada “Dr. José V. Coêlho” que fazia referência à estadia desse juiz do Recife e presidente do Conselho Estadual das Uniões de Moços Católicos de Pernambuco, na cidade de João Pessoa, para visitar a família. No entanto, sabemos, conforme exposto no segundo capítulo, que nesse período, o jornal era dirigido pelo padre Carlos Coêlho, irmão de Carmen Coelho e José Vieira, o que nos remete a pensar que a divulgação de atividades desses representantes de instituições católicas, nesta publicação, pode estar além da institucionalidade, e também fazer parte de uma rede de interesse ao enaltecimento sócio cultural do nome e dos membros da família. Conforme ressalta Miceli (2009, p.162) “[...] os laços familiares e corporativos desempenham um papel crucial nas estratégias de acumulação e reprodução das diversas frações dirigentes”.

No período que compreende as décadas de 1930 e 1940, Carmen Coelho precisou relacionar suas atividades profissionais com suas funções no interior do Núcleo Noelista. Recém formada, já no ano de 1933, começou sua carreira docente no Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, e lá ficou por um período de sete anos. Em 1940, foi removida para o Grupo Escolar D. Pedro II, mas, dezessete dias depois, saiu uma nova nomeação para exercer o cargo de professora auxiliar de História da Civilização no Liceu Paraibano. Neste mesmo ano, saiu efetivamente sua exoneração do Magistério Público Primário, ficando até a sua aposentadoria como docente no ensino secundário. E também, assumiu a disciplina de História no Colégio Lourdinhas.

Concomitante ao núcleo, as noelistas fundaram A Associação de Santa Zita, em 1933, que se destina à assistência doméstica entendida como a maior obra

organizada pelo núcleo paraibano. Percebemos que além de ser uma obra para caridade, havia a pretensão de disseminação da doutrina católica:

Vós sabeis melhor do que eu da necessidade hoje em dia de domésticas de bons hábitos nos seios das famílias. Quanta perdição muitas vezes entra nos lares através da influência perniciosa de más empregadas. As Zitas se destacam pela integridade de suas ações, pelo senso de responsabilidade de seus deveres. No último decênio o Noel começou a pensar e a sentir mais de perto os graves problemas dessa classe, os seus sofrimentos. Zitas que passam a vida inteira servindo de domicílio em domicílio de repente assaltadas pela doença caem em hospitais completamente desamparadas. Zitas que perdem a saúde, a vida no próprio trabalho e morrem no mais completo abandono (Resumo Histórico das Atividades do Noel, na Paraíba, 1956).

A associação, em sua formação original, já não estava mais dando conta das atividades pretendidas pelas noelistas, com isso, colocaram em prática um projeto de ampliação dessa obra que teve o nome de *Casa da Empregada Doméstica de Santa Zita*. Elas foram em busca de apoio, e no ano de 1951, a casa obteve sua sede própria, fruto da doação do então governador da Paraíba na época, José Américo de Almeida:

Depois de alguns meses lembrou-se de um Pavilhão no ex-campo de aviação pertencente ao Aero-clube. Requisitou-a fazendo imediatamente o decreto de doação para o nosso Núcleo, dispensando-nos ainda a verba estadual de CR\$ 50.000,00 para a adaptação conveniente às exigências da casa (Resumo Histórico das Atividades do Noel, na Paraíba, 1956).

Esta instituição tinha por objetivo dar formação e abrigo às moças que vinham do interior em busca de emprego e encontravam ali um espaço de apoio onde podiam contar com instrução escolar, moral e religiosa. “Tem abrigo para tôdas as domésticas sem emprêgo. Recebem elas o preparo profissional para novo atendimento de acordo com a Agência de Emprêgos, a qual funciona na mesma casa” (Projeto de Centro de Treinamento da Empregada Doméstica [1950?]).

A instituição dispunha de reuniões mensais para disseminação de assuntos relativos à espiritualidade e à intelectualidade. Além de:

Cursos de alfabetização: Será feito o trabalho de matrícula nos cursos noturnos, dos programas do plano do ABC dos bairros e na própria Casa das Domésticas. Preparo culinário: Que corresponde a realidade econômica da família paraibana. Ensinar a doméstica a aplicação de conhecimentos técnicos adquiridos através de cursos no sentido de melhorar a alimentação, contribuindo para economia da família. Preparo das Artes Domésticas: cozinheiras, arrumadeiras, babás, governantas, lavadeiras, engomadeiras, grupos de serviço externo, trabalho por hora, etc. (Projeto de Centro de Treinamento da Empregada Doméstica [1950?]).

Neste espaço, também estava disposto um acervo de livros e suprimentos para desenvolver uma formação cultural e social com base nos preceitos noelistas. Nos documentos, é possível perceber as mediações e as estratégias de Carmen Coelho para fundar e manter a Casa de Santa Zita, ao longo dos anos, pois, pelo número de mulheres atendidas e pelas demandas diárias, não havia como esta instituição perdurar sem que houvesse diferentes formas para captação de recursos.

Neste sentido, visualizamos nas fontes que Carmen Coelho não mediu esforços para manter o trabalho social em funcionamento, organizava eventos para socialização das integrantes e alguns para arrecadação de fundos em prol da Casa,退iros, palestras, cursos de formação, a fim de amparar as moças e as mulheres que estavam em busca de vagas como empregadas domésticas na capital.

Tabajara falou que cada noelista deveria contribuir com qualquer coisa afim de auxiliar o café das empregadas após o retiro [...] propôz também que nos em grupos de três, fossemos convidar as empregadas pelas ruas da cidade para fazerem o dito retiro que teria lugar na igreja do Carmo, pregado pelo padre Antonio Costa (Ata do Núcleo Noelista, setembro de 1935).

O Núcleo Noelista paraibano chegou ao fim, na década de 1970, mas, resistiu a muitos momentos e movimentos da história social e política, encerrou suas atividades principalmente por falta de mulheres interessadas em integrar o movimento, em relação a nossa protagonista, Costa (2015, p.68) afirma que “Dentre as associadas que mais contribuíram com o núcleo paraibano, destaca-se a Professora Carmen Coelho, que o presidiu muitas vezes, direcionando o movimento noelista na Paraíba”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres nem sempre estiveram presentes nas narrativas da história, contudo, as novas perspectivas historiográficas abrem espaço para a investigação de suas trajetórias e contribuições sociais através do tempo. Mesmo com essa abertura de olhares em relação às mulheres, percebemos que ao tratar do ser intelectual, grande parte dos estudos privilegiava a figura masculina. Nesse sentido, percebemos a necessidade de trazer para o centro das discussões e das pesquisas historiográficas a trajetória de mulheres intelectuais que se destacaram em sua área de atuação e que tiveram suas histórias marginalizadas ao longo do tempo.

Seguindo essa perspectiva, trouxemos nesse estudo a trajetória intelectual da educadora Carmem Coelho de Miranda Freire, a partir de vários ambientes e diferentes espaços de sociabilidade por ela transitados, dando ênfase à sua formação e à atuação, enquanto intelectual católica, no interior do Núcleo Noelista da Paraíba. No que se refere ao ser intelectual, percebemos como as dinâmicas de formação e atuação da protagonista dessa pesquisa estão imbricadas com este conceito. O que justifica isso é sua prática docente, suas atividades de pesquisa e autoria de livros; de formação, atuação e reprodução da doutrina católica, ou seja, “responsável pela constituição da chamada cultura erudita, alta cultura, ou também identificado de forma coletiva como integrante de grupos inovadores e movimentos de vanguarda”. (Gomes e Hansen, 2016, p.13).

Contudo, não podemos deixar de destacar o local de privilégio em que ela se encontrava, tendo em vista que fazia parte de uma descendência familiar bem situada socialmente e que manteve boas relações no âmbito religioso, político e social, tanto a nível local, quanto nacional.

Nos caminhos de formação e docência, vimos que seus pais e tios atuavam na esfera educacional e política da época, o que favorece seus acessos as instituições. Na fundação do Núcleo Noelista da Paraíba, a casa da sua mãe foi o local da primeira reunião e a posição sacerdotal do seu tio D. Moisés e seu irmão D. Carlos, formam elos para entrada e atuação de Carmem Coelho. As fontes nos levam a interpretar que suas ações e percepções diante desse processo eram voluntárias e que ela mesma buscou seu crescimento e desenvolvimento dentro do núcleo, mesmo assim, pela configuração de fundação do núcleo e do perfil preestabelecido para fazer parte

dele, estamos certos que seu contexto familiar é uma ponte para seu percurso nesse ambiente, o que corrobora com nossa argumentação. Ainda nessa perspectiva, temos seus irmãos Moisés Coelho e D. Carlos que estiveram como diretores do jornal *A Imprensa*, meio de principal comunicação da comunidade católica e do Núcleo Noelista da Paraíba naquela época.

Docência, dogmas católicos e ainda a atuação como pesquisadora e sócia do IHGP; conforme discutido, existe um processo de entrada onde entre as exigências, é preciso apresentar requerimento firmado por três associados efetivos, nesse sentido, nos deparamos mais uma vez com o nome de seu irmão D. Carlos Coelho, patrono da cadeira nº 29, a mesma que Carmem Coelho ocupou. Portanto, percebemos que o contexto, ao qual pertencia, foi propício para o encaminhamento de suas escolhas, tendo em vista que, naquele período, as relações sociais estavam fortemente ligadas a questões como origem familiar, status e apadrinhamentos.

Mesmo sendo uma mulher atuante em vários contextos, entre eles seu pioneirismo como noelista na Paraíba, vimos que seu nome e suas ações não obtiveram destaque como as de seus parentes homens. Isso nos leva a refletir que essa configuração está relacionada ao prestígio que envolvia as funções eclesiásticas, as atividades políticas e também pelo fato de que os olhares para os papéis desempenhados pelas mulheres não eram evidenciados naquela época, podendo as pesquisas atuais perceber essas lacunas e trazer tanto as figuras femininas como suas trajetórias para o centro das discussões.

Carmen Coelho de Miranda Freire, através de sua formação no magistério, praticou à docência em renomadas instituições da capital paraibana, contudo, sua atuação não se limita à ambientes escolares, ela se insere em outros espaços, como o IHGP, onde exerceu atividades de pesquisa historiográficas que culminou na autoria de obras que evidenciam a história da Paraíba; e o Núcleo Noelista da Paraíba, espaço dedicado às mulheres para o culto ideológico e prática do catolicismo. Apesar de serem instituições com objetivos diferentes, estas, enviesavam o aspecto educativo e assistencial apreendidos na base do curso normal da época.

Ao estudar os vestígios da trajetória da educadora, foi possível visualizar o dinamismo de Carmen Coelho nos caminhos que percorreu e, ainda, podemos destacar sua expertise ao deixar evidências documentais das atividades que realizou. O que corrobora essa afirmação é a conservação dos documentos de fundação e funcionamento do Núcleo Noelista da Paraíba e da Casa de Santa Zita, além da

iniciativa que ela teve em doar esses registros para a arquidiocese paraibana. Nesse sentido Gomes e Hansen (2016, p.9) afirmam:

Isso pode ocorrer igualmente em grupos sociais de várias naturezas, nos quais indivíduos se dedicam a “colecionar” objetos e produzir relatos memoriais, escritos ou registrados em outro suporte, com alguma circulação entre o grupo, além de certa permanência no tempo.

Nessa direção, as atividades intelectuais de Carmen Coelho que apontamos ao longo da pesquisa, se relacionam com o conceito apontado por Gomes e Hansen (2016, p.9) de intelectual mediadora, ou mediadora cultural, tendo em vista que “mediadores culturais podem ser identificados nos leitores, contadores de histórias, guias de instituições, pais e outros agentes educadores encarregados da socialização de crianças e jovens em diversas situações.”

A partir desse estudo, reconhecemos que Carmen Coelho foi uma mulher que não se limitou ao ambiente doméstico, mas também não esteve ligada ao feminismo que movimentava o contexto paraibano e nacional da década de 1930. Nas pistas encontradas, interpretamos o seu perfil mais voltado para práticas conservadoras, buscando relacionar suas ações com os preceitos católicos que colocava em prática. Em uma de suas matérias publicadas no jornal, escreveu: “Que é o catolicismo senão a maior pedagogia, a grande escola, a educação, isto é a elevação, a ascenção do homem para Jesus Cristo; para entre Jesus de quem S. Paulo dizia que era a sua única ciência...” (A Imprensa, 1933).

Nesse sentido, sua trajetória intelectual estava imbricada com os dogmas da Igreja, e o fato de estar ligada ao Núcleo Noelista da Paraíba, desde sua fundação, até o encerramento das atividades, só corrobora ainda mais isso. “O Noel nesse trabalho de educação tem ânsias de atingir a todos de salvar a todos, ele vive transbordando a sua vida...” (A Imprensa, 1933).

Portanto, vimos que o ideário católico defendido, vivido e reproduzido por Carmen Coelho, esteve presente, ao longo de sua trajetória intelectual, o que corrobora com essa afirmação são seus escritos que utilizamos como fonte a fim de trazer o viés interpretativo a partir das práticas de escrita dela.

Mesmo com todos os esforços para trazer, nesta pesquisa, toda a trajetória intelectual da educadora, percebemos que ainda existem algumas perspectivas de estudo que merecem maiores reflexões teóricas e metodológicas. Tendo em vista que,

na pesquisa realizada no mestrado, fizemos um estudo biográfico fundamentado na Nova História Cultural que apresentou aspectos da vida e apontou as práticas educativas e de escrita de Carmen Coelho. Nesta tese, apresentamos a trajetória dela, fundamentada na história intelectual e dos intelectuais, das mulheres, utilizando o método documental a partir da interpretação das fontes. Dentro dessa esfera, foi possível situá-la como intelectual, o que nos conduziu às discussões das categorias de intelectual, intelectual católica, intelectual mediadora, mediadora cultural, além de redes de sociabilidades, tendo em vista as dinâmicas sociais que estavam imbricadas na sua trajetória.

Mesmo trazendo as repercussões da sua obra de genealogia, tendo em vista a importância da sua utilização como fonte nesta pesquisa ainda tem algumas obras de Carmen Coelho que podem estar sendo utilizadas como fonte histórica ou até mesmo objeto de pesquisas futuras, como por exemplo, debruçar-se no contexto de escrita e repercussões de suas obras didáticas, além de investigar o uso desses livros, nas escolas da época, tendo em vista que “o passado não é conservador, mas é objeto de uma reconstrução sempre recomeçada” (Rocha, 1998, p. 100), e ainda, que “a pesquisa é dinâmica sem fim.”

REFERÊNCIAS

- AGUIRRES ROJAS, Carlos Antonio. A Historiografia no século XX: História e Historiadores entre 1848 e... 2025. Tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Idéias para um programa de História Intelectual*. Tradução de Norberto Guarinello. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1. Junho de 2007.
- ALVES, C. *Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação*. *Educação e Filosofia, Uberlândia*, v. 33, n. 67, p. 27–55, 2019. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v33n67a2019-47879. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- ARAÚJO, Edinaura Almeida de. Trajetória Histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes-Cajazeiras-PB (1928-1961). Tese de Doutorado. PPGE/UFPB, 2020.
- ARMITAGE, David. “A virada internacional na História Intelectual”. Traduzido por Fábio Sapragonas Andrioni. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 1-15. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 06/03/2023.
- AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil (1920-1930). São Paulo, Loyola, 1977.
- _____. (2006). O Concílio Vaticano II no contexto da Igreja e do mundo: uma perspectiva histórica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 66(262), 337–369. <https://doi.org/10.29386/reb.v66i262.1587>
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. 2^aed.
- BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e Interpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Tradução por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003. In: OLIVEIRA, N.C. de; Netto, D. C.; VIEIRA, Andreza da Silva. “Trajetória intelectual: contribuições na perspectiva bourdieusiana”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 11, pp. 94-110. 2021. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em: 16/11/2022.
- BORGES, V. P. O que é História. São Paulo. Editora: Brasiliense, 1994.

- BORN, Claudia. *Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos*. Sociologias [online]. 2001, n. 5 [Acessado 4 janeiro 2023], pp. 240-265. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222001000100011>>. Epub 14 Dez 2004. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222001000100011>.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: lembrança de velhos. TAO: São Paulo, 1983.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
 _____, Pierre. *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. Lisboa: Presença, 1996.
- _____. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *Questões de sociologia*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de século edições, sociedade Unipessoal, 2003.
- _____. *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *O senso prático*. Tradução de Maroa Ferreira. Petrópolis -RJ: Vozes, 2009.
- BUENO, Alexandra Padilha. *Mariana Coelho: educação e emancipação feminina*. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky; OSINSK, Dulce Regina Baggio (orgs.). História Intelectual e Educação: trajetórias, impressos e eventos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- BURITY, Luís Mário Dantas. *José Américo de Almeida, da infância no Engenho Olho d' Água à campanha presidencial de 1937*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2021.
- CAMPOS, Névio de. *Intelectuais católicos*: confidentes do criador, ministros do progresso e sacerdotes da verdade. *Educação e Filosofia Uberlândia*, v. 28, n. 55, p. 281-312, jan./jun. 2014. ISSN 0102-6801.
- CASTORIADIS, C. Os intelectuais e a história. In: _____. *As encruzilhadas do Labirinto*. 3. A ascensão da insignificância. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade da Paraíba nas décadas de 1910-1930*. Tese de Doutorado, UFPE, Recife, 2004.
- CHAMON, Carla Simone. *Escolas em reformas, saberes em trânsito*: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CORREA, Rubens Arantes. *Os intelectuais: questões históricas e historiográficas – Uma discussão teórica*. Revista sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015.

COSTA, Simone da Silva. *Mulheres em defesa da ordem: um estudo no núcleo Noelista na Paraíba entre 1931-1940*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFPB, João Pessoa, 2007.

_____. *Feminismo e Igreja Católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-40)*. Tese de Doutorado. PPGH/UFPE, 2015.

COSTA, Suenya do Nascimento; COSTA, Jean Carlo de Carvalho. *Carneiro da Cunha: análise da atuação política na Província da Parahyba do Norte (1874-1876)*. revista HISTED BR online, Campinas, v.17, n. 2 [72], p. 469-489, abr./jun.2017.

COSTA, Suzana Queiroga da. *Jornal A Imprensa como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana no século XX (1912-1942)*. Dissertação de Mestrado. PPGCI/UFPB. João Pessoa, 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, M^a do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*. Conversas sobre história e imprensa. Projeto História. São Paulo, nº 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. *O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v25n02/v25n02a10.pdf> Acesso em: 22/05/2023.

DECCA, Edgar Salvadori de. Questões Teórico-metodológicas da História. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (Org.). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados, 2006.

DIAS, Romualdo. Cor unum et anima uma: A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1935). 1993. 285 f. Tese (Doutorado em Lógica e Filosofia da Ciência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

DOSSE, François. *Da história das ideias à história intelectual*. In: _____. História e ciências sociais. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. València: Universitat de València, 2007.

DUTRA NETO, Luciano. Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas. Uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3277>

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. *As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)*. Tese (Doutorado em Educação) –

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FERNANDES, Jéssica Luana. *Valdilene Verônica de Albuquerque Lobo: memórias de uma educadora (1978-2008)*. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FERREIRA, Antônio Celso. *Literatura: a fonte fecunda*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e Romanização: a implantação da Diocese da Paraíba (1894/1910)*. Editora da UFPB. João Pessoa, 2016.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. *A trajetória intelectual de Eudésia Vieira: Educação, feminismos e História Pátria (1921- 1955)*. Tese de Doutorado. PPGE/UFPB, 2019.

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 1991.

GASPAR, Lúcia. *Jordão Emerenciano*. In: PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/jordao-emerenciano/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos Hansen (orgs.). Apresentação. *Intelectuais mediadores. Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GOMES, Jorilene Barros da Silva. *A família cristã católica: o movimento noelista na Paraíba (1931-1945)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFPB, João Pessoa, 2015.

_____. “*A graça de deus cumpre associar a elaboração do homem*”: projeto de educação familiar na união dos moços católicos e no jornal a imprensa (1931-1942). Tese de Doutorado. PPGE/UFPB, João Pessoa, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ªed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1982.

HARLAN, David. *A História Intelectual e o retorno da Literatura*. In: RAGO, Margareth. [et al.] Orgs. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2014. 376 p.: il. 2. ed. (Coleção Idéias; 2).

HAYDN, Amanda. Uma liderança feminina no laicato católico: a trajetória política e intelectual de Amélia Rezende Martins na Ação Social Brasileira (1918-1932). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. *A memória evanescente*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LACERDA, Sonia; KIRSCHNER, Teresa Cristina. *Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais*. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.), Grandes nomes da História Intelectual. São Paulo: Editora Contexto: 2003.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

_____. História e Memória. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LEON, A; FILHO, L.A. Tradição e a modernidade: A Igreja católica e a articulação de um novo espaço para as mulheres 1930/1935. 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015. UFSC, Florianópolis. Disponível em <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT02-3874.pdf>. Acesso em: 14/05/2024.

LEPETIT, Bernard. *Sobre a escala na História*. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOPES, Marcos Antônio (Org.), *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Editora Contexto: 2003.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós- estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. 9. Ed, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010, p. 443-481.

MACHADO, Maria Cristina; DORIGÃO, Antônio Marcos; COELHO, Gizeli Fermino. *As pesquisas com intelectuais em história da educação: um campo profícuo*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 67, p. 175-188, mar 2016 – ISSN: 1676-2584.

MENDONÇA, Sérgio Rolim. O caçador de Lagostas. São Paulo: Editora Labrador, 2018.

MENESES, Hérick Dayann Morais de. *As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2009.

MOSCATELI, Renato. *História Intelectual: a problemática da interpretação de textos*. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.), Grandes nomes da História Intelectual. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

MUELLER, Helena Isabel. *Os ativos intelectuais católicos no Brasil dos anos 1930*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, nº 69, p.259-278, 2015
<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69012>

NASCIMENTO, Bruna Cristina Lima. "Tudo pela Pátria e nada sem Deus" a reestruturação e reaproximação entre o Estado e a Igreja Católica na Paraíba (1930 - 1937). Dissertação de Mestrado. PPGH/UFCG, 2019.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. *História intelectual e História da Educação*. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

NORONHA, A. E. (2009). *Análise teórica sobre a categoria “elite política” e seu engajamento nas instituições da comunidade regional*. Barbarói, 24-45.
<https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.463>.

NÓVOA, António. *O processo histórico de profissionalização do professorado*. In: _____. (Org.). Profissão Professor. Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora, 1991.

OLIVEIRA, Almir Leal de. O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). PUC – São Paulo. Tese de Doutorado, 2001.

OLIVEIRA, Maria Dias de Oliveira. A produção historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

OLIVEIRA, N.C. de; Netto, D. C.; VIEIRA, Andreza da Silva. "Trajetória intelectual: contribuições na perspectiva bourdieusiana", *Intelligere. Revista de História Intelectual*, nº11, pp. 94-110. 2021. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/revista/intelligere/article/download/173575/175050/509471>. Acesso em 05/03/2023

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro. Revista Eclesiástica Brasileira, vol.36, fasc. 141, março de 1976.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. *Mulheres intelectuais, cultura e educação no Brasil: notas de apresentação de um tema*. Revista caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades. Teresina, V. 2, nº 3, p. 3-9, set/dez. 2020. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/348783828_Mulheres_Intelectuais_cultura_e_educacao_no_Brasil_notas_de_apresentacao_de_um_tema. Acesso em: 05/03/2023.

PALMEIRA, Balila. A presença da mulher no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano. Edição Comemorativa do Nonagésimo Aniversário de Fundação (1905 – 1995). João Pessoa – setembro, 1995.

PEREIRA, Joacil de Britto. *Mulheres Símbolos*. Editora Universitária da UFPB. João Pessoa, 2007.

PERROT, Michele. *Mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, S.P.: EDUSC, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. Tradução: Angela M. S. Côrrea. São Paulo:

Contexto, 2007.

PINSK, Carla Bassanezi. *História das mulheres, da academia para os almoços de domingo*. Resenhas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 15(1): 243-266, janeiro-abril/2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000100015>. Acesso em: 10/07/2023.

PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

PRIORE, Mary Del. *Repensando a mulher na História do Brasil*. Coleção repensando a História. São Paulo, 1992. 3^a ed.

ROIZ, Diogo da Silva (Org.). A História Intelectual: Entre instituições e letrados na historiografia brasileira. (Série Estudos Reunidos, Volume 3). Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

_____. *A prática da história intelectual e dos intelectuais: Ideias, movimentos e ações*. (Série Estudos Reunidos, Volume 41). Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SALIBA, Elias Thomé. *Aventuras modernas e desventuras pós-modernas*. In: SANTOS, Alexandre dos. “A Deus pela sciencia; à sciencia por Deus”: os discursos religiosos e científicos do Colégio Diocesano Pio X - Paraíba (1910 - 1954). Tese de doutorado. PPGE/UFPB. João Pessoa, 2020.

SANTOS, Enoque Bernardo. *A trajetória profissional e a prática docente de Nini Paes de Araújo em Itabaiana/PB (1945 -1988)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. *Magistério em declínio: Histórias e Memórias de ex-alunas do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves (1970)*. Dissertação de Mestrado: PPGE/UFPB, 2009.

SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (Org.). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter. (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SEIDL, Ernesto. Uma elite pouco (re)conhecida: O episcopado brasileiro. DOSSIÊ – ELITES. Tempo soc. 29 (3). Sep-Dec 2017.

SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. *Poder local e capital político-familiar: estratégias de poder, familismo e clientelismo da família Leite no sertão paraibano – Desterro - PB (1977- 1989)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFPB: João Pessoa, 2020.

SILVA, Giuslane Francisca da. *Emilie de Villeneuve: madre superiora e intelectual católica*. Revista caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades. Teresina, V. 2, nº 3, set/dez. 2020.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *História Intelectual*: condições e possibilidades de espaços possíveis. In: SILVA, Helenice Rodrigues da, *Fragmentos de História Intelectual. Entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.

_____. Helenice Rodrigues da. *A história intelectual em questão*. In: Lopes, Marcos Antônio (Org.), *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Editora Contexto: 2003.

SILVA, J. R. S; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental*: pistas teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, v. 1, n. 1, jan-jun 2009. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 18 maio de 2023.

SILVA, Laércio Teodoro da. *O homem literário: Virgínius Figueiredo da Gama e Melo e o campo de produção cultural*. Tese de Doutorado. PPGH - UFPE. Recife, 2019.

SILVA, Norma Lucia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os Caminhos da institucionalização do Ensino Superior de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011.

SILVA, Ramsés Nunes e; SANTOS, Tatiana de Medeiros. Tessituras da Instrução Confessional: inquições acerca da educação cristocêntrica na Paraíba do Norte (1890-1937). In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (Org.). *Histórias da Educação da Paraíba: rememorar e comemorar*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

_____. *Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014. Coleção História & Historiografia.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Physicamente vigorosos: Medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 271f. 2015.

SOUSA JÚNIOR, José Pereira de. *Estado Laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas (1890 - 1930)*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

TEIXEIRA, Felipe Charbel; RODRIGUES, Henrique Estrada; CALDAS, Pedro Spinola Pereira; TURIN, Rodrigo. *Metodologia da Pesquisa Histórica*: v. único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados- MS: Ed. UFGD, 2012.

THOMPSON, E. P. *Miséria da Teoria*: ou um planetário de erros. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Zanhar, 1981.

URBAN, Adriana Oliveira. *Nellie Ernestine Horne*: vida professoral de uma educadora canadense na Paraíba (1934-1968). Dissertação de Mestrado. PPGE/UFPB, 2020.

VICENTINI, Paula Perin & LUGLI, Rosário Genta. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. In: Revista Brasileira de Educação, 16, pp.63-85, 2008.

_____. *História Intelectual e História dos intelectuais*: diálogos acerca da escrita da História da Educação. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.), *História intelectual e educação: trajetória, impressos e eventos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

VILLELA, Heloisa de O. S. *O mestre-escola e a professora*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (orgs.) *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WASSERMAN Claudia. *História Intelectual*: origem e abordagens. *Tempos Históricos*, Volume 19, 1º Semestre de 2015, p. 63-79.

FONTES

a) Sites

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Vieira Coelho, um Diógenes brasileiro. *Jornal do Commercio* (RJ). Disponível em: <http://www2.machadodeassis.org.br/artigos/vieira-coelho-um-diogenes-brasileiro>. Acesso em: 06/04/2023.

CATÁLOGO DE DESEMBARGADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: REPÚBLICA - PARTE II: 1946 A 1975 Rio de Janeiro (Estado). Tribunal de Justiça. Catálogo de Desembargadores do Estado do Rio de Janeiro: República - Parte 2: 1946 a 1975 / Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, RJ:

Tribunal de Justiça, 2021. 220 p.: il.; 16 cm. Disponível em:
https://www.tjrj.jus.br/documents/5989760/6464634/CatalogoDesembargadores-2021_web.pdf/ab3a2723-f9bc-5686-6ed5-4d2e08e50e97?version=1.0&t=1625760015793. Acesso: 06/04/2023.

Coelho, Carlos Gouveia, 1907-1964 - Fonte». fonte.ufsm.br. disponível em: <https://fonte.ufsm.br/index.php/coelho-carlos-gouveia>. acesso 06/04/2023. Acervo arquivístico da Universidade Federal de Santa Maria
 Memorial do IHGP. Livro digital. Disponível em: <https://www.ihgp.net/livros/memorial-do-centenario/6.php>. Acesso em: 06/04/2023.

Vieira Coelho, um Diógenes Brasileiro. Disponível em:
<https://www.academia.org.br/academicos/candido-mendes-de-almeida>. Acesso em:

b) Atas, ofícios, livretos, livros, manuais, revistas, jornais

FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. *As ruas onde morei: 1918 e a década de 1930.* João Pessoa: Fênix, 1998.

_____. João Pessoa: sua vida política, sua morte e a Revolução de 30. João Pessoa, O Norte. 26 jul, 1996. Show, p.6.

_____. João Pessoa, o nome da capital. João Pessoa, O Norte. 24 nov, 1994. Show, p.4.

_____. *O Ministério de Educação e Cultura concede inspecção preliminar ao Ginásio “Emerentina Coelho”, O Norte 19 de setembro de 1956.*

_____. Diná. João Pessoa: UNIGRAF, 1995.

_____. A Mansão da Praça Bela Vista. João Pessoa: A União, 1977.

_____. Notas Genealógicas das famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão, Vieira, Coêlho. João Pessoa: Mimeografia Velox copiadora. 1971.

_____. História da Paraíba: do Império à República (para uso didático). João Pessoa: A União, 1976.

_____. Padre Meira. João Pessoa: A União, 1976.

_____. História da Paraíba: para uso didático. 5.ed. João Pessoa: A União, 1985. PEREIRA, Joacil de Britto. Apresentação. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano. Edição Comemorativa do Nonagésimo Aniversário de Fundação (1905 – 1995). João Pessoa – setembro, 1995.

OFÍCIO nº 908/71 OFÍCIO - JRPS, 1971. Arquivo Histórico Waldemar Duarte - FUNESC.

PARAÍBA, Departamento de Educação, 1940. Ofício Nº 505. Arquivo Histórico Waldemar Duarte - FUNESC.

Ata de reunião, 05 de agosto de 1931, s/p. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Ata de reunião, 13 de maio de 1932. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Ata de reunião. 19 de agosto de 1932. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Ata do Núcleo Noelista, outubro de 1931. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

A Imprensa, 16 de setembro de 1900.

A Imprensa, 02 de julho de 1932.

A Imprensa, 10 de julho de 1932. *Noelistas*.

A Imprensa, 29 de dezembro de 1932.

A Imprensa, 26 de setembro de 1933. *Senhorinha Carmita Coêlho*.

A Imprensa, 02 de março de 1933.

A Imprensa, nov-dez 1933.

A Imprensa, 02 de abril de 1934

A Imprensa, 03 de maio de 1934

A Imprensa, 02 de dezembro de 1936.

A União, 20 de novembro de 1931. *Vida Escolar. Collegio de N. S. Das Neves*.

A União, 24 de maio de 1932.

A União, 27 de novembro de 1932.

A União, de 15 de outubro de 1971. *O livro de Carmen Coêlho de Miranda Freire*, por Antônio Tancredo de Carvalho.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03 de fevereiro de 1972. Famílias do Nordeste.

Virgínius da Gama e Melo.

Jornal do comércio RJ. 09 de janeiro de 2004.

http://memoria.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=364568_19&Pesq=%2209%20abril%20de%202004%22&pagfis=58610

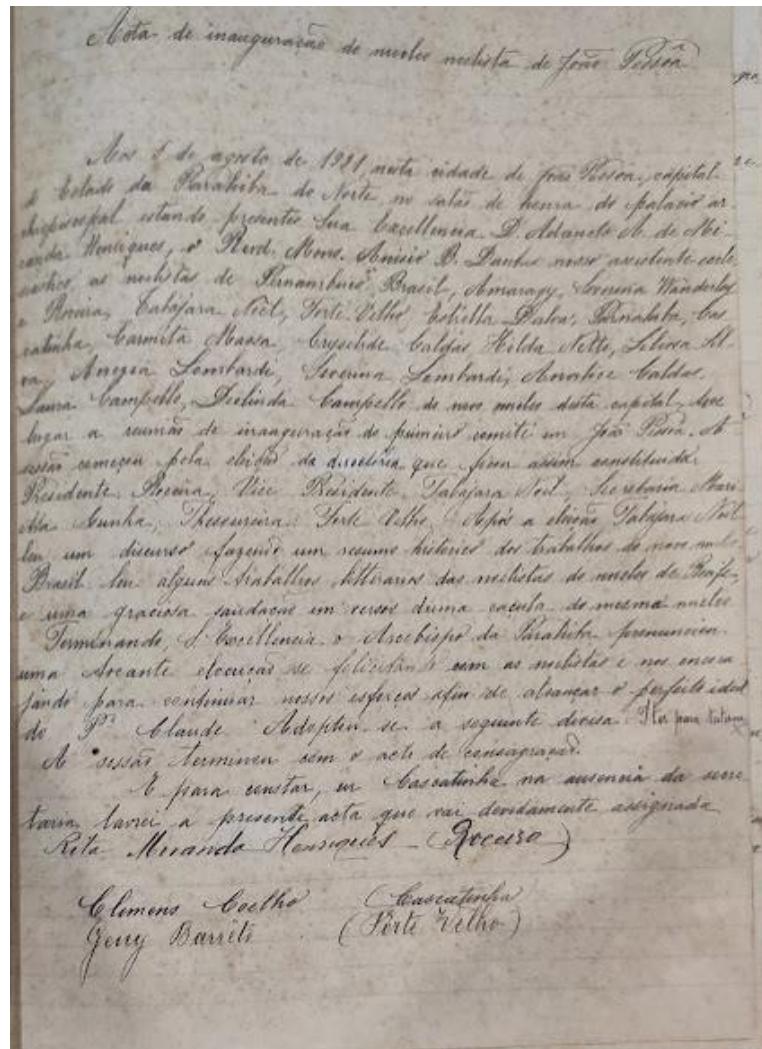
ANEXOS**Fotografia 5 - Carmen Coelho de Miranda Freire**

Fonte: Documentos de sócia efetiva IHGP

Fotografia 6 - Noelistas da Paraíba com seu protetor D. Carlos Coêlho

Fonte: Acervo das Noelistas - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba

Fotografia 7 - Registro da fundação do Núcleo Noelista da Paraíba



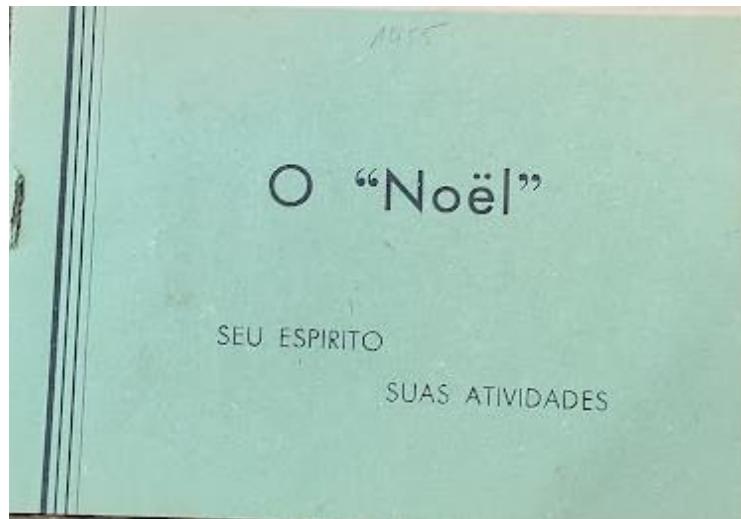
Fonte: Acervo das Noelistas - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba

Fotografia 8 - Natal das crianças – 1931



Fonte: Acervo das Noelistas - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba

Fotografia 9 - Capa do livreto - *O Noel*



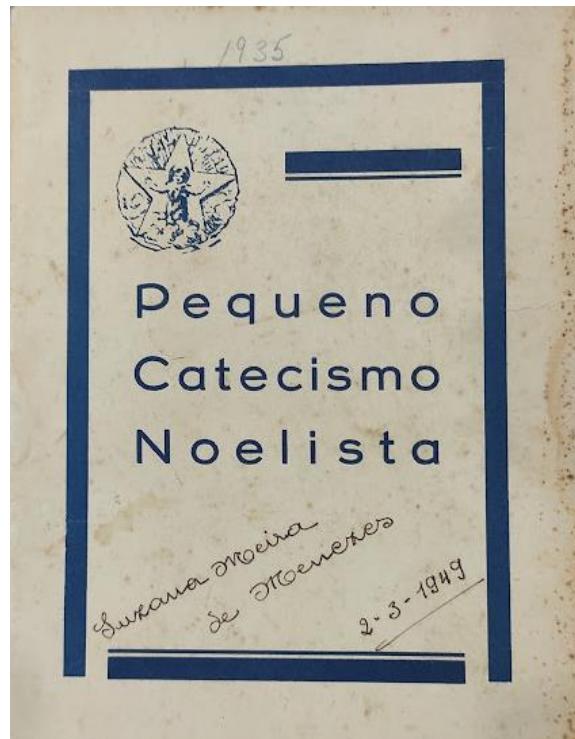
Fonte: Acervo das Noelistas - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba

Fotografia 10 - Capa da publicação: *A Mística do Noel*



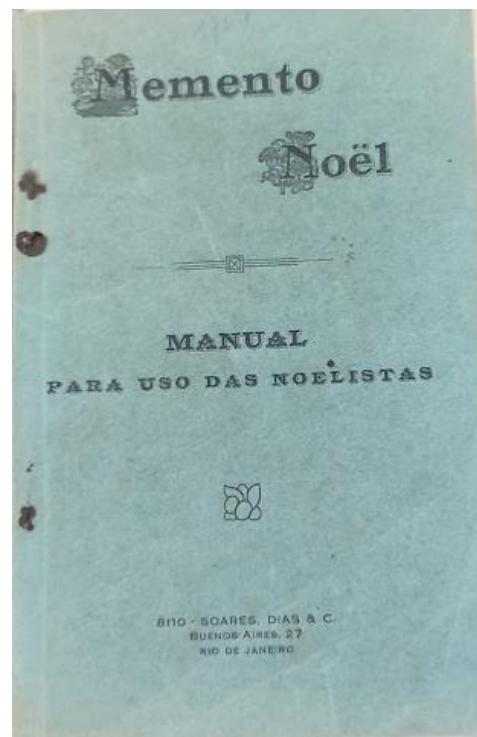
Fonte: Acervo das Noelistas - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba

Fotografia 11 - Capa do Pequeno Catecismo Noelista



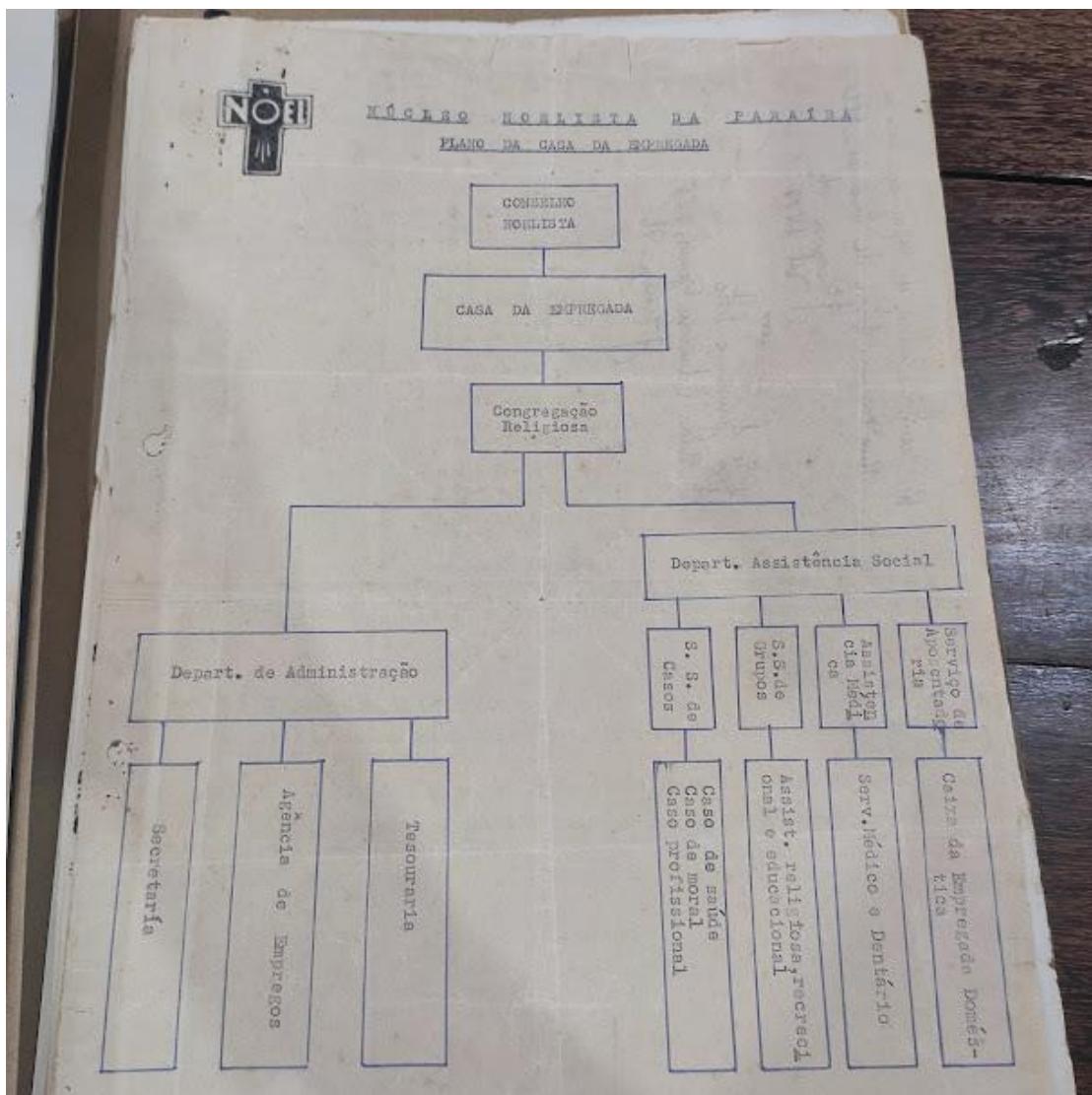
Fonte: Acervo das Noelistas - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba

Fotografia 12 - Capa do Manual das Noelistas



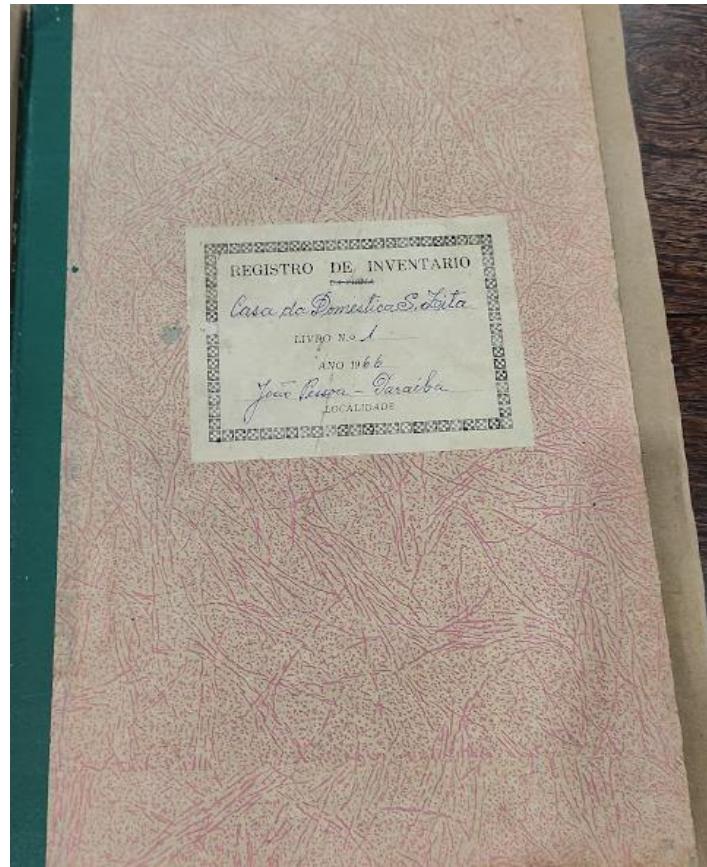
Fonte: Acervo das Noelistas - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba

Fotografia 13 - Plano da Casa da Empregada doméstica - documento enviado a José Américo de Almeida.



Fonte: Acervo das Noelistas - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba

Fotografia 14 - Livro de inventário da Casa da Empregada doméstica



Fonte: Acervo das Noelistas - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba